

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA  
RELIGIÃO**

**ARETHA BEATRIZ BRITO DA ROCHA**

**EMANCIPAÇÃO FEMININA SOB AUTORIDADE  
MASCULINA: aspectos religiosos e sociais das  
mulheres assembleianas no Brasil**

**CAMPINAS**

**2018**

**ARETHA BEATRIZ BRITO DA ROCHA**

**EMANCIPAÇÃO FEMININA SOB AUTORIDADE  
MASCULINA: aspectos religiosos e sociais das  
mulheres assembleianas no Brasil**

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentado como exigência para a obtenção do Título de Mestre em Ciências da Religião, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Breno Martins Campos

**PUC-CAMPINAS  
2018**

Ficha catalográfica elaborada por Marluce Barbosa – CRB 8/7313  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

t248.843 Rocha, Aretha Beatriz Brito da.  
R672e Emancipação feminina sob autoridade masculina: aspectos religiosos e sociais das mulheres assembleianas no Brasil / Aretha Beatriz Brito da Rocha. - Campinas: PUC-Campinas, 2018.  
131f.

Orientador: Breno Martins Campos.  
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Ciências da Religião.  
Inclui bibliografia.

1. Mulheres e religião. 2. Assembléia de Deus. 3. Pentecostalismo. 4. Mulheres na Igreja Católica. 5. Feminismo. 6. Mulheres - Condições sociais. I. Campos, Breno Martins. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Pós-Graduação em Ciências da Religião. III. Título.

22. ed.CDD – t248.843

**ARETHA BEATRIZ BRITO DA ROCHA**

**EMANCIPAÇÃO FEMININA SOB AUTORIDADE MASCULINA: ASPECTOS  
RELIGIOSOS E SOCIAIS DAS MULHERES ASSEMBLEIANAS NO BRASIL**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de  
Mestrado em Ciências da Religião da PUC-Campinas, e aprovada  
pela Banca Examinadora.

APROVADA: 14 de dezembro de 2018.



---

DRA MARINA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS CORREA (UFS)

---

DRA CECI MARIA COSTA BAPTISTA MARIANI (PUC-CAMPINAS)

---

DR BRENO MARTINS CAMPOS – Presidente (PUC-CAMPINAS)

## AGRADECIMENTOS

A minha família,  
por sempre me incentivar, apoiar e ajudar em qualquer decisão e sob quaisquer circunstâncias. Especialmente a minha mãe, que me encoraja a seguir meus sonhos e a ser dona da minha própria história, caminhando sempre com empoderamento, honradez e felicidade.

Ao meu orientador Prof. Dr. Breno Martins Campos,  
que esteve presente em minha vida desde o início da minha graduação e que, portanto, foi e continuará sendo parte indispensável em todo o meu processo de desenvolvimento intelectual. Palavras não seriam suficientes para descrever toda a minha gratidão.

À Profa. Dra. Ceci Maria Costa Baptista Mariani,  
pela oportunidade de ter sido sua orientanda de Iniciação Científica durante a graduação e que, agora, contribui significativamente nessa nova etapa da minha formação acadêmica.

À Prof. Dra. Marina Aparecida Oliveira dos Santos Correa,  
por ter aceitado o convite para compor a minha banca e por ter acolhido a mim e a minha pesquisa com muito amor e admiração, dando bons conselhos e ajudando com tudo que estivesse ao seu alcance, o que foi fundamental para tornar esse momento mais prazeroso.

À Pontifícia Universidade Católica de Campinas, à Faculdade de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião,  
pela excelência acadêmica e o compromisso com o progresso científico e social, apoiado na construção da consciência crítica e investigativa. Foram anos de muito aprendizado e amizades valiosas com colegas docentes e discentes. Momentos que, certamente, ficarão guardados na minha memória.

Aos demais,  
que por algum descuido de minha parte não tenham sido citados(as), mas que contribuíram direta ou indiretamente nessa trajetória, que fique registrado meu muitíssimo obrigada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível de Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Porque você é menina” nunca é razão para nada. Jamais. [...] a gente supõe rápido demais que as meninas não conseguem fazer várias coisas. Deixe-a tentar. Ela pode não conseguir, mas deixe-a tentar.

Chimamanda Ngozi Adiche

## RESUMO

ROCHA, Aretha Beatriz Brito da. *Emancipação feminina sob autoridade masculina: aspectos religiosos e sociais das mulheres assembleianas no Brasil*. 2018. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

A presente pesquisa tem por objetivo investigar os aspectos que definem o “lugar” da mulher no contexto religioso brasileiro das Assembleias de Deus. Para isso, foi necessário trabalhar com fenômenos que são de suma importância para delinear os meandros deste evento, que ultrapassam as questões religiosas e se encontram totalmente envolvidos também com ditames sociais, tornando pertinente nomear esta análise como algo que permeia os dois universos, ou seja, como uma investigação que é em seu cerne social e religiosa. Assim sendo, do ponto de vista da religião, tomam-se as Assembleias de Deus como foco central, buscando compreender as características principais dessa denominação, a partir da construção de uma análise de conteúdo que abarca algumas mídias que tem como público-alvo as mulheres cristãs e assembleianas. Já do ponto de vista social, tendo como ferramenta metodológica a perspectiva weberiana, a partir dos seus tipos “puros” de dominação e a questão do poder, procurou-se fazer uma leitura sociológica acerca da condição feminina e, conseqüentemente, da mulher pentecostal e assembleiana, mediante a construção de um olhar teórico que auxilia na apreensão de um panorama que, por vezes, se encontra condicionado a uma situação de submissão/inferioridade das mulheres, na qual os homens detêm para si todos as condições para se manter em posição de superioridade, ao mesmo tempo em que determinam o gênero feminino como dispensável, oferecendo um falso poder a elas na medida em que tal prática atende aos seus próprios interesses de dominador, retirando-lhes toda a sua autonomia. Tais pontos estão em constante diálogo entre si, e é justamente através dessa relação que se constrói uma reflexão acerca da história das categorias “Assembleias de Deus” e “mulheres”, levando em consideração os possíveis avanços e retrocessos, a tradição como estagnação, a moral como “lei inviolável” e o poder absoluto para poucos uma norma, impactando diretamente no desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Mulheres. Assembleias de Deus. Pentecostalismo. Dominação. Poder.

## ABSTRACT

ROCHA, Aretha Beatriz Brito da. *Female emancipation under masculine authority: religious and social aspects of women from the Assemblies of God in Brazil*. 2018. 131f. Dissertation (Masters in Sciences of Religion) - *Stricto Sensu* Post-Grad Program in Sciences of Religion of the Pontifical Catholic University of Campinas, Campinas, 2018.

*This research aims to investigate the aspects that define the 'place' of women in Brazilian's religious context of the Assemblies of God. This demanded working with phenomena of the utmost importance in defining this event's intricacies, which go beyond religious issues and are completely embedded in social prescriptions. Therefore, it is important to name this analysis something that permeates both universes, meaning it is an investigation that is in nature both social and religious. From the religious point of view, the Assemblies of God are considered the main focus, in an attempt to understand the main characteristics of this denomination from an analysis of content which includes some media aimed at Christian women from the Assemblies. From the social point of view, from a Weberian perspective which considers the "pure" kinds of domination and the matter of power, this research aimed to interpret through sociology the condition of women and, by consequence, that of Pentecostal women in the Assemblies. This was done through the construction of a theoretical perspective which helps understanding a situation that is often conditioned by submission/inferiority of women and in which men have all the conditions necessary for maintaining this position of superiority at the same time that they define the feminine gender as disposable, offering women a false power that corroborates their interests as the dominant part and removes women's autonomy. These matters are in constant dialog with each other and is precisely through this relationship that this research ponders the history of the categories "Assemblies of God" and "women". This research considers possible advances and setbacks, tradition as stagnation, moral as "unbreakable law" and absolute power in the hands of few as a rule, which directly impacts the development of contemporary society.*

Keywords: Women. Assemblies of God. Pentecostalism. Domination. Power.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AD = Assembleia de Deus

ADMB = Assembleia de Deus do Ministério de Belém

ADMI = Assembleia de Deus do Ministério do Ipiranga

ADMM = Assembleia de Deus do Ministério de Madureira

ADMP = Assembleia de Deus do Ministério de Perus

ADs = Assembleias de Deus

CADB = Convenção da Assembleia de Deus no Brasil

CGADB = Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil

CONAMAD = Convenção Nacional dos Ministros das Assembleias de Deus – Ministério de Madureira

CPAD = Casa Publicadora das Assembleias de Deus

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MFA = Missão da Fé Apostólica

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Organização do Ministério de Belém (ADMB).....	36
<b>Figura 2.</b> Organização do Ministério de Madureira (ADMM). ....	37
<b>Figura 3.</b> Outros sistemas de organização. ....	37
<b>Figura 4.</b> A hierarquia das Assembleias de Deus. ....	66
<b>Figura 5.</b> As etapas de formação eclesial dos assembleianos. ....	67
<b>Figura 6.</b> Primeira Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil. ....	89
<b>Figura 7.</b> Primeiro artigo de Frida Vingren publicado no jornal O Som Alegre em 1929 – “O Espírito Santo e a sua direção”. ....	91
<b>Figura 8.</b> Pregação de Frida Vingren, publicada no jornal Mensageiro da Paz em 1931 – “O pecado e o seu salário”. ....	94
<b>Figura 9.</b> Poesia escrita por Frida Vingren e publicado no jornal Mensageiro da Paz em fevereiro de 1931 – “As filhas de Sião”.....	95
<b>Figura 10.</b> Linha do tempo – Frida Vingren.....	97

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Mapa da população evangélica, autodeclarada pentecostal. ....	26
<b>Quadro 2.</b> Binarismos dos gêneros masculino e feminino. ....	82
<b>Quadro 3.</b> Principais assuntos abordados no website “Mulher Cristã”. ....	101
<b>Quadro 4.</b> Características fundamentais para tornar-se uma irmã de oração. ....	112

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> População evangélica histórica, por sexo e grupos de religião.....	20
<b>Tabela 2.</b> População evangélica de origem pentecostal, por sexo e grupos de religião. .	22
<b>Tabela 3.</b> População evangélica de origem pentecostal, por sexo e classes de rendimento (salário mínimo).....	27

# SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	8
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE QUADROS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
INTRODUÇÃO .....	14
<b>CAPÍTULO 1 – ENTRE CAMINHOS E HISTÓRIA: OS PENTECOSTAIS E A CONSOLIDAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL.....</b>	<b>18</b>
<b>1.1 O movimento pentecostal .....</b>	<b>18</b>
<b>1.2 O pentecostalismo nas regiões brasileiras.....</b>	<b>23</b>
<b>1.3 A chegada da Assembleia de Deus.....</b>	<b>29</b>
1.3.1 A consolidação da Assembleia de Deus.....	31
1.3.2 As Assembleias de Deus e seus ministérios .....	34
1.2.3 Algumas particularidades das Assembleias de Deus .....	38
<b>1.4 O pentecostalismo e a questão de gênero.....</b>	<b>40</b>
<b>CAPÍTULO 2 – IMPASSES RELIGIOSOS E SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE: O PODER E A CONDIÇÃO FEMININA EM QUESTÃO .....</b>	<b>42</b>
<b>2.1 Por uma abordagem metodológica <i>weberiana</i>: a dominação e suas principais características .....</b>	<b>42</b>
2.1.1 A dominação patriarcal .....	46
2.1.2 A dominação carismática .....	48
2.1.3 Quando a dominação patriarcal e o carisma se encontram .....	50
<b>2.2 A mulher como uma construção social.....</b>	<b>52</b>
2.2.1 A mulher na sociedade brasileira.....	56
2.2.2 A mulher pentecostal.....	60
<b>2.3 Os laços geracionais das ADs: um poder que atravessa a figura do “patriarca” e o “carisma” .....</b>	<b>64</b>
2.3.1 A dominação que silenciou Frida Vingren .....	69
2.3.2 As mulheres assembleianas: dos Círculos de Oração para os meios de comunicação de massa.....	71
<b>CAPÍTULO 3 – A FORTE PRESENÇA PATRIARCAL E O REFORÇO DOS ESTERÓTIPOS DE GÊNERO NAS ADs: PERCORRENDO A TRADIÇÃO E AS MÍDIAS .....</b>	<b>74</b>
<b>3.1 A inevitável participação da religião (e das Assembleias de Deus) nas redes .....</b>	<b>74</b>
3.1.1 A análise de conteúdo sob o viés sociológico .....	77
3.1.2 A importância das mídias para a religião .....	79
<b>3.2 O não-lugar de fala da mulher assembleiana.....</b>	<b>81</b>
<b>3.3 O (re)nascimento de Frida Vingren pela ótica masculina.....</b>	<b>87</b>

<b>3.4 Caminhos de visibilidade e invisibilidade da <i>mulher cristã</i></b> .....	<b>99</b>
3.4.1 <i>Moda e beleza</i> .....	102
3.4.2 <i>Comportamento</i> .....	104
3.4.3 <i>Casamento</i> .....	106
3.4.4 <i>Mães e filhos</i> .....	109
3.4.5 <i>Liderança</i> .....	111
<b>3.5 De volta às origens: uma superação da dominação patriarcal e carismática através da CADB?</b> .....	<b>113</b>
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>125</b>

## INTRODUÇÃO

O pentecostalismo é o movimento religioso que mais cresce no Brasil. Surgido no início do século XX, situa-se no grande rol de religiosidades cristãs do ocidente, mas se difere muito do catolicismo e do protestantismo histórico, embora este último tenha tido papel crucial em sua formação e consolidação tanto no Brasil como em outras partes do mundo. Durante muito tempo o cristianismo foi dividido nesses dois grandes polos – católicos e protestantes –, mas no interior dessas instituições religiosas ocorreram muitas divisões, notadas na separação entre católicos romanos e ortodoxos, batistas e presbiterianos, metodistas e anglicanos e assim por diante. Talvez o crescimento exponencial do cristianismo explique a existência de tantas rupturas, uma vez que seu crescimento foi incapaz de manter uma unidade de fé e moral que atenda as expectativas de todas as diversas sociedades ao redor do globo. Com o intuito de fazer frente, sobretudo, à hegemonia católica, os pentecostais surgem com uma nova perspectiva quanto à ideia de experiência religiosa, fato que garantiu uma aproximação maior com os indivíduos e, conseqüentemente, sua rápida expansão. Como aponta pesquisa do Datafolha (2016), os pentecostais representam na atualidade 22% da população no país e, conforme dados do mesmo instituto, este número só aumenta.

Tal como Paul Freston (1994) evidenciou, o movimento pentecostal se configura por três ondas históricas, chamando a atenção desta pesquisa o que o autor define como primeira onda, com o surgimento das Assembleias de Deus (ADs) no Brasil. Esta denominação é marcada por especificidades e tem seu marco histórico situado em Belém do Pará, norte do país. Fundada em 1911 pelos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, constitui-se como a maior instituição *evangélica* da contemporaneidade muito em consequência do sucesso que teve ao criar mecanismos eficazes de difusão da mensagem cristã, voltando sua atenção para grupos outrora marginalizados – como mulheres, pobres e negros – e ganhando vantagem na corrida pela aquisição de membros se comparada aos mais diferentes segmentos religiosos da sociedade brasileira, pois estes sujeitos se sentiam de alguma forma mais amparados nos cultos realizados por esta igreja (ROLIM, 1985).

As ADs cresceram exponencialmente em um período curto de tempo, firmando suas bases doutrinárias em todas as regiões do país e se consolidando

como uma denominação que é em seu cerne conservadora e determina condutas éticas e morais bastante rígidas a sua membresia. Instituições como as ADs são marcadas pelo desejo em comum de busca pela revelação do espírito em suas práticas religiosas, destacadas de maneira geral como as *Religiões do Espírito* (MENDONÇA, 1994). Essas práticas religiosas, no geral, não diferem homens de mulheres, estando todos condicionados a cumprirem com os costumes da igreja, bem como com a missão de difundirem o evangelho. No entanto, à medida que se analisam os pormenores dessa instituição, percebem-se ações que a tornam sectária quanto a determinados “papeis” que são atribuídos ao gênero feminino em relação àqueles que devem ser desempenhados pelo gênero masculino. Deste modo, torna-se laborioso tentar analisar todas as suas particularidades sem, com isso, buscar analisar as relações de gênero que são construídas e perpetuadas no interior de suas igrejas.

Por isso, mais do que compreender os caminhos percorridos pelas ADs e toda ambiguidade que há por detrás de sua nomenclatura, haja vista que “[...] existem milhares de *Assembleias* de Deus, em suas convenções, ministérios autônomos e distintos, sempre usando o mesmo nome” (ALENCAR, 2015, p. 146), é necessário e possível identificar a existência de algumas normas que, mesmo diante de sua multiplicidade, as tornam semelhantes nas relações que estabelecem entre ambos os sexos. Sua estrutura dogmática posicionada em um pentecostalismo mais clássico é entendida, aqui, como a apreensão e reprodução de uma tradição que em seu cerne coloca as mulheres assembleianas em um limbo, situado entre processos de submissão e silenciamento de sua participação no interior da congregação. Para confirmar está hipótese, a pesquisa passa por discussões que vão, gradativamente, demonstrando que a condição do gênero feminino no universo pentecostal e especificamente assembleiano apresenta características que condicionam a mulher a uma cultura autoritária e tradicionalista.

Autores como Gedeon de Alencar (2013) e Maxwell Pinheiro Fajardo (2010) auxiliam na compreensão da trajetória histórica das ADs, bem como em sua estrutura administrativa e as relações de poder que estabelecem entre si. Já, para compreender os processos de lideranças eclesiais, Marina Aparecida Oliveira dos Santos Corrêa (2013) oferece uma análise profunda quanto às estruturas religiosas que primam pelos homens em posições mais elevadas na disposição hierárquica da denominação. São alguns dos pesquisadores e pesquisadoras que se

dedicaram a realizar um debate teórico que evidencia aspectos da realidade contemporânea, facilitando um entendimento mais amplo do assunto.

Nesta pesquisa, acredita-se que diferentes instâncias sociais estão diretamente conectadas entre si e, compreendendo o campo religioso como parte inerente da sociedade, é primordial construir uma investigação que alie este fenômeno com outros fundamentos importantes. Sendo assim, a perspectiva weberiana é a abordagem que sustenta todo o desenvolvimento teórico do trabalho que se constrói por um viés sociológico e qualitativo, importando mais compreender a relação dos aspectos sociais com a religião do que compreender esta última reduzida a suas dimensões teológicas e litúrgicas e nas expressões individuais de fé dos sujeitos. Compreendem-se, assim, as ADs enquanto um grupo que, pela lógica de Max Weber (2009), se aplica aquilo que ele chama de tipos “puros” de dominação – mais precisamente as dominações de tipo “patriarcal” e “carismática” –, entendendo-os como fator que reflete diretamente na *ação social*, pois, ainda que o autor tenha construído sua análise tendo em vista a realidade em que vivia, ela se desenvolve nos dias atuais como uma das teorias mais importantes da sociologia. Além disso, Weber (2004) também é o responsável por desenvolver muitos estudos acerca do fenômeno religioso, evidenciando que sua contribuição para esta pesquisa é ampla e contundente.

No que concerne à mulher, estudiosos e estudiosas surgem como peça-chave para compreender algumas de suas características e condições na sociedade. Uma das referências mais importantes nos estudos feministas no Brasil do final do século XX e início do século XXI, Heleieth Saffioti (2011) afirma que é preciso dimensionar apropriadamente os aspectos históricos da dominação masculina, a fim de compreender melhor os pormenores que envolvem a noção de “patriarcado”, conceito este definido por teóricas do movimento feminista e que faz relação direta com o conceito de dominação patriarcal definido por Weber (2009), ainda que ele não tenha se dedicado a perfazer uma análise das relações entre homens e mulheres, tal como adotada pelas precursoras do feminismo.

Simone de Beauvoir, em sua obra “O segundo sexo” (1980), é capaz de fazer um levantamento dos processos que condicionam a mulher a situações de inferioridade, na medida em que isso faz parte de uma estrutura que a afeta na mais tenra infância, perpassando por todos os níveis da vida. Vale ressaltar, no entanto, que a mulher construída nessas perspectivas sociais serve de alicerce

para compreender o fenômeno específico da mulher pentecostal e assembleiana. De um lado, pelo ponto de vista de mulher pentecostal feita por Eliane Hojaj Gouveia (1989, p 63) de que “a mulher deve viver no silêncio, restrita ao universo doméstico, autodiferenciar-se ‘naturalmente’ dos homens, reconhecendo sua subordinação, como mostra o Novo Testamento”. E, por outro, pela análise das Convenções, tais como a CGADB e a recém fundada CADB, e alguns *websites* da “Casa Publicadora das Assembleias de Deus – CPAD”, que ofertam às mulheres uma série de conteúdos que revelam em suas minúcias características que as colocam em um não-lugar de fala; um falseamento da realidade para manter o *status quo* da instituição, definindo-as como dependentes da autoridade masculina para ganhar alguma visibilidade.

É a defesa de um panorama, que já sinalizava Alencar (2013, p. 233): “se, num primeiro momento, as ADs são mais modernas que o país, no momento em que o país avança na questão de gênero, o assembleianismo é a vanguarda do atraso”. Afirmação que interessa muito a esta pesquisa, que se apresenta dividida em três capítulos, distribuídos da seguinte forma: capítulo 1 – Entre caminhos e história: os pentecostais e a consolidação das Assembleias de Deus no Brasil; capítulo 2 – Impasses religiosos e sociais na contemporaneidade: o poder e a condição feminina em questão; e capítulo 3 – A forte presença patriarcal e o reforço dos estereótipos de gênero nas ADs: percorrendo a tradição e as mídias.

As reflexões exploram fenômenos que, por vezes, caem no esquecimento, e na tentativa de reavivá-los, espera-se que todo o conteúdo disposto neste trabalho seja suficiente para, em um primeiro momento, elucidar os aspectos mais fundamentais das ADs brasileiras, bem como os de suas mulheres, sem a intenção de impor verdades absolutas ou generalizações, e consciente de que se trata de uma fonte bastante complexa e inesgotável, sendo este, apenas um dos recortes possíveis.

## **CAPÍTULO 1 – Entre caminhos e história: os pentecostais e a consolidação das Assembleias de Deus no Brasil**

Este capítulo se divide em quatro tópicos e têm por objetivo compreender os processos que levaram ao surgimento do pentecostalismo no Brasil e, conseqüentemente, ao crescimento da Assembleia de Deus (AD) no país. O primeiro e o segundo tópico são dedicados a falar sobre o movimento pentecostal, voltados justamente para o nascimento desse grupo religioso e suas principais características, com destaque para sua presença no Brasil, evidenciando como se manifestou em cada uma das regiões do país, e ainda como lidam com a experiência religiosa, ressaltando, sobretudo, suas peculiaridades em seus atos de fé. Passado este panorama geral que contempla o pentecostalismo, chega-se ao terceiro tópico que vai lidar com questões mais específicas, pois é responsável por expor os aspectos que definem a AD, ou seja, seu surgimento histórico, sua consolidação e expansão no Brasil, e suas condutas e práticas religiosas, que a tornaram a maior instituição evangélica e pentecostal do país. Por fim, o quarto tópico evidencia o quanto essa instituição se consolidou a partir de um perfil bastante heterogêneo e complexo, ancorado em uma tradição religiosa que, não dificilmente, se torna conservadora e sectária, principalmente, com grupos minoritários – destacando o caso das mulheres, por se tratar de uma categoria que será amplamente discutida nos capítulos seguintes.

### **1.1 O movimento pentecostal**

Uma das características mais marcantes das diversas formas de religiosidades presentes no mundo está no modo como os sujeitos as vivenciam. E se há algo que pode ser afirmado com bastante certeza é que, mesmo situada no âmbito das religiosidades cristãs, a experiência religiosa ocorre por vias muito distintas. O próprio debate em torno do que esse elemento de fé representa nos diversos grupos de religião provoca acordos e desacordos, tanto no campo das ciências da religião, como no próprio núcleo em que o fenômeno pode vir a se manifestar, como é o caso, por exemplo, das igrejas, embora haja também a defesa de uma sacralidade que se apresenta nos próprios indivíduos sem, necessariamente, a existência obrigatória de uma instituição religiosa para que isso

ocorra. De fato, sua complexidade está muito além de uma explicação formulada sistemática e irrefutavelmente; no caso, por exemplo, do protestantismo, aquele datado por volta do século XIX, como destaca Max Weber (2004), ocorre sob a ética da moral e do trabalho.

[...] a conduta de vida racional, fundada na ideia de profissão como vocação, nasceu [...] do espírito da *ascese cristã*. [...] A ideia de que o trabalho profissional moderno traz em si o cunho da *ascese* também não é nova. Restringir-se a um trabalho especializado e com isso renunciar ao tipo fáustico do homem universalista é, no mundo de hoje, o pressuposto da atividade que vale a pena de modo geral, pois atualmente “ação” e “renúncia” se condicionam uma à outra inevitavelmente (WEBER, 2004, p. 164).

Ainda que a *ascese*<sup>1</sup> cristã seja concomitante com o capitalismo, cujas bases estão apoiadas em condutas econômicas rigorosas e de subserviência extrema, a prioridade que os protestantes dão ao trabalho tem forte apelo bíblico. Assim, o capitalismo e a igreja já começam a dar os primeiros passos para reforçar ainda mais os estereótipos femininos na sociedade, sobretudo, no Brasil. “As mulheres tinham seus comportamentos controlados e serviam quase como uma vitrine da moral e dos bons costumes” (VILHENA, 2017, p. 103), em que o consumismo e a vaidade exacerbada eram atribuídos exclusivamente a elas. E tal característica, aliada aos ditames do cristianismo, acabava por justificar que os papéis sociais fossem bem delimitados. A mulher deslumbrada e superficial demais não mostrava capacidades suficientes para lidar com problemas políticos, econômicos e religiosos, garantido então ao homem essa árdua tarefa.

Por conseguinte, surgem no século XX movimentos como o pentecostalismo e o neopentecostalismo, que, apesar de também estarem inseridos na lógica de tal sistema econômico, “substituem a religião do livro, sistemática e racional, pela inspiração divina com parcial descontrolo do sagrado” (MENDONÇA, 2004, p. 32), distanciando-se das práticas compartilhadas pelos protestantes históricos que, como igreja plural, deu lugar para que outras tradições religiosas surgissem; o movimento pentecostal de seu nascimento em diante terá dificuldades de se institucionalizar através de uma unidade coesa por ser uma

---

<sup>1</sup> “Em grego a palavra *àskesis* quer dizer ‘exercício físico’. *Ascese*, ascetismo ou ascética é o controle austero e disciplinado do próprio corpo através da evitação metódica do sono, da comida, da bebida, da fala, da gratificação sexual e de outros tantos prazeres deste mundo. [...] e a *ascese* do protestante puritano, que é ‘intramundana’, [...] faz do trabalho diário e metódico um dever religioso, a melhor forma de cumprir, ‘no meio do mundo’, a vontade de Deus” (WEBER, 2004, p. 279-280).

religiosidade muito descentralizada – observada mais adiante no caso específico das Assembleias de Deus.

Tendo o protestantismo exercido, em maior ou menor grau, influência na formação das comunidades pentecostais, o problema das cisões provocadas no interior de suas igrejas foi crucial para a formação das primeiras instituições pentecostais. Exemplos disso são aqueles formados em São Paulo de dissidentes do presbiterianismo e, em Belém do Pará, de batistas,<sup>2</sup> que também romperam com suas igrejas. Embora a ocorrência desses cismas seja comum, os pentecostais não representam uma ameaça direta aos protestantes, sendo a própria mudança de pensamento, transformações sociais e necessidade de responder a novos anseios populares que levaram ao crescimento desse grupo religioso. O que não significa dizer que esses cismas provocaram uma ruptura significativa de pensamento com relação às mulheres. Mesmo representando a maioria dos membros das igrejas históricas e pentecostais, sempre foram subjugadas ou tiveram sua participação ativa dentro das igrejas cerceada, demonstrando que tais rupturas respondiam a outros interesses que não a valorização de uma frente de resistência e liderança femininas. Francisco Cartaxo Rolim (1985) faz uma série de levantamentos estatísticos do protestantismo através dos censos do século XX e, a partir dos dados coletados pelo autor, é possível observar que, em 1980, os protestantes no Brasil indicavam um total de 7.885.846 de adeptos, quadro que não se alterou de maneira muito acentuada no censo de 2010<sup>3</sup>, apesar da relativa queda sofrida conforme exposto na tabela a seguir.

**Tabela 1.** População evangélica histórica, por sexo e grupos de religião<sup>4</sup>.

<b>Evangélicos históricos</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Ambos</b>
Igreja Evangélica Luterana	482.382	517.116	999.498
Igreja Evangélica Presbiteriana	405.424	515.785	921.209

<sup>2</sup> “Designação de muitas seitas e igrejas protestantes, cuja fundação remonta ao reformador John Smith (c. 1554-1612), o qual desde o início adotou a prática introduzida pelos anabatistas de rebatizar os adultos por imersão. [...] Seu principal traço organizacional é a ênfase na autonomia da congregação local, o que implica a rejeição de uma Igreja identificada com o Estado territorial” (WEBER, 2004, p. 280).

<sup>3</sup> Ao longo desta pesquisa serão apontados alguns dados estatísticos referentes à religião. O objetivo na exposição desses dados é estritamente quantitativo e a visa informar e atualizar o leitor quanto à realidade religiosa da população brasileira. Portanto, não cabe neste momento analisar os dados a fim de encontrar possíveis discrepâncias ou equívocos na amostragem e métodos utilizados pelos institutos de pesquisa citados.

<sup>4</sup> Tabela produzida pela autora, por meio dos dados coletados no site eletrônico do IBGE.

Igreja Evangélica Metodista	149.047	191.891	340.938
Igreja Evangélica Batista	1.605.823	2.118.029	3.723.853
Igreja Evangélica Congregacional	48.243	61.348	109.591
Igreja Evangélica Adventista	704.376	856.695	1.561.071
Outras Evangélicas históricas	13.786	16.880	30.666
<b>Total</b>	<b>3.409.082</b>	<b>4.277.745</b>	<b>7.686.827</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=resultados>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

Segundo dados mais recentes do instituto Datafolha<sup>5</sup>, em pesquisa realizada em 2016, os protestantes correspondem a 7% da população brasileira. Com relação aos pentecostais, que começam a surgir no Brasil em 1910, os dados são bem mais significativos. Porém, antes de indicá-los é preciso compreender onde o pentecostalismo está situado. Ele pode ser definido, como aponta Paul Freston (1994, p.70-71), por três ondas históricas,

a primeira onda é da década de 1910, com a chegada quase simultânea da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911). Estas duas igrejas têm o campo para si durante 40 anos, pois as suas rivais (vindas do exterior, como a Igreja de Deus, ou de cismas da Assembleia, como a Igreja de Cristo) são inexpressivas. [...] A segunda onda pentecostal é dos anos 50 e início de 60, na qual o campo pentecostal se fragmenta [...] A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80. Sua representante máxima é a Igreja Universal do Reino de Deus (1977), e um outro grupo expressivo é a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980).

Cada uma dessas igrejas se formou através de uma história específica e, apesar do foco desta pesquisa ser a AD, é possível afirmar que o fato de carregarem o título de pentecostais denota uma origem em comum e, ainda que algumas divergências não devam ser descartadas, esses grupos compartilham, por exemplo, a valorização do Espírito em suas práticas religiosas, sendo este um dos aspectos em que mais divergem dos protestantes históricos.

<sup>5</sup> “A pesquisa do Datafolha é um levantamento por amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados. O universo da pesquisa é composto pela população com 16 anos ou mais do país. Nesse levantamento [...] foram realizadas 2.828 entrevistas em 174 municípios, com margem de erro máxima de 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Isto significa que se fossem realizados 100 levantamentos com a mesma metodologia, em 95 os resultados estariam dentro da margem de erro prevista” (DATAFOLHA, 2016, p. 8).

A característica principal desses movimentos é a aversão às normas e doutrinas da Igreja, por entenderem que a iluminação do Espírito revela tudo o que é necessário para a vida religiosa, inclusive a conduta. Todos esses movimentos são, em geral, englobados sob o título de Religiões do Espírito (MENDONÇA, 1994, p. 152).

Portanto, a fé no Espírito Santo é o que as une, e a forma como ela é vivenciada também possui algumas especificidades, atribuindo-se aos pentecostais a realização de cultos em que a glossolalia, as orações em voz alta, a participação ativa dos leigos, dentre outras coisas, são meios para se atingir o ápice dessa experiência religiosa. Trata-se de uma religiosidade que sem dúvida exerce um papel de fundamental importância social e isso se reflete em sua rápida e crescente expansão, como aponta a tabela a seguir.

**Tabela 2.** População evangélica de origem pentecostal, por sexo e grupos de religião<sup>6</sup>.

<b>Evangélicas de origem pentecostal</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Ambos</b>
Igreja Assembleia de Deus	5.586.520	6.727.891	12.314.410
Igreja Congregação Cristã do Brasil	1.060.218	1.229.416	2.289.634
Igreja o Brasil para Cristo	85.768	110.897	196.665
Igreja Evangelho Quadrangular	774.696	1.033.693	1.808.389
Igreja Universal do Reino de Deus	756.203	1.117.040	1.873.243
Igreja Casa da Bênção	52.274	73.276	125.550
Igreja Deus é Amor	365.250	480.133	845.383
Igreja Maranata	156.185	199.835	356.021
Igreja Nova Vida	37.026	53.542	90.568
Evangélica renovada não determinada	10.412	13.049	23.461
Comunidade evangélica	77.990	102.141	180.130
Outras igrejas evangélicas de origem pentecostal	2.310.653	2.956.377	5.267.029
<b>Total</b>	<b>11.273.195</b>	<b>14.097.289</b>	<b>25.370.484</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=resultados>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

Ao contrário do que se observa no caso protestante histórico, o pentecostalismo, além de possuir mais adeptos, também se divide num número

<sup>6</sup> Tabela produzida pela autora, por meio dos dados coletados no site eletrônico do IBGE.

muito maior de igrejas, constituindo, aponta o Datafolha, 22% da população brasileira. Este cenário demonstra que os pentecostais não foram capazes de romper com as cisões que começaram no interior do protestantismo, sendo frequente que indivíduos ou grupos se separem de suas igrejas, fundando novas instituições e assim por diante. Isso pode ocorrer, seja por desacordos com as lideranças eclesiais, seja por questões dogmáticas, morais e éticas. Dito isso, é possível observar que, ainda que os protestantes não necessariamente elejam os pentecostais como inimigos, a transição de membros de uma igreja protestante para uma pentecostal é comum, assim como a ocorrência de católicos convertidos é significativa, pois, ainda que representem a maior fatia da população declarada religiosa do Brasil – 64%, segundo dados do IBGE –, também representam a crença que mais se converteu ao pentecostalismo (ou ao protestantismo), sendo que 44% dos evangélicos<sup>7</sup> brasileiros já foram católicos (DATAFOLHA, 2016, p. 3). A forma como isso se manifesta em cada região do país também é relevante para compreender os motivos que levaram o pentecostalismo a crescer mais em umas, como é o caso do Nordeste, e menos em outras, como é o caso do Sul.

## 1.2 O pentecostalismo nas regiões brasileiras

Os acirrados conflitos que nascem entre as diferentes crenças religiosas, em parte por divergências dogmáticas, mas também por motivações que muitas vezes estão além de uma defesa doutrinária, perpassando interesses políticos ou até mesmo pela insegurança e o receio de ver destituído seu posto de religião hegemônica, como foi o caso, por exemplo, do catolicismo, culminaram em sangrentas guerras de religião e uma violência exacerbada em prol de uma “verdade” sustentada pela defesa de uma fé única. Esses embates percorrem a história e apresentam diferentes faces em cada período vivenciado pela humanidade e, longe de um esgotamento, tais disputas estão sempre buscando novos meios de atingir os seus propósitos. Entre católicos e protestantes houve divergências suficientes para que no Brasil se instalasse um ambiente de competição entre as duas formas de cristianismo, uma vez que os católicos

---

<sup>7</sup> O termo *evangélico* é empregado aqui porque a pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, apesar de fazer a distinção entre pentecostais e não pentecostais, se refere a eles como evangélicos para apresentar os dados que articulam estes dois segmentos religiosos.

sentiram que o espaço que haviam conquistado e preservado durante tanto tempo estava sendo ameaçado, reagindo imediatamente com atitudes que vão “desde o afastamento no trato social e a recusa de cumprimentos quando os protestantes passavam pelas ruas da cidade, desde os termos pejorativos, até as hostilidades aos templos” (ROLIM, 1985, p. 21).

Como nem todas as religiões estão imunes de sofrer represálias, os católicos também foram atingidos por um período turbulento da história do Brasil. No século XX, o país presenciou a implantação de um sistema político que nem a tida como a mais forte das religiões cristãs foi capaz de resistir. A ditadura militar de 1964 foi responsável por prender, punir e censurar diversas práticas que poderiam ser compreendidas como uma ameaça. Rolim (1985) enfatiza as questões sociais como um fator que está fortemente atrelado à religião, não à toa foram os movimentos comunitários a que os católicos estavam vinculados que mais sofreram com a intimidação dos militares. Assim, quem antes reprimia os protestantes acabou sofrendo com a repressão política e, nesse movimento em que todos em certa medida se viam censurados, o pentecostalismo encontra

sua passagem livre, ele que nos anos 40, forçado pela resistência do catolicismo tradicional, ao mesmo tempo que concentrava suas forças para não perecer, via nascer em seus simples adeptos mais que nos pastores um dinamismo novo em busca de novas conquistas (ROLIM, 1985, p. 23).

E, nesse sentido, o protestantismo que se instalou em cada uma das regiões do Brasil foi responsável pelo modo como o pentecostalismo penetrou em cada uma dessas áreas. O Sul foi a região que mais cerceou a presença de qualquer religião que não fosse de fé luterana, uma vez que a instalação dos colonos que ali residiam era majoritariamente integrada por adeptos dos ensinamentos de Lutero, e, como assim pretendiam permanecer, não haveria de modo algum a intenção de se “misturar” com aqueles que não compartilhavam da mesma crença. De um ponto de vista sociológico, Rolim (1985, p. 25) compreendeu que essa região, “[...] principalmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tornou-se o cenário do evangelismo étnico-cultural”, que evidencia o viés mais conservador daqueles que não pretendiam abandonar sua linhagem e cultura europeia, pois, mesmo que não habitassem mais tal continente, desejavam manter-se invioláveis e “puros”.

No que se refere às demais regiões brasileiras, a ocorrência da presença pentecostal dá-se de modo completamente oposta à do Sul. No Norte, Nordeste e Centro-Oeste, houve um forte fluxo de missionários europeus e norte-americanos comprometidos em espalhar a sua mensagem de fé pelos diversos cantos do país. É justamente nestes locais que se dá a implantação do protestantismo de cunho proselitista<sup>8</sup> (ROLIM, 1985). Para se firmarem, passou a ser ação comum a realização de diversos cultos públicos, embora pudessem ocorrer também em outras dependências fechadas como, por exemplo, nas residências dos fiéis. Nesses cultos, a participação mais próxima da população leiga e o acesso cada vez mais íntimo e direto com a Bíblia foram relevantes para o sucesso de seu crescimento, ou seja, não havia a necessidade exclusiva da presença de um sujeito letrado para realização das atividades, permitindo que todos em certa medida participassem e contribuíssem na evangelização de seus pares e, conseqüentemente, daqueles que ainda não tinham se convertido. Entre esses personagens figuravam os mais pobres, negros e, principalmente, mulheres.

Ainda que sua expansão no século XX tenha sido rápida, na região Nordeste, não houve uma receptividade para com os protestantes e pentecostais instantaneamente. Ao contrário, resistiu a ele num primeiro momento. O que explicaria tal reação são as condições que a região se encontrava exposta, isto é, economicamente mais desfavoráveis e muitas vezes dependentes de um apoio religioso para amenizar sua realidade precária. No entanto, esse suporte já era oferecido pelo catolicismo, assim como entende Rolim (1985, p. 28),

[...] Somos de parecer que, ao lado do subdesenvolvimento e das tradições locais, há que levar em conta os grandes centros de romaria funcionando como muralhas de defesa ante a penetração pentecostal. Os grandes centros de romaria – Juazeiro do Padre Cícero, Canindé, Bom Jesus da Lapa, bem como outros menores, mobilizando milhares de romeiros dos mais diversos recantos nordestinos – exerceram sem dúvida o papel de opor o devocional católico à religião pentecostal, carregada de espontaneidade e de proteção.

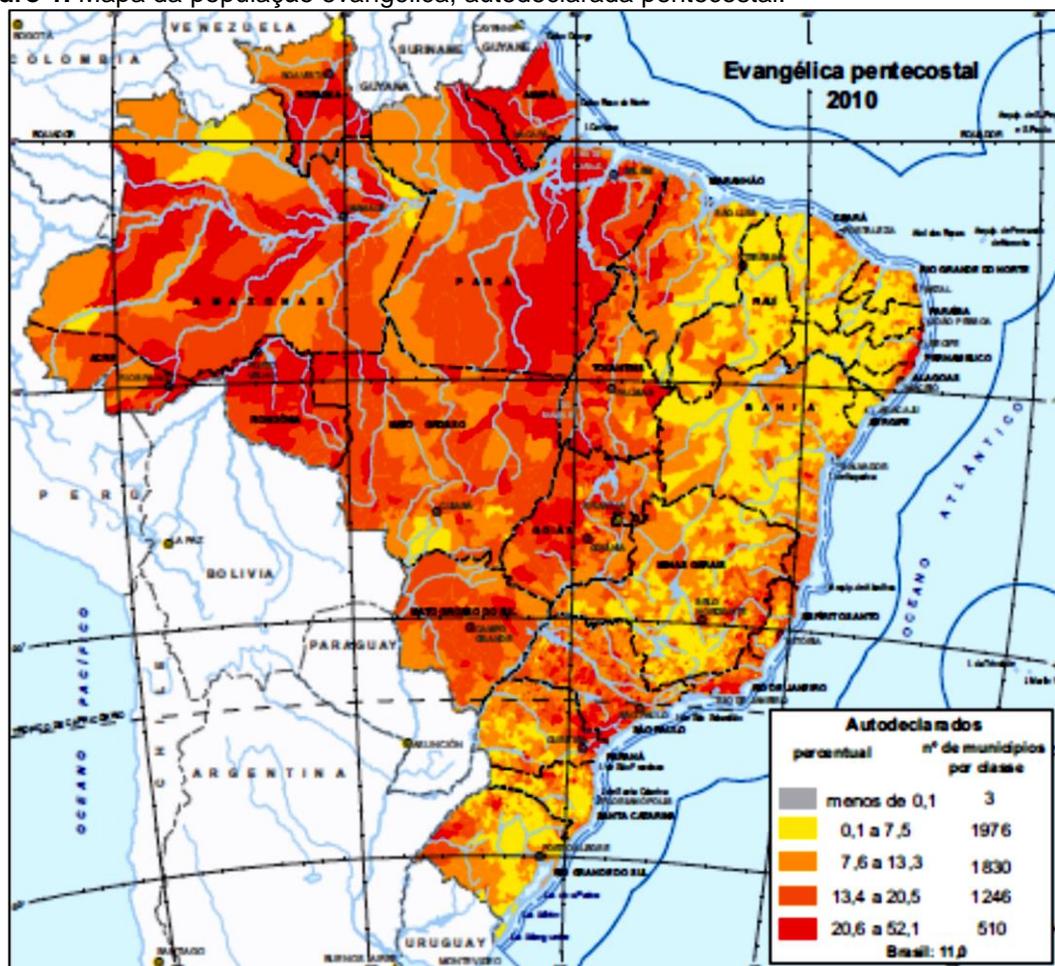
O fato de os mais pobres, sobretudo na região Nordeste, se encontrarem alicerçados na religiosidade católica não representou condição suficiente para

---

<sup>8</sup> Rolim (1985) emprega o termo *proselitista* em sua obra com a intenção de demonstrar uma religiosidade que tinha como principal abordagem atingir as populações mais pobres, através dos cultos públicos e fechados, por meio de diversas missões religiosas. No entanto, não tem a pretensão de fazer uso de tal palavra com a conotação negativa que possui, embora isso possa ocorrer. Utiliza também para este mesmo contexto a expressão protestantismo de *conversão* ou *conversionista*.

evitar que os pentecostais alcançassem uma posição próspera com este mesmo grupo de desfavorecidos, pois aqueles que “[...] o catolicismo oficial supunha ter sob seu domínio, permaneciam à margem de um trabalho criativo que fosse ao encontro da sua espontaneidade e das raízes da sua fé” (ROLIM, 1985, p. 62), sendo as bases desses setores populares e a possibilidade de viver a experiência religiosa de outras maneiras que motivaram os seus fiéis a seguir e a perpetuar as igrejas de origem pentecostal, que se reflete no século XXI, conforme o mapa a seguir.

**Quadro 1.** Mapa da população evangélica, autodeclarada pentecostal.



Fonte: IBGE, Atlas do Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

É de se esperar que esse crescimento venha acompanhado de alguns traços marcantes. Como já foi visto, o pentecostalismo não surgiu do nada, tendo no protestantismo uma porta de entrada para fincar suas raízes. E mesmo que se diferencie deste em diversos aspectos, há de se considerar que tal religião cristã teve um papel relevante no contexto apresentado. Mas não é só do universo

religioso que o pentecostalismo sobrevive, uma vez que as questões sociais são diretamente afetadas pelo espectro religioso e vice-versa, influenciando na organização social e na vida dos sujeitos que a integram. Fatores econômicos rondam tal realidade, pois pode-se facilmente atribuir ao pentecostalismo o papel de religião dos mais pobres. Apesar de não ser uma regra, “[...] a maioria dos templos estão instalados preferencialmente nas periferias das cidades, em bairros populares, e nas cidades estão estrategicamente situados próximos às rodoviárias ou às paradas de ônibus” (ORO, 1996, p. 49). Como demonstrado na tabela abaixo, a renda dos integrantes deste grupo religioso, em sua maioria, não ultrapassa dois salários mínimos mensais.

**Tabela 3.** População evangélica de origem pentecostal, por sexo e classes de rendimento (salário mínimo)<sup>9</sup>.

<b>Classe de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos (salário mínimo)</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Ambos</b>
Até 1/2	302.208	577.817	880.025
Mais de 1/2 a 1	1.225.738	1.585.807	2.811.546
Mais de 1 a 2	2.137.479	1.671.971	3.809.450
Mais de 2 a 3	761.268	322.466	1.083.734
Mais de 3 a 5	482.919	205.854	688.772
Mais de 5 a 10	245.981	106.543	352.524
Mais de 10 a 15	31.905	14.047	45.952
Mais de 15 a 20	22.047	7.806	29.853
Mais de 20 a 30	10.581	3.134	13.715
Mais de 30	7.419	2.272	9.691
Sem rendimento	240.840	338.401	579.241
<b>Total</b>	<b>5.468.385</b>	<b>4.836.119</b>	<b>10.304.504</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=resultados>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

Outro fator de destaque no pentecostalismo é o caráter fortemente emocional que possui, ou seja, os cultos geralmente são realizados através da

<sup>9</sup> Tabela produzida pela autora, por meio dos dados coletados no site eletrônico do IBGE.

intensa manifestação das emoções de seus membros, sendo as expressões corporais, as músicas e o próprio tom de voz na realização das orações e dos testemunhos um conjunto de ações que propiciam que se crie um ambiente em que os fiéis se sintam mais conectados, pois visam a entranhar-se nos sentimentos e angústias mais profundos do sujeito.

[...] os rituais em forma de rezas, louvações, risos, choros, contribuem para formar um ambiente contagiante de expansividade emocional, alguns fiéis chegando a atingir um estado de transe ou semi-transe. O silêncio e a concentração estão ausentes nos rituais do pentecostalismo. Ao contrário, prevalecem as manifestações verbais, espontâneas ou repetitivas às preposições dos pastores, as quais, às vezes, se transformam em gritos (ORO, 1996, p. 51-52).

Por isso, os pentecostais são facilmente identificados como um grupo que com frequência desfruta de todas essas angústias, sofrimentos e fragilidades do indivíduo em âmbito familiar e financeiro, dentre outros, para justificar a presença do “mal” (que pode ser satanás, os demônios), ao mesmo tempo em que defende uma conexão espiritual como único meio possível para solucionar os infortúnios que afligem a vida do sujeito. Ainda que nem sempre tais atitudes sejam mal-intencionadas, há de se considerar que nesses espaços não são debatidas “[...] a exploração econômica, as injustiças, as dificuldades financeiras, a manipulação política e ideológica [...]; o quadro ideológico fornecido pelos pastores apresenta uma explicação satisfatória” (ORO, 1996, p. 53).

E na medida em que as mazelas do mundo não são abordadas sob o viés de um grave problema social, encontrando na espiritualidade todas as explicações necessárias, corre-se o risco de esse movimento religioso manifestar-se de maneira conservadora porque não aceita a existência do outro, tornando comuns práticas de intolerância religiosa, principalmente contra as matrizes que são consideradas totalmente opostas aos valores nutridos pelo cristianismo, como é o caso, por exemplo, das religiões afro-brasileiras, além de inúmeras atitudes discriminatórias a determinados segmentos da sociedade que não se enquadram – para eles – na mesma visão de mundo.

Isso se arrasta pela história sempre gerando diversos enfrentamentos por parte dos que querem corroborar e legitimar tais ações, mas o real agravante de tais práticas é elas ganharem conotações cada vez mais radicais. Sendo assim, os tópicos seguintes discutem as características principais da AD e, à medida que seus aspectos ficam mais elucidados, espera-se que a questão da linha tênue que

separa “liberdade” de práticas e condutas e o “cerceamento” e imposição de responsabilidades religiosas a partir de uma moral inviolável encontra seu lugar nessa instituição religiosa consolidada e em ascensão, que afeta em grande medida as mulheres e sua capacidade de representatividade, limitada até agora a sua condição numérica elevada.

### 1.3 A chegada da Assembleia de Deus

A AD representa atualmente a maior denominação evangélica do país<sup>10</sup>. Sua chegada foi tímida, mas, ao mesmo tempo, rápida e expressiva. Está situada na primeira onda histórica do pentecostalismo brasileiro, junto com a Congregação Cristã (FRESTON, 1994). Tem sua origem no início do século XX, através de uma história que é contada e recontada pelos seus membros ou pelos estudiosos do tema, por ser essa uma questão fundamental para compreender as características que permeiam o amplo universo da AD. Por isso, mais uma vez, cabe aventurar-se por essa trama de acontecimentos que tornam ainda mais interessante as investigações acerca dos pormenores que envolvem essa instituição em crescente expansão.

Sua chegada, em 1911, dá-se por meio de uma dissidência que ocorre em Belém do Pará, marcada pela chegada de dois suecos que vieram dos Estados Unidos para o Brasil. Trata-se de Daniel Berg<sup>11</sup> e Gunnar Vingren<sup>12</sup>. O fato de serem duas das figuras masculinas mais conhecidas da história da AD já demonstra “o apagamento intencional das mulheres na história do Brasil e nas instituições, além

---

<sup>10</sup> Ver tabela 2.

<sup>11</sup> “Daniel Berg nasceu em 19 de abril de 1884 em Vargön, Suécia. De família batista muito pobre, segundo relata sua biografia, sofreu na infância a marginalização de ser ‘pagão’ (só foi batizado aos 15 anos) numa sociedade que batizava as crianças, e em que a Igreja Luterana, estatal, controlava escolas, igrejas. Aos 18 anos, Berg foi para Inglaterra e de lá para os EUA. Chegou ao Brasil em 1910, aos 26 anos de idade, onde viveu por 52 anos, e vindo a morrer em 1963, na Suécia. [...] Enfim, este homem que é fundador da AD, morreu no ostracismo. Não há qualquer registro de Daniel Berg ter recebido uma consagração oficial como pastor. Seu nome desaparece dos jornais da denominação e há apenas dois artigos assinados por ele. [...] A partir da década de 1960, [...] houve todo um discurso elogioso sobre ‘dois heróis suecos’ – provavelmente uma tentativa de ‘compensação’ pelos anos que foi relegado ao esquecimento” (ALENCAR, 2010, p. 55-56).

<sup>12</sup> “Vingren é o antônimo de Berg. Líder, com formação teológica no Seminário Teológico Batista Sueco de Chicago (1909), Vingren nasceu em 8 de agosto de 1879, em Ostra Husby, na Suécia. [...] Em 1903, já com 24 anos, foi para os EUA e, depois de formado, iniciou seu ministério pastoral na Primeira Igreja Batista de Chicago. Viveu 22 anos no Brasil (1910-32), e além do pastorado na Igreja-mãe em Belém-PA, também pastoreou a Igreja do Rio de Janeiro (capital federal, na época) por nove anos, vindo a morrer em 29 de junho de 1933, na Suécia” (ALENCAR, 2010, p. 56-57).

do largo caminho de luta das mulheres que sempre sofreram com os vários retrocessos e dos caprichos dos homens” (VILHENA, 2017, p. 115). De todo modo, essa etapa ficou marcada como uma das mais importantes para compreender toda a complexidade em que a AD está inserida.

Assim, ainda que eles tenham vindo dos EUA, é incorreto afirmar que foram enviados pelo país norte-americano em nome de alguma missão para ser realizada em terras brasileiras. Se alguém os enviou, certamente não tem origem “mundana”, pois conta-se que foi um chamado divino que os guiou até o Norte do Brasil. Ambos eram batistas e é justamente por esse motivo que são bem acolhidos, num primeiro momento, pelos adeptos dessa denominação. No entanto, quando aqui chegaram, já haviam abandonado aquela que um dia foi sua crença original, uma vez que as práticas pentecostais já faziam parte do seu cotidiano, o que rapidamente se tornou a causa de alguns conflitos entre os dois suecos recém-chegados e a igreja batista. Ou seja, ainda que as novidades trazidas por estes dois homens tenham culminado numa série de convites para que Vingren realizasse diversos cultos de oração, ganhando a admiração de muitos membros da igreja, não foram suficientes para mantê-los unidos, ocasionando a expulsão dos suecos.

Em junho de 1911, fundam a “[...] primeira *Missão da Fé Apostólica* no Brasil, posteriormente chamada de Assembleia de Deus” (FAJARDO, 2011, p. 410). Como aponta Gedeon Alencar (2010), não se sabe ao certo por que a MFA passou a ser chamada de AD, apesar de saber que sua origem se situa nos Estados Unidos, sendo a primeira nomenclatura utilizada pelas igrejas de negros pentecostais e, a segunda, pelas igrejas de brancos pentecostais.

Há um fosso abismal entre estas duas denominações, e não são apenas diferenças teológicas, mas socioeconômicas também. A AD, nos EUA, nasceu como uma federação de igrejas que haviam se pentecostalizado e não queriam identificação com o movimento negro. [...] Originalmente, é uma igreja racista. [...] Suecos pobres e marginais, eles não deveriam ter nenhuma afinidade com o nome *Assembleia de Deus*. Seria mais lógico a sua identificação com a *Missão de Fé Apostólica* (ALENCAR, 2010, p. 65).

A implantação da AD no Brasil se caracteriza por um processo que agrega diversos grupos marginalizados, ou seja, atinge as camadas mais pobres da população com suas respectivas minorias representadas – principalmente, negros e mulheres – e esta é sua marca registrada. Portanto, não faz sentido os suecos se apropriarem de um termo cuja bases originárias são segregacionistas,

para identificar um grupo situado no oposto desta lógica. Rolim (1985) ainda destaca que os mais desfavorecidos se sentiam de alguma forma contemplados com os cultos realizados pela AD, pois as celebrações oficiais da Igreja Católica encontravam-se muito mais distantes da realidade desses sujeitos, por suas estruturas mais hierarquizadas e enrijecidas, ao passo que a AD e seus “[...] novos adeptos criaram um espaço religioso, onde reinavam maior convivência e participação coletiva” (ROLIM, 1985, p. 42). Ainda serão muitos os desdobramentos acerca do surgimento, consolidação e crescimento da AD no Brasil, pois, embora passe a ideia inicial de ser um movimento dos pobres para os pobres, se modificou de tal modo que tudo aquilo que a caracterizava nas primeiras décadas de seu surgimento, não pode mais ser aplicada indistintamente para todos os demais períodos que contemplam sua história, sendo a própria confusão na mudança do nome um primeiro indício dos desafios que o movimento vai encontrar para se organizar enquanto instituição.

### **1.3.1 A consolidação da Assembleia de Deus**

A década de 1930 representa para a AD um marco para a consolidação de uma igreja que começa a se burocratizar e institucionalizar. Surge inicialmente no Pará e rapidamente se estende para outros Estados do país, tais como Alagoas, Amapá, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo o Rio Grande do Sul<sup>13</sup>. Consequentemente,

igrejas são abertas sem ter pastores para cuidar delas; pessoas são batizadas na água (efetivando, assim, a filiação), mas não há obreiros credenciados para lhes ministrarem a Santa Ceia; missionários chegam do exterior sem definição de igrejas e locais de trabalho (ALENCAR, 2010, p. 70).

Nesse momento de formação é difícil definir se há uma unidade coesa que os define, pois de um lado temos os suecos e os norte-americanos que não conseguiram se manter no controle por muito tempo; e, de outro lado, temos os brasileiros ocupando cada vez mais os lugares de liderança e definindo os seus próprios métodos de organização, ampliando ainda mais o leque de possibilidades ao considerar a existência de uma tradição assembleiana. Por isso, os anos de

---

<sup>13</sup> O movimento ganha dimensões nacionais tão significativas que nem o Sul, após cercar tanto a presença de outras religiosidades no seu território, consegue escapar dessa calorosa expansão.

1930 são cruciais nesse contexto, porque foi nesse período que os pastores brasileiros se organizaram e criaram a primeira Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), em Natal-RN (FAJARDO, 2011). Conforme destaca Maxwell Pinheiro Fajardo (2011), esta convenção decide manter as regiões Norte e Nordeste sob a responsabilidade dos pastores brasileiros, enquanto as regiões Sul e Sudeste ficariam sob a tutela dos missionários estrangeiros que abrissem novas igrejas nesses locais. E foi nesta convenção que as atribuições de gênero ficaram ainda mais em evidência, tendo em vista que,

[...] as discussões convencionais passaram a ser reservadas apenas aos homens, sendo facultada às mulheres a participação somente em cultos públicos à noite. É importante observar que essa restrição, imposta a partir de 1930, resultou em ausência de qualquer menção às questões de gênero por mais de cinco décadas. As discussões em torno desse tema só reapareceram quando os ideais feministas passaram a exercer pressão em diversas esferas da sociedade, inclusive na religião (GOMES, 2015, p. 148).

Trata-se de uma igreja que cresceu, sobretudo, pela ativa participação dos leigos, afinal, ser um grande estudioso e conhecedor dos fundamentos teológicos não era uma exigência, pois muito mais importante era a mensagem e a fé que o sujeito manifestava na realização dos cultos ou de outras atividades religiosas. Nesse sentido, o pentecostalismo na AD pode ser lido como o primeiro despertar de grupos marginalizados para outras formas de vivenciar a religião, ainda que muito mais para os homens, do que para as mulheres.

[...] quando pessoas ou grupos insatisfeitos com a rotina eclesial, ou acicatados por situações de efervescência social, decidem liberar o sagrado em favor de uma religião mais emocional que possa amenizar os impactos situacionais do cotidiano. As mudanças institucionais, regra geral, têm início, não por contestação intelectual, mas pela liberação ao menos parcial do sagrado através de formas emocionais de experiência religiosa (MENDONÇA, 2004, p. 41).

Porém, a liberdade religiosa da AD figura muito mais por uma sensação de pertença a uma igreja com seus respectivos ensinamentos do que como algo que realmente possibilite a atuação livre do fiel, porque na realidade não há permissão para isso. Ou seja, as igrejas tradicionais são muito conservadoras com relação à maneira como o indivíduo expressa sua fé. “Até hoje, qualquer tipo de dança é reprimido e, liturgicamente, [...] o padrão de culto assembleiano é bem fechado e definitivo: em grande número de Igrejas, [...] a participação é domesticada” (ALENCAR, 2010, p. 91). Dessa forma, há um controle na

espontaneidade do fiel e, ainda que os cânticos sejam fortemente presentes na realização dos cultos, e que qualquer um, sem distinção, possa dar um testemunho, pregar, orar, falar em línguas, etc.,

[...] tudo segue muito bem definido e restritivo: vestimenta, ritmos, posturas, liderança, ritos, interditos, etc. O culto começa *apenas* com uma oração, depois se cantam *apenas* três hinos da Harpa Cristã, depois se faz *apenas* uma leitura bíblica, e dá-se oportunidade para o conjunto de senhoras/jovens/crianças e alguns testemunhos. Há décadas o culto “guiado” pelo Espírito Santo realiza-se – apenas – assim. E ninguém se atreve a mudar. Nem o Espírito (ALENCAR, 2010, p. 92).

Mesmo assim, isso é aceito e fortemente seguido pelos seus membros. Segundo dados mais recentes do Datafolha (2016), 64% dos evangélicos afirmaram receber alguma recomendação de como se vestir, enquanto 34% seguem totalmente esta exigência e 21% a seguem parcialmente<sup>14</sup>. Independente disso, é interessante observar como cada fiel fez questão de carregar consigo sua igreja e suas práticas religiosas, estabelecendo cultos em sua própria casa, sendo visível sua realização em periferias urbanas e comunidades rurais, formando em cada região que se instala pequenos grupos que crescem através da iniciativa daqueles que ao possuírem um pouco de contato com a Bíblia se preparam para repassar para outros sujeitos contando e recontando os mesmos episódios que aprenderam. E, assim, inicia-se um ciclo que “passa então do informal para o formal, sem, todavia, quebrar a solidariedade inicial. Da nucleação emerge agora uma pequena comunidade, a congregação, formalmente integrada à organização do templo-sede” (ROLIM, 1985, p. 47). A estratégia proselitista, defendida por Rolim (1985) como fundamental para consolidação e expansão do movimento pentecostal no Norte e Nordeste do país, mostrou-se eficaz e ocorreu, principalmente, através da migração dos fiéis para outros estados ou cidades, levando consigo os ensinamentos adquiridos para onde anteriormente residiam.

A partir disso, nasce a noção de *campo de trabalho*, que contempla diferentes formas de organização que podem apresentar um poder mais restrito, ou um poder mais abrangente. Já as congregações, que reúnem “[...] pastores, presbíteros e diáconos com voz ativa” (ROLIM, 1985, p. 48), são conhecidas como ministérios e são, geralmente, responsáveis pelo conjunto de atividades de diversas

---

<sup>14</sup> Os dados mais recentes revelam que mesmo com o passar dos anos, os evangélicos ainda mantêm muito dos hábitos adquiridos no início do século XX e, aparentemente, não há uma intenção direta de romper com eles.

igrejas. “Além dessas formas organizacionais, há as assembleias de pastores” (ROLIM, 1985, p. 48), que são as convenções nacionais ou regionais em que os pastores deliberam sobre a nomeação dos presbíteros e também sobre os que ficam responsáveis por preparar o material utilizado pelas escolas dominicais, devendo ser obedecidas por todos os fiéis sem exceção. Assim, começa a surgir uma distribuição dos poderes institucionais (ROLIM, 1985), mas isso não impede que a AD demonstre fortes traços de descentralização, uma vez que tais organizações legais não têm condição de controlar uma possível cisão entre seus membros e a igreja-mãe, dando origem a um novo grupo que será legitimado muito mais pelos fiéis do que pelo corpo institucionalizado. Afirmar tal condição não significa dizer que a formação de uma nova instituição deixe de responder completamente às instâncias superiores, isto é, de algum modo elas ainda carregam um vínculo com os princípios e valores fundantes, e, portanto, tentarão preservá-los.

### **1.3.2 As Assembleias de Deus e seus ministérios**

De seu surgimento, em 1911, até as décadas de 1930 e 1940, a AD já se apresenta como uma instituição grande e burocratizada. No entanto, o que marca sua oficialização como instituição formal é “[...] o registro das Casas Publicadoras das Assembleias de Deus (CPAD) em março de 1940” (ALENCAR, 2010, p. 51). Como citado anteriormente, a AD passa a se dividir em ministérios e, ainda que cisões já ocorram desde a década de 1920, é nesse período de surgimento da CPAD<sup>15</sup> que as divisões ministeriais ficam mais evidentes. Isso ocorre porque a luta que antes era voltada para os conflitos com os católicos e protestantes passa a ocorrer por meio de fortes embates internos, pois a instituição foi se tornando cada vez maior e mais rica, gerando disputas de poder de cunho muito mais político e ideológico do que propriamente religioso.

Nas décadas de 1980 e 1990, quando o pentecostalismo, percentualmente, se tornou hegemônico, o desafio da AD – agora em processo de aburguesamento, não é realizar uma apologética pentecostal,

---

<sup>15</sup> “Depois de um período de quase 10 anos sem Convenção, na 8ª Convenção Geral, em Recife, em 1946, a CPAD foi reconhecida como órgão oficial da Igreja. Em 1947, um brasileiro assumiu pela segunda vez (1937, Paulo Macalão foi o presidente) o cargo de presidente da Convenção, até agora nas mãos dos suecos e somente a partir de 1953 os brasileiros assumiriam definitivamente essa função” (ALENCAR, 2010, p. 51).

“glorificar a Deus pela perseguição” ou se destacar pela glossolalia, mas conseguir algum “diferencial” dentro do mundo pluralista do pentecostalismo (ou gospel, ou neopentecostalismo, pós-pentecostalismo, pós-denominacionalismo etc.) quando o “mercado religioso” está cada vez mais competitivo e confuso (ALENCAR, 2010, p. 53).

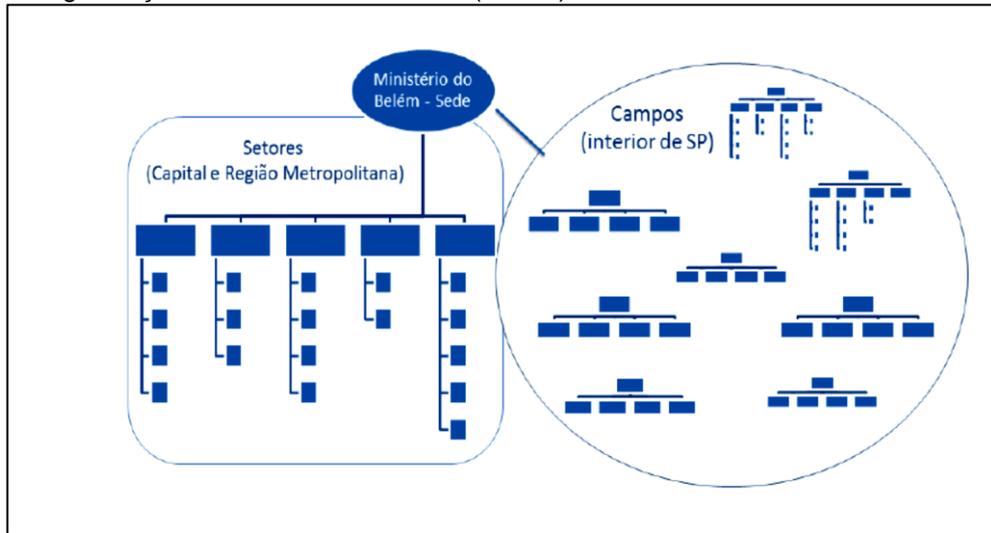
Surge nesse contexto o questionamento em torno das expressões Assembleia de Deus ou Assembleias de Deus (ADs). Qual seria o mais apropriado? De fato, elas se apresentam por meio de igrejas diferentes e, ainda que guardem uma base doutrinária em comum, muitas delas criaram suas próprias convenções e desenvolveram suas próprias formas de administração. Segundo Alencar (2010), as duas expressões são utilizadas justamente porque ninguém sabe exatamente o que ela é. Sendo assim, a partir de agora esta pesquisa vai se referir a esta instituição como Assembleias de Deus (ADs), no plural, por concordar que esta expressão deixa clara a complexidade que estas igrejas apresentam, afinal, só em São Paulo, cidade em que Fajardo (2015) realizou um estudo piramidal<sup>16</sup> das ADs, é possível observar que, entre os anos de 2009 e 2010, havia mais de 27 ministérios diferentes num único bairro, notadamente em regiões mais periféricas.

Os Ministérios, portanto, se dividem em três ramos distintos: Belém, Madureira e as Independentes. A AD do Ministério de Belém (ADMB) é a mais conhecida no país dentre as três, mas “[...] atualmente restringe suas atividades ao Estado de São Paulo” (FAJARDO, 2015, p. 4-5). Suas congregações estão subordinadas a determinados setores “[...] que consistem em sedes regionais que têm autonomia para administrar as congregações de sua área geográfica delimitada, embora devam prestar contas à sede geral do bairro de Belém” (FAJARDO, 2015, p. 5). Fajardo apresenta um diagrama que demonstra como estão representados as igrejas-sede, os setores e as congregações.

---

<sup>16</sup> “Em cidades como São Paulo, cada um dos grandes Ministérios está organizado em um sistema administrativo piramidal, normalmente obedecendo a uma estrutura onde a Igreja-sede ocupa lugar de destaque, tanto no aspecto administrativo como no simbólico. O templo sede normalmente é a igreja mais antiga do Ministério, à qual os obreiros responsáveis pelas demais congregações (que podem chegar a centenas) devem prestar contas. [...] No templo-sede também acontecem os eventos que mobilizam todo o Ministério como os Congressos de jovens, adolescentes e senhoras. [...] Como símbolos do poder do Ministério, os templos-sede se destacam pela arquitetura que contrasta com as pequenas congregações a ele ligadas” (FAJARDO, 2015, p. 3-4).

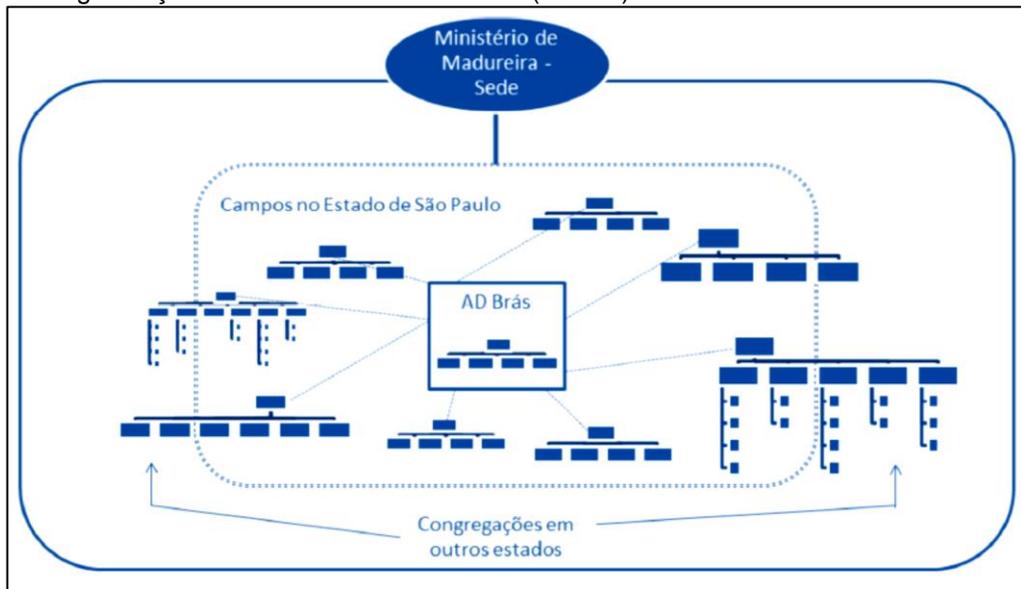
**Figura 1.** Organização do Ministério de Belém (ADMB).



Fonte: FAJARDO, Maxwell. A organização piramidal das Assembleias de Deus na cidade de São Paulo, 2015.

O segundo Ministério é o de Madureira (ADMM) que foi o responsável pela maior dissidência que já ocorreu no interior da CGADB. Em 1989, eles fundam a Convenção Nacional dos Ministros da Assembleia de Deus – Ministério de Madureira (CONAMAD). Em comparação com o Ministério de Belém, se apresenta de forma um pouco mais complexa. Como aponta Fajardo (2015, p. 8), a ADMM não se limita “[...] a uma determinada área geográfica e normalmente têm um CNPJ próprio. Assim, um campo da ADMM com sede em determinado bairro de São Paulo, por exemplo, tem autonomia para abrir igrejas em quaisquer cidades do país”. Dessa forma, sua complexidade é evidente, pois igrejas de campos diferentes podem se apresentar num mesmo bairro e ser, ao mesmo tempo, do mesmo Ministério, conforme figura a seguir.

**Figura 2.** Organização do Ministério de Madureira (ADMM).



Fonte: FAJARDO, Maxwell. A organização piramidal das Assembleias de Deus na cidade de São Paulo, 2015.

Assim, Fajardo (2015) segue demonstrando outras variações de ministérios e destaca o Ministério de Perus (ADMP) e o Ministério do Ipiranga (ADMI) como outras divisões, que, embora apresentem alguns aspectos em comum com os outros dois ramos – Belém e Madureira –, divergem em outros aspectos, uma vez que estas últimas estão muito mais preocupadas em manter algumas características tradicionais da sua formação, enquanto as primeiras – que podem ser definidas como Independentes –, ainda que se organizem por grandes ministérios, têm maiores dificuldades em manter uma conjuntura mais organizada por vínculos estritamente tradicionalistas.

**Figura 3.** Outros sistemas de organização.



Fonte: FAJARDO, Maxwell. A organização piramidal das Assembleias de Deus na cidade de São Paulo, 2015.

### 1.2.3 Algumas particularidades das Assembleias de Deus

Fica cada vez mais nítido o campo complexo no qual as ADs estão inseridas e, conseqüentemente, os desafios em torno de compreender suas características fundamentais na atualidade. Pode-se definir como aspecto comum entre as mais variadas igrejas deste segmento aquilo que é proveniente do pentecostalismo clássico, ou seja, uma religião que nutre grande apreço pela manifestação do Espírito e pela vivência religiosa através da experiência, não importando a que ministério pertençam. Com o passar do tempo, apresentam algumas particularidades que diferem daquilo que marcou sua origem, ao mesmo tempo em que guardam no cerne da sua tradição muitos dos valores e princípios morais que as caracterizam e as definem.

Enquanto hoje a ênfase está no exorcismo, na prosperidade, na benção e no poder político, no início do século o pentecostalismo enfatizava o batismo (glossolalia), a cura e a santidade pessoal – isto, ainda mais no restrito espaço dos templos e residências familiares. Bem diverso da pregação neopentecostal, hoje feita em cadeia nacional na TV (ALENCAR, 2010, p. 81).

Pode-se dizer que é uma instituição que se moderniza, uma vez que o próprio pentecostalismo sugere a ideia de um movimento que tem a capacidade de se adaptar e se moldar de acordo as necessidades de cada época. Ainda assim, é possível destacar alguns aspectos que não se alteraram muito, ou nada, no decorrer do tempo. Um deles está diretamente relacionado com a ideia tão difundida de religião marginalizada, que se caracteriza assim desde os primórdios, o que é encarado por muitos de seus membros como uma “benção” divina. Ou seja, ser a religião dos pobres os fazem possuir o seguinte pensamento:

[...] A Igreja Primitiva que aparece em Atos dos Apóstolos era perseguida? Sim, então a AD também deve ser. Quem perseguia a igreja? Os doutores da lei, os religiosos oficiais, os sábios, os homens do poder, os pecadores. Quem está perseguindo a mensagem pentecostal hoje? Os pastores formados em seminários (batistas, presbiterianos, etc.), os religiosos oficiais (na Suécia, os luteranos; no Brasil, os padres), os sábios (jornalistas), os poderosos (fazendeiros), os pecadores (bêbados, arruaceiros) (ALENCAR, 2010, p. 83).

Assim, eles sofrem como Cristo sofreu e acabam se identificando com o Evangelho, e se sentindo privilegiados por estar em concomitância com a vida resignada de Jesus apresentada na Bíblia. Outro aspecto que as ADs ainda

conservam em seu interior está diretamente relacionado com as lideranças pastorais. Os líderes das igrejas são sempre homens<sup>17</sup>.

O pastor-presidente das ADs recebe a configuração de senhor patriarcal, com o processo de institucionalização denominado pela “*rotinização do carisma*”, quando o carisma se tradicionaliza. Se a dominação carismática é de caráter extracotidiano e representa uma relação social estritamente pessoal, a rotinização acontece quando ocorre uma relação contínua, permanente, entre o pastor das ADs e os seus servidores, seus obreiros, seus presbíteros e seus evangelistas, que vão obedecê-lo em virtude da crença na sua santidade, nas ordenações e nos seus poderes senhoriais (CORREA, 2015, p. 3).

O pastor é, portanto, além daquele que administra o poder, a figura personificada do próprio poder (ALENCAR, 2010). E inúmeros esforços serão realizados na tentativa de manter essa condição. Para isso, se antes a escolha de um pastor-presidente se dava por intermédio de uma votação, pois dependia de esforço árduo e dedicação constante para chegar ao cargo, hoje ela ocorre por consanguinidade masculina, passando de geração para geração e de pai para filho, nunca de pai para filha, ou de mãe para filha, ou de mãe para filho. Assim, desde muito cedo, os herdeiros são preparados para ocupar o cargo de liderança dentro dos ministérios e pode-se observar “[...] que a massa se submete passivamente a uma pequena classe dirigente” (CORREA, 2015, p. 5).

Aqui já se nota uma grande falácia no discurso que valoriza a pobreza em todas as suas dimensões, afinal, sua membresia é pobre, mas seus líderes não, o que por si só já é uma grande contradição. Nutrem uma aversão ao mundo<sup>18</sup>, pois este “[...] é decadente e avança para a destruição; sua destinação final, a destruição, está cada vez mais próxima e com ele, todos os seus pertencentes” (ALENCAR, 2010, p. 141). Porém, muitos líderes aparentemente se esquecem disso e não parecem muito preocupados em se lembrar. As ADs representam uma heterogeneidade que deve ser sempre levada em consideração, mas com um esforço analítico é possível notar que compartilham de diversos aspectos em comum que lhes permitem serem “tachadas” desde o seu comportamento eclesial até suas práticas e hábitos cotidianos.

<sup>17</sup> “Politicamente, numa época em que apenas os homens votavam e eram votados, a AD apenas seguiu o modelo de liderança masculina. Aliás, algo comum em todas as demais igrejas protestantes e católicas” (ALENCAR, 2010, p. 109).

<sup>18</sup> Aqui já é possível observar traços de um escatologismo diante de uma forte negação do mundo e tudo que é proveniente dele. Conforme destaca Alencar (2010, p. 144), “o conservadorismo é levado tão a sério que qualquer ‘revisão’ histórica [...] seria impossível”.

#### 1.4 O pentecostalismo e a questão de gênero

As ADs apresentam algumas características que as fazem ter fortes vínculos com a ideia de tradição e, mesmo que tenham alguma capacidade própria do pentecostalismo para inovar, limitam-se a uma determinada estrutura religiosa que apresenta poucas perspectivas de mudança, pois a reprodução de alguns hábitos típicos do início do século XX – período em que a denominação nasceu – para o século XXI acaba culminando em posturas pouco ou nada heterodoxas, demonstrando a forte intensão de manter certos valores consolidados inalterados, tais como a lógica de liderança pastoral, as regras de vestimenta, o significativo controle para a libertação da fé do sujeito em suas celebrações ritualísticas, dentre outros. Situar o lugar que se encontra essa discussão pertencente a um campo religioso tão amplo e diversificado, que se desdobra numa série de peculiaridades que o torna um movimento religioso complexo e heterogêneo, ampliando as possibilidades de ser religioso no mundo, é um desafio.

Tal crescimento se manifesta tanto no grande número de adeptos como também no surgimento de diversas igrejas pelo país, possibilitando a construção de um panorama que ressalta o quanto ela se divide no seu interior, não se definindo como uma unidade coesa, sendo a própria expressão Assembleia ou Assembleias um debate longe de um consenso. Além disso, algumas concepções eclesiais desse grupo que definem aspectos da sua estrutura e prática religiosa culminam em determinadas condutas que as tornam, além de conservadoras, sectárias com relação ao papel dos homens e das mulheres dentro da instituição.

Pensar nos aspectos que tornam as ADs mais conservadoras, sobretudo, quando se trata da condição feminina, serve para perceber que um dos problemas que se destacam nas ADs é exemplificado na incoerência que há no trato de grupos minoritários, como negros, pobres e mulheres – que foram, em grande medida, os responsáveis pela consolidação da instituição no país –, os mesmos que através do tempo se tornaram personagens esquecidos e apagados de sua própria história, levantando uma série de questionamentos quanto ao papel destes indivíduos na sua religião, no passado e na contemporaneidade. No que concerne especificamente às mulheres, é possível observar que nos Estados Unidos houve a presença de muitas lideranças femininas pentecostais, enquanto no Brasil isto é indiscutivelmente proibido.

A condição do gênero feminino, como no mundo antigo em geral – e isso não é característica exclusiva da Igreja Primitiva ou do cristianismo –, era de absolutamente inferioridade. [...] Em um mundo em que debates, parlamentos, comércios, ciências e todas as demais atividades eram espaço exclusivo para homens, o fato de mulheres terem acesso à mensagem do Evangelho, aos líderes, e terem voz é algo revolucionário. Minimamente inusitado (ALENCAR; FAJARDO, 2016, p. 100).

Percebe-se que muitas mulheres direta ou indiretamente tiveram uma função relevante para a consolidação da religião, tanto no Brasil como em outras partes do mundo, mas não recebem o devido crédito por isso, ainda que representem a maior parcela de evangélicas do país<sup>19</sup>, ao mesmo tempo em que exercem menor ou nenhum poder de influência. Dessa forma, é importante perceber quais as motivações por detrás deste fenômeno e para além de simples comparações históricas, afinal, independentemente das mudanças que possam ter ocorrido com relação à submissão feminina, os pentecostais e a sociedade como um todo têm um longo compromisso pelos anos de marginalização e opressão sofrida por inúmeras mulheres. Por isso, é essencial debruçar o olhar sobre esta realidade e analisar de que maneira ela afeta o contexto religioso, mais especificamente, pentecostal e assembleiano.

---

<sup>19</sup> Ver tabela 2.

## **CAPÍTULO 2 – Impasses religiosos e sociais na contemporaneidade: o poder e a condição feminina em questão**

Este capítulo se divide em três tópicos que têm por objetivo compreender a condição feminina na sociedade brasileira, de modo geral, e no pentecostalismo assembleiano, especificamente. O primeiro tópico visa a situar a abordagem metodológica que será utilizada ao longo deste capítulo, que perpassa o conceito de dominação weberiano, especialmente, as dominações patriarcal e carismática, para demonstrar como a compreensão de Weber acerca dessas categorias está diretamente relacionado com as questões que serão discutidas ao longo do capítulo, servindo como uma importante fonte de análise dos fenômenos religiosos e sociais que interessam a esta pesquisa. O segundo tópico adentra no escopo feminino, compreendendo-o, num primeiro momento, como uma construção social; posteriormente, resgata as principais características da mulher na sociedade brasileira; e, por fim, destaca os pontos mais importantes que constituem o perfil da mulher pentecostal. O terceiro e último tópico articula os elementos apresentados, buscando analisar os poderes institucionais da igreja, quem os exerce e seu impacto na vida da mulher assembleiana; faz um resgate histórico da trajetória de Frida Vingren, mulher que teve grande importância na consolidação e expansão das ADs no Brasil, e finaliza abordando alguns aspectos sobre os Círculos de Oração das mulheres assembleianas, bem como os caminhos que pretende trilhar o terceiro capítulo, tendo como ferramenta de análise os meios de comunicação da qual dispõem as ADs.

### **2.1 Por uma abordagem metodológica *weberiana*: a dominação e suas principais características**

No capítulo anterior, foi realizado um levantamento a respeito dos principais aspectos do pentecostalismo brasileiro e, especificamente, das ADs, na tentativa de oferecer ao leitor um panorama geral desse contexto religioso. Ainda que o primeiro capítulo alimente parte crucial e fundante desta pesquisa, é o capítulo apresentado neste momento que delimita seu foco central. Trata-se de trabalhar, é claro, com as ADs; e, mais do que isso, de desenvolver uma análise a respeito da condição feminina nesse cenário. A união de uma série de elementos

que vão dando corpo aos objetivos que se pretende atingir não escapa da necessidade de justificar a opção por uma determinada abordagem metodológica.

A escolha por tratar esta questão no segundo capítulo acontece por duas razões. Primeira: porque, apesar de não dizer com todas as letras a filiação existente com a sociologia compreensiva de Max Weber, há de se considerar que ela se estende e contempla cada capítulo exposto nesta pesquisa, portanto, para poupar de dizê-lo o tempo todo, dedica-se um tópico para situar esta questão em que, decerto, Weber aparecerá com mais frequência. Nesse sentido, a segunda razão está situada na importância que os tipos de dominação weberianos terão nesta fase do trabalho. É Weber, sobretudo, em sua obra intitulada *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (2009), quem oferece um suporte às indagações que serão exibidas no decorrer deste capítulo.

Deixado isso claro, Weber (2009, p. 187) vai afirmar que “a ‘dominação’, como conceito mais geral e sem referência a algum conteúdo concreto, é um dos elementos mais importantes da ação social”. De fato, quando debruçada a atenção para este fenômeno, percebemos que diversos setores da sociedade, que vão desde a economia até as instituições religiosas, apresentam certos níveis de hierarquização, ou determinados postos de comando, que têm sua legitimidade ancorada em processos de dominação. A sociedade, portanto, se constitui enquanto uma dicotomia em que, de um lado, há os que “mandam” e, de outro, os que “obedecem”. Porém, longe de cair em reducionismos, uma vez que uma determinada estrutura social envolve múltiplos agentes e, por isso, está permeada de objetivismos e subjetivismos que complexificam ainda mais o entendimento se que possa ter de uma determinada realidade, compreender a “dominação”, como uma categoria analítica que perpassa diversos momentos históricos e que permanece no consciente e inconsciente coletivo dos sujeitos como um importante mecanismo de controle, denota sua relevância para o debate, ainda que Weber (2009) defenda que nem toda ação social recaia, necessariamente, nesses processos de dominação<sup>20</sup>.

Quando o autor desenvolve seus tipos ideais de dominação – patriarcal, carismática e burocrática – ele o faz tendo em vista a realidade em que estava

---

<sup>20</sup> “Sem dúvida, nem toda ação social apresenta uma estrutura que implica dominação. Mas, na maioria de suas formas, a dominação desempenha um papel considerável, mesmo naquelas em que não se supõe isto à primeira vista” (WEBER, 2009, p. 187).

situado, bem como a época em que vivia. Talvez seja possível concordar com a perspectiva de que a dominação se encontra, num primeiro momento, fora do campo da ação social. Ou seja, como uma espécie de “ente” que independe das ações dos sujeitos, pois se apresentam *a priori* destas<sup>21</sup>, afinal, quando se pensa, por exemplo, na legitimação da dominação dos homens pelas mulheres nas instituições religiosas, ou na sociedade de modo geral, um dos primeiros desafios que se põe àqueles que tentam romper com esta estrutura é, justamente, a dificuldade de reconhecer onde começa e se perpetua essa relação. Parece, então, que se fala mesmo de uma forma de representação que ocorre fora do sujeito e, apesar de ser reproduzida por ele, dificulta sua concretude e, conseqüentemente, sua superação.

A teoria weberiana parece limitar-se a fenômenos bastante específicos que corroboram um determinado ponto de vista. Por isso, torna-se imprescindível atentar-se a suas especificidades, principalmente, quando se tenta transpor sua teoria para um contexto contemporâneo e brasileiro. Um dos pontos a serem levados em consideração está diretamente relacionado com a distinta separação que o autor faz de uma dominação que, ora é patriarcal, ora é carismática, e assim por diante. Para esta pesquisa, parece mais pertinente observá-las enquanto conceitos complementares, pois, como será possível observar, o pentecostalismo atua a partir de uma forma de dominação que, além de patriarcal, também é carismática. Inevitavelmente, a dominação ganha novas formas e maior complexidade quando se pensa a sociedade atual.

Antes de destacar as características específicas dos tipos de dominação weberianos, cabe levar em consideração outros argumentos relevantes do autor. Um deles recai no fato de considerar a dominação, antes de qualquer coisa, uma questão de poder (WEBER, 2009). E aqui toca num ponto crucial da discussão, já que, como será visto mais adiante, nas definições estabelecidas sobre a condição feminina, falar de dominação é, direta ou indiretamente, falar de poder.

Dominação, no sentido muito geral de poder, isto é, de possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria, pode apresentar-

---

<sup>21</sup> “Todas as áreas da ação social, sem exceção, mostram-se profundamente influenciadas por complexos de dominação. Num número extraordinariamente grande de casos, a dominação e a forma como ela é exercida são o que faz nascer, de uma ação social amorfa, uma relação associativa racional, e noutros casos, em que não ocorre isto, são, não obstante, a estrutura da dominação e seu desenvolvimento que moldam a ação social e, sobretudo, constituem o primeiro impulso, a determinar, inequivocamente, sua orientação para um ‘objetivo’” (WEBER, 2009, p. 187).

se nas formas mais diversas. Pode-se, por exemplo, como ocorreu ocasionalmente, compreender os direitos que a lei concede ao indivíduo, contra um ou vários outros, como o poder de dar ordens ao devedor ou ao não-autorizado, interpretando-se, portanto, todo o cosmo do direito privado moderno como descentralização da dominação nas mãos de “autorizados” pela lei (WEBER, 2009, p. 188).

Neste caso, Weber (2009) faz uso de um amplo arcabouço teórico que compete ao direito público e ao direito privado. E, de fato, falar de poder, envolve uma certa gama de elementos que compete a uma determinada jurisdição, que regulamenta, controla, administra e, em casos mais extremos, impõe através de um comportamento autoritário as diretrizes para a obtenção de todo esse poderio. E tal atitude está, muitas vezes, diretamente associada a fatores econômicos; questão que o autor faz uso frequente para determinar os aspectos mais relevantes que circundam os seus conceitos.

É importante destacar que o poder pode manifestar, “por um lado, a dominação em virtude de uma constelação de interesses (especialmente em virtude de uma situação de monopólio), e, por outro, a dominação em virtude de autoridade (poder de mando e dever de obediência)” (WEBER, 2009, p. 188). Apesar da sociedade brasileira inserir-se, significativamente, na primeira situação, atribuída a existência, por exemplo, de grandes monopólios econômicos correntes em uma sociedade capitalista, interessa para este momento da pesquisa o segundo aspecto, que pode ser entendido como os ditames de uma dominação centrada na figura do “homem<sup>22</sup>”, por exemplo. De todo modo, ambas as formas de dominação recaem, com certa constância, em formas extremamente autoritárias de controle. Mas Weber (2009, p. 190) destaca ainda que,

[...] há também aqui toda uma escala de formas de transição até a relação puramente autoritária, involuntária e, em regra, indissolúvel por parte do submetido (por exemplo, o escravo). Mas, também, em toda relação de dever autoritária, certo mínimo de interesse em obedecer, por parte do submetido, continua sendo, na prática, a força motriz normal e indispensável da obediência.

É certo que Weber não dedicou sua vida intelectual para realizar um estudo acerca das implicações das relações de dominação da mulher pelos homens. Embora ele reconheça e delineie alguns exemplos desse tipo de

---

<sup>22</sup> O termo se reflete aqui como uma específica “categoria de sexo”. Ou seja, há uma pretensa diferenciação dos sexos masculino e feminino ao usar a expressão “homem”. Trata-se de uma opção da pesquisadora não usar o termo como um conceito que contempla a sociedade como um todo. Neste caso, expressões como “sujeito(s)”, “indivíduo(s)”, entre outros, serão utilizadas. Não se refere, portanto, a uma categoria do pensamento weberiano.

exploração dentro de uma realidade permeada pela dominação tradicional, certamente, isso nunca vigorou como um elemento profundo de análise em seus estudos. Então, é importante considerar que a afirmação generalizada de um possível interesse por parte do dominado em “obedecer” merece uma atenção mais cuidadosa, principalmente, nas relações estabelecidas entre os sexos feminino e masculino, pois justificar a “obediência” por meio da “vontade” em fazê-lo pode incorrer em muitos equívocos, como o de dar legitimidade a uma “ordem” ou a um “comando” repressor.

Em todo caso, o elemento que circunda qualquer uma das formas de dominação weberiana é o fato de todas elas se preocuparem com a sua conservação. A permanência e a legitimidade dos tipos patriarcal, carismático e burocrático serão adquiridas na medida em que forem determinantes para a organização de uma ação social que necessita de um “poder” que direcione sua conduta. Dado o caráter fundamental que os tipos de dominação exercem aqui, cabe discorrer, ainda que brevemente, sobre eles.

### **2.1.1 A dominação patriarcal**

A dominação patriarcal se legitima através de uma série de elementos. Weber (2009) define este tipo ideal como uma estrutura pré-burocrática, assim como o faz com a carismática. Situa-se na figura do patriarca ou do chefe de família e responde, sobretudo, a fatores de cunho pessoal. Assim sendo, e na visão do autor, não está diretamente relacionada com um objetivo racionalmente determinado, como acontece na dominação burocrática. Ao contrário, a dominação patriarcal está alicerçada à ideia de “tradição”, portanto, o poder do patriarca permanece e se perpetua pela irrefutabilidade da posição que ocupa.

Na dominação burocrática é a norma estatuída que cria a legitimação do detentor concreto do poder para dar ordens concretas. Na dominação patriarcal é a submissão pessoal ao senhor que garante a legitimidade das regras por este estatuídas, e somente o fato e os limites de seu poder de mando têm, por sua vez, sua origem em “normas”, mas em normas não-estatuídas, sagradas pela tradição (WEBER, 2009, p. 234).

Quando o detentor do poder oferecido pela dominação patriarcal ganha sua legitimidade, passa a exercer um controle ilimitado e, em troca, recebe a obediência infundável de seus subordinados, porque as regras a que estão

submetidos, quando há uma bem definida (talvez fora da tradição), é determinada pelo próprio portador da graça de “pai”. O patriarca está, assim, em um invólucro intocável porque possui uma dose significativa de “sacralidade” no poder que exerce. Todo este caráter tradicional se torna indissociável do lugar de onde se manifesta: o lar doméstico. Sendo a dominação patriarcal uma das formas mais antigas de submissão a uma autoridade e a um poder específico, é esperado que se manifeste no ambiente doméstico até os dias de hoje.

Mais uma vez, torna-se importante retomar a perspectiva weberiana como formas de dominação que se manifestam, num primeiro momento, fora da ação social. Se o vigor da dominação patriarcal está em sua ampla aceitação, resta saber se é aceito porque sua condição *a priori* legitima sua necessidade de perpetuação pelos agentes sociais, ou se é legítima porque seus agentes o perpetuam independentemente de uma condição pré-existente. Talvez na sociedade contemporânea, um não exclua o outro. De qualquer modo, todos os indivíduos, não importa a posição que ocupem na sociedade, sofrem em maior ou menor grau as consequências deste tipo de dominação.

[...] para todos os submetidos da comunidade doméstica, a convivência especificamente íntima, pessoal e duradoura no mesmo lar, com sua comunidade de destino externa e interna; para a mulher submetida à autoridade doméstica, a superioridade normal da energia física e psíquica do homem; para a criança, sua necessidade objetiva de apoio; para o filho adulto, o hábito, a influência persistente da educação e lembranças arraigadas da juventude; para o servo, a falta de proteção fora da esfera de poder de seu amo, a cuja autoridade os fatos da vida lhe ensinaram submeter-se desde pequeno (WEBER, 2009, p. 234).

Assim se perpetua um processo que, para Weber (2009), se restringe ao ambiente doméstico, mas que na verdade se perpetua também em várias instâncias da sociedade. A noção do que pode ser chamado de “laço geracional”, isto é, a “herança” patriarcal que passa de pai para filho, ou de um homem para outro, não se limita ao universo doméstico, pois, como será observado mais adiante, tipifica uma realidade de diferentes denominações pentecostais, especificamente, as ADs, demonstrando o quanto para além de um “tipo ideal” de dominação, o sistema patriarcal ganha dimensões mais amplas e se enraíza no corpo social, afetando vários setores da sociedade e, conseqüentemente, as instituições religiosas. A dominação patriarcal “naturaliza” a figura do “patriarca”, que para Weber (2009) situa-se num campo espiritual e sobrenatural, bastando isto para garantir sua legitimidade e liderança. Assim, do ponto de vista religioso, torna-

se indispensável considerar também a dimensão “sagrada” deste tipo de dominação, além de reconhecer que não é só a figura do patriarca que conserva todo o domínio e o poder, como será exposto a seguir, em outro tipo de dominação.

### 2.1.2 A dominação carismática

A dominação carismática, assim como a patriarcal, se opõe a qualquer tipo de sistema burocrático. Ou seja, se encontra completamente isenta de determinações instituídas através da ideia de “posse” ou “cargo” assumido por meios administrativos. O carisma expressa sua legitimidade por manifestações divinas e, mais do que isso, na figura do sujeito que representa tal “divindade” como o portador de uma missão, não importando em qual setor da sociedade atue, ainda que este tipo de dominação se apresente mais comumente na esfera religiosa.

O portador do carisma assume as tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão. Se as encontra, ou não, depende do *êxito*. Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o reconhecem, é o senhor deles enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante “provas” (WEBER, 2009, p. 324).

Outra característica comum ao portador do carisma está diretamente relacionada com sua singularidade. Sendo a manifestação de um poder que é reconhecido por uma “vontade divina” e que se expressa por meio de atos “milagrosos”, se torna mais restrito e limitado que a patriarcal, dificultando, por exemplo, sua sucessão por laços de sangue. Weber (2009) destaca ainda que esse tipo de dominação é isento valorativamente de questões econômicas. Isto é, se situa fora do espectro da economia e, portanto, não deve se envolver com o planejamento racional para obtenção de dinheiro e bens materiais. Quando o autor reforça esta característica como um aspecto fundamental da dominação carismática “pura”, talvez esteja muito situado em tempos remotos em que o portador do carisma quase sempre se encontrava na figura do “profeta”. De fato, ainda é possível notar certos detentores do “carisma” (em contexto religioso) condenando o pertencimento a uma vida “mundana” que, inevitavelmente, está relacionado a uma sociedade capitalista em que o hedonismo se reflete através de uma sociedade consumista. Entretanto, seu raciocínio está situado muito mais no âmbito do discurso, do que da prática. Principalmente, observando os grandes

“impérios” pentecostais que se erguem Brasil à fora, dos quais muitas coisas podem ser ditas, menos que abduquem de uma vida material.

Apesar de a visão weberiana considerar genuína somente a dominação carismática que se abstém dos fatores econômicos, quando o autor dá considerável ênfase ao dom profético e a ideia de santidade, oferece também uma possível solução para contradição que se observa atualmente, na qual, de um lado, o carismático é o sujeito que convence os seus seguidores com suas capacidades e atitudes legitimadas por fatores espirituais, e, de outro, é o que possui um envolvimento, direta ou indiretamente, com a economia e a obtenção de bens materiais.

Quando Weber (2009, p. 328) diz que “[...] o carisma, em suas formas de manifestação supremas, rompe todas as regras e toda a tradição e mesmo inverte todos os conceitos de santidade”, ele propõe uma diferenciação com a dominação patriarcal, que possui uma relação inquebrável com a tradição e sobrevive através dela. O carisma, ao contrário, exige do indivíduo uma obediência inquestionável por meio de motivações divinas, mas que estão sujeitas a sofrerem transformações, dependendo dos interesses do próprio portador do carisma para garantir sua permanência. “A função religiosa do chefe da casa e o culto religioso doméstico são perenes, ao lado do culto oficial da congregação e dos grandes movimentos, substancialmente quase sempre revolucionários, do profetismo carismático” (WEBER, 2009, p. 329).

O próprio caráter revolucionário da dominação carismática permite que ela transforme seu estado “puro”, sem perder sua função e sua capacidade de exercer o “carisma” em sua totalidade. Então, ainda que se possa entender e concordar que o carisma na sociedade contemporânea perde muito de sua essência “original”, pode-se dizer que isto ocorre justamente porque esse tipo de dominação se adapta e se transforma de acordo com a necessidade imposta por uma estrutura social que também altera seus interesses, seja em âmbito público ou privado, político ou religioso. Assim, “[...] a forma de existência do carisma acaba exposta às condições da vida cotidiana e aos poderes que a dominam, sobretudo aos interesses econômicos” (WEBER, 2009, p. 332). E, embora toda a complexidade a que está exposta a dominação carismática já seja suficiente para analisar uma série de questões, a problemática se intensifica na medida em que se relaciona diretamente com a dominação patriarcal.

### 2.1.3 Quando a dominação patriarcal e o carisma se encontram

Ao analisar o pensamento weberiano, sobretudo, os seus tipos ideais de dominação, é possível se defrontar com pontos de convergência e divergência entre cada um deles. A dominação burocrática é a que mais se distancia da patriarcal e carismática, sendo mais fácil encontrar os pontos em comum entre as duas últimas, por se situarem no âmbito das dominações pré-burocráticas. Ainda que esta pesquisa se abstenha de construir uma análise mais detida das características que permeiam os aspectos burocráticos da dominação, é certo que encontrar similaridades com os dois outros tipos não seria uma tarefa impossível, uma vez que se defende a perspectiva de que são tipos que se complementam, e, numa sociedade complexa como é a brasileira, não é difícil notar múltiplas formas de dominação ocorrendo simultaneamente. Deste modo, o patriarca e o carisma apresentam diferenças entre si, como demonstrado nos tópicos anteriores, mas do ponto de vista do que se pretende construir com esta pesquisa, no caso, com a perspectiva religiosa (pentecostal e assembleiana) e a questão feminina, há um forte vínculo entre ambas as dominações (patriarcal e carismática).

O primeiro ponto de convergência entre a dominação patriarcal e a carismática está diretamente relacionada com uma característica imprescindível às dominações pré-burocráticas: a base de sua legitimação ocorre por justificações sagradas. Mesmo que o forte apelo à tradição da primeira impeça uma mudança significativa em sua estrutura, e a segunda apresente um caráter revolucionário que possibilite a ela se “moldar” através das mudanças implicadas por fatores sociais, políticos, econômicos e religiosos, ambas só existem porque uma “aura” divina se impõe de fora para dentro do processo, legitimando uma determinada ação e, conseqüentemente, a obediência a ela.

O indivíduo deve obedecer à figura do patriarca e do carismático a partir de algo que não se vê, e é justamente nesse ponto que reside a sua capacidade de manter e perpetuar o poder, porque, embora ganhe forma na figura do “sujeito dominador”, a dificuldade está na possibilidade de materializar suas motivações e reconhecê-las como dominação.

A profecia carismática converte-se [...] inevitavelmente em dogma, doutrina, teoria, regulamento, disposição jurídica ou conteúdo de uma tradição que vai se petrificando. Precisamente a união dos dois poderes, que em suas raízes são alheios entre si e inimigos, o carisma e a

tradição, constitui um fenômeno regular neste processo. Isto é facilmente compreensível: o poder de ambos não se baseia em regras criadas segundo um plano e uma finalidade e no conhecimento destas regras, mas na fé simplesmente válida para o dominado – criança, cliente, discípulo, sequaz ou feudatário – na santidade específica, absoluta ou relativa da autoridade de pessoas concretas e na entrega a relações e deveres de piedade diante destes, aos quais sempre inere, em ambos os casos, alguma solenidade religiosa (WEBER, 2009, p. 332).

A relação que um tipo de dominação vai estabelecer com o outro (o patriarcal e o carismático) se intensifica na medida em que torna necessária encontrar meios de garantir sua permanência. Como aponta Weber (2009), quando o poder do patriarca se encontra dentro do ambiente doméstico é fácil reconhecer as relações de poder e os postos de hierarquia. No entanto, quando se fala em um Estado patriarcal (ou uma religião patriarcal) seu reconhecimento se torna mais obscuro. No caso do poder carismático, o principal desafio reside no fato de encontrar um sucessor. Por isso, recorrer à tradição para evitar seu fim se torna prática comum, principalmente, conforme a sociedade passa a se apresentar mais heterogênea e complexa.

Aos poucos é possível observar duas formas de dominação trabalhando em conjunto, a fim de evitar seu completo desmantelamento. Assim, a criação cada vez maior de estatutos, regimentos e regras de modo geral faz a dominação carismática se ancorar em processos extremamente tradicionais e, não surpreendentemente, conservadores<sup>23</sup>. Além disso, torna-se cada vez mais difícil garantir a legitimidade do carisma a partir de sua forma mais “pura” de existência, aquela em que o sujeito detém o poder por meio de seu “dom” singular. Mais uma vez, a dominação patriarcal e seus aspectos tradicionais serão necessários. O carisma passa a se justificar também por laços de sangue, com o objetivo de manter sua posição na estrutura social intacta. Então, pela primeira vez, a legitimidade do portador do carisma vai ocorrer por aquilo que foram um dia seus antepassados, não importando mais as qualidades carismáticas que o sujeito atual realmente possa a vir a possuir. Assim, o carisma passa de um sujeito a outro, restritos à sua

---

<sup>23</sup> “Nem toda forma moderna e nem toda forma democrática de criar um soberano é alheia ao carisma. [...] Por toda a parte, onde comunidades originalmente carismáticas tomam o caminho da eleição do soberano, dá-se, com o tempo, uma vinculação a determinadas normas do procedimento eleitoral. Em primeiro lugar, porque, com o desaparecimento das raízes genuínas do carisma, voltam a preponderar o poder cotidiano da tradição e a crença em sua santidade, podendo somente a observação desta tradição garantir a escolha certa. Em face do direito da eleição previa, carismaticamente condicionado, dos clérigos ou funcionários da corte ou grandes vassallos, a aclamação dos dominados passa cada vez mais para o segundo plano, até surgir, por fim, um grêmio eleitoral oligárquico exclusivo” (WEBER, 2009, p. 336-337).

consanguinidade e, portanto, a uma família específica ou, em alguns casos, a pequenos grupos de poderosos bem delimitados (WEBER, 2009). O que antes era um “dom divino”, agora pode ser adquirido ou aprendido<sup>24</sup>. Decerto, falar em dominação patriarcal e carismática, poder, submissão, laços de sangue, é falar de gênero, da condição feminina, das instituições religiosas, do pentecostalismo, das ADs, bem como, de toda implicação sócio-religiosa que isso acarreta na sociedade brasileira contemporânea.

## **2.2 A mulher como uma construção social**

Compreender os meandros de uma categoria biológica e social conhecida como “mulher” não é tarefa fácil. Biologicamente – no mundo animal – não é difícil estabelecer categorias bem delimitadas do que é “macho” e “fêmea”. Porém, quando ultrapassamos as condições fisiológicas que determinam as práticas cotidianas de diferentes espécies e migramos para análise dos “animais racionais” convivendo em sociedade, as questões se complexificam. Os ditos seres humanos, homens e mulheres, já apresentam por si mesmos elementos de difícil objetivação, estando imersos nas características de sua própria psique e, portanto, condicionados a relações permeadas de subjetividades, evidenciando a existência de uma racionalidade que nem sempre é captada de maneira assertiva.

Independentemente disso, parece que quando o olhar é direcionado, especificamente, para a “condição feminina”, percebe-se uma série de pormenores que, às vezes, passam despercebidos. Para os mais habituados em dar explicações reducionistas e/ou generalizantes dos fenômenos biológicos e sociais, colocar a mulher em categorias pré-determinadas e estáticas é não somente confortável, como incrivelmente comum. Durante muito tempo, o sexo feminino foi totalmente ignorado nos estudos acerca do corpo, sendo o sexo masculino parâmetro para determinar qualquer aspecto físico e humano, de modo geral. O corpo da mulher foi silenciado, de tal modo que a própria compreensão que o

---

<sup>24</sup> “No decorrer deste desenvolvimento transformador, a educação originalmente carismática pode converter-se numa instituição formal estatal ou eclesiástica ou permanecer aos cuidados da iniciativa formalmente livre dos interessados unidos numa corporação. Qual dos caminhos toma o desenvolvimento depende das circunstâncias mais diversas e particularmente das relações de poder entre os poderes carismáticos concorrentes” (WEBER, 2009, p. 351-352).

feminino tem de si é prejudicada, além de ser considerado tabu, mistério, pecado, pensar ou falar a respeito disso.

Atualmente, existe um número muito maior de especialistas se dedicando a desmitificar e quebrar as barreiras que foram criadas em torno do sexo feminino, mas as consequências das ações de um passado remoto se refletem como um desafio de tamanho imensurável. Nota-se, então, que o problema já começa a se delinear na medida em que as condições biológicas são impostas à consciência do coletivo social, passando, assim, a serem socialmente aceitas. Contudo, nem mesmo as ditas ciências naturais e biológicas devem ser compreendidas como verdade absoluta, estando também suscetíveis a cometerem muitos equívocos. É na célebre frase de Simone de Beauvoir (1980, p. 9), “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, que será possível perceber que aquilo que se entende por “mulher” ou “feminino” não está reduzido a um ponto de vista biológico, sendo também os fatores sociais determinantes nessa definição. Em sua obra intitulada “o segundo sexo” (1980), a autora se dedica a falar sobre as etapas da vida da mulher, perpassando a infância, a juventude e a fase adulta, assim como desenvolve sua análise crítica da condição materna, da mulher casada, ou seja, das situações a que elas estão expostas e sujeitas a vivenciar apenas por uma atribuição de gênero.

Assim, logo nos primeiros anos de vida, a menina já se vê inserida num universo que aos poucos vai retirar sua autonomia. Ainda que não note isso de imediato, ou que passe toda sua vida sem perceber as limitações que seu “sexo” implica, aceitando-o como “natural”, inevitavelmente, ela sofre as consequências das diferenças estabelecidas com os meninos. As crianças, meninas e meninos, apesar de serem socializadas de maneiras bastante distintas pelas suas diferenças fisiológicas, são, num primeiro momento, plenamente capazes de apreender as coisas do mundo igualmente. Os primeiros níveis de aprendizagem, como chorar, comer, falar, andar, correr e aprender certas regras de comportamento, por exemplo, são comuns a meninas e meninos, e qualquer limitação cognitiva que possa se apresentar nesse período da vida pode ter muitas explicações científicas, mas nenhuma delas pode se reduzir ou se justificar pelas categorias de sexo. O problema começa a vigorar mesmo quando algumas regras de conduta, aquilo que é determinado como certo e errado, passam a ser atribuídas de um jeito para as meninas e de outro para os meninos. Decerto, umas e outros irão sofrer com isso.

Os meninos, pela exigência precoce de “masculinização” – é proibido chorar, sensibilizar-se por qualquer coisa, porque já é um “homem”. Às meninas, ao contrário, a sensibilidade é “aceita”, mas é vista como excesso de fraqueza, um espécime vulnerável que precisa de proteção. Assim, tornam-se “intocáveis” e são completamente impedidas de conhecerem a si próprias, porque a imagem que é construída em torno delas já está bem definida e, portanto, não deve ser contestada.

[...] na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu “ser-outro”; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia. Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito (BEAUVOIR, 1980, p. 22).

A condição a que estão expostas as meninas e, posteriormente, as mulheres na fase adulta é consequência de uma sociedade que dita as regras de sua conduta. Dessa forma, não se limita somente a um dado biológico. Sem dúvida, sua fisiologia facilita a admissão de sua inferioridade, mas tal circunstância só lhes é imposta porque trata-se de uma noção socialmente construída. Aqui vale retomar a ideia destacada no tópico anterior de que os tipos puros de dominação weberiana admitem a necessidade de um “desejo” por parte do “dominado” em obedecer seu “dominador”. Quando se observa a existência de uma “construção social” da mulher, é de se esperar que este indivíduo “fabricado” e constituído nos moldes de uma determinada estrutura social se depare com a reprodução de determinados comportamentos que não são, necessariamente, frutos de uma decisão própria. Ou seja, em uma situação de dominação, a obediência nem sempre ocorre de modo consciente, podendo se manifestar por repetição e involuntariamente.

Nesse sentido, em uma situação em que a mulher age sobre sua igual como “dominadora”, impondo-lhe certas regras que, no geral, beneficiam uma estrutura que exerce “dominação” sobre ambas, como é caso da patriarcal, verifica-se uma resposta involuntária<sup>25</sup> a um sistema que legitima esse tipo de comportamento e que convence como sendo a única possível devido ao seu forte

---

<sup>25</sup> Ser uma prática involuntária não significa dizer que é irracional, porém, em meio à falta de alternativas, elas escolhem por cumprir com os ditames daquilo que já está dado.

enraizamento na sociedade. Este fenômeno é notório nas relações estabelecidas entre mãe e filha, pois, assim como aponta Beauvoir (1980, p. 23),

[...] a filha é para a mãe ao mesmo tempo um duplo e uma outra, ao mesmo tempo a mãe adora-a imperiosamente e lhe é hostil; impõe à criança seu próprio destino: é uma maneira de reivindicar orgulhosamente sua própria feminilidade e também uma maneira de se vingar desta. [...] Do mesmo modo, as mulheres, quando se lhes confia uma menina, buscam, com um zelo em que a arrogância se mistura ao rancor, transformá-la em uma mulher semelhante a si próprias. E até uma mãe generosa que deseja sinceramente o bem da criança pensará em geral que é mais prudente fazer dela uma “mulher de verdade”, porquanto assim é que a sociedade a acolherá mais facilmente.

Na vida cotidiana, essas questões podem ser observadas nas responsabilidades que já são impostas à menina muito jovem, como se fossem exclusivas ao sexo feminino, quando, na verdade, podem ser realizadas por meninos e meninas, homens e mulheres. A responsabilidade doméstica e o cuidado das crianças mais novas são atribuídos muito cedo a elas, que se tornam totalmente dependentes dessa realidade. E neste ponto reside a diferenciação que será estabelecida com os meninos, livres para usufruir de todas as suas habilidades e capacidades, tornando-se os futuros homens reprodutores e defensores de sua superioridade.

A hierarquia dos sexos manifesta-se a ela primeiramente na experiência familiar; compreende pouco a pouco que, se a autoridade do pai não é a que se faz sentir mais quotidianamente, é entretanto a mais soberana; [...] mesmo se, na realidade, é a mulher que reina soberanamente em casa, tem ela, em geral, a habilidade de pôr à frente a vontade do pai; nos momentos importantes é em nome dele que ela exige, recompensa ou pune. A vida do pai é cercada de um prestígio misterioso: [...] suas ocupações e manias têm um caráter sagrado (BEAUVOIR, 1980, p. 28-29).

A dominação patriarcal que influencia cotidianamente a vida dos sujeitos, quando ultrapassa os muros do ambiente doméstico, passa a ser exercida por todos os homens indistintamente e perde a centralidade e exclusividade da figura do “pai”. Dessa forma, a menina é cercada pela exaltação dos atributos masculinos e, assim como destaca Beauvoir (1980, p. 30),

tudo contribui para confirmar essa hierarquia aos olhos da menina. Sua cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam são uma exaltação dos homens. São os homens que fizeram a Grécia, o Império Romano, a França e todas as nações, que descobriram a terra e inventaram os instrumentos que permitem explorá-la, que a governaram, que a povoaram de estátuas, de quadros e de livros.

O poder masculino é colocado em evidência e contribui, significativamente, nos caminhos que serão trilhados pelas mulheres dali em diante. Acreditar que seu futuro está determinado pelas suas “limitações” de gênero e a forte crença em sua inferioridade são as consequências de um processo que tradicionaliza e “sacraliza” as relações de dominação e, mais do que isso, um processo que se sustenta através de uma estrutura que conta com um forte apelo religioso, político e social, garantindo, assim, seu pleno funcionamento. Neste momento, o fato de saber se é um fenômeno que afeta todas as sociedades ocidentais, em maior ou menor grau, importa menos do que saber que, sem dúvida, afeta a sociedade brasileira, revelando uma grande necessidade de compreender este caso específico.

### **2.2.1 A mulher na sociedade brasileira**

Na passagem do século XX para o século XXI, ocorre no Brasil uma efervescência dos estudos acerca das questões sociais e, pela defesa delas, levantam-se bandeiras e assumem-se posicionamentos em prol de grupos que, cotidianamente, são vítimas de preconceito. Movimentos contra o racismo, contra a homofobia e contra o machismo – só para citar alguns exemplos – crescem exponencialmente no país. Embora as demandas destes grupos permeiem vários setores da sociedade, perpassando desde as instâncias políticas até as religiosas, a superação efetiva de tais problemas ainda figura como algo distante.

O caso brasileiro é ainda mais complexo quando se nota a presença dos problemas, mas muitos de seus agentes sociais negam que eles realmente existam. Ou seja, o racismo é fruto do reforço constante de que “existe racismo no país”, portanto, a responsabilidade é do próprio agente que fica o tempo todo ressaltando a sua “inferioridade”. A homofobia nada mais é do que um discurso de “vitimização” de indivíduos quem estão indo contra aquilo que foi instituído e determinado pela “natureza”. Sendo assim, errados estão os outros, não o homofóbico. E o machismo é, na verdade, uma situação em que as mulheres, além de serem responsáveis pela sua própria condição na sociedade, se fazem de vítimas diante de relações consideradas absolutamente “normais” entre os sexos masculino e feminino. Esta é uma forma bastante caricaturada de expor como o

sujeito brasileiro se esforça para negar sua própria realidade, mas é condizente com a sua incapacidade de compreender ou aceitar a gravidade dessas questões.

Heleieth Saffioti (2011), autora brasileira que dedicou parte de sua vida realizando pesquisas sobre a mulher, conseguiu perceber que há no interior de uma mesma questão fatores que potencializam a discussão, ora positivamente, ora de maneira negativa. A relação de dominação estabelecida pelo sistema patriarcal na sociedade contemporânea brasileira ganha uma nova nomeação: o patriarcado. E aqui reside o primeiro problema elencado por Saffioti, quando se defronta com esse conceito e o de “gênero” simultaneamente. O significado de “dominação patriarcal” em Weber, destacado no tópico anterior, possui em sua essência os mesmos princípios reguladores de um sistema conhecido como “patriarcado”<sup>26</sup>. No entanto, a noção de “patriarcado” reforça, exclusivamente, a relação de dominação e exploração das mulheres pelos homens, enquanto a dominação patriarcal weberiana abrange categorias mais amplas, importando mais as relações sociais que se tradicionalizam pela obediência ao “chefe de família”, de modo geral, do que uma relação estritamente de gênero – homem e mulher. Já “o conceito de gênero não explícita, necessariamente, desigualdade entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida” (SAFFIOTI, 2011, p. 45). Dessa forma, gênero se apresenta como uma categoria que pode significar muitas coisas, inclusive, relações de dominação de mulheres pelos homens, dos homens pelas mulheres, dentre outras<sup>27</sup>.

Aí reside o grande problema teórico, impedindo uma interlocução adequada e esclarecedora entre as adeptas do conceito de *patriarcado*, as fanáticas pelo de *gênero* e as que trabalham, considerando a história como processo, admitindo a utilização do conceito de *gênero* para toda a história, como categoria geral, e o conceito de *patriarcado* como categoria específica de determinado período, ou seja, para os seis ou sete milênios mais recentes da história da humanidade (SAFFIOTI, 2011, p. 45).

De todo modo, a proposta da autora em considerar “gênero” como uma categoria de análise geral, e o “patriarcado” como uma categoria específica de um

---

<sup>26</sup> Sendo assim, como esta pesquisa tem por objetivo compreender a condição feminina em seus aspectos religiosos e sociais na atualidade, serão utilizadas as expressões “dominação patriarcal”, “patriarcado”, “patriarcalismo” indistintamente, ressalvada a necessidade de especificar o conceito weberiano em alguns momentos.

<sup>27</sup> “A sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira” (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

momento histórico também específico, parece solucionar parte do problema. No mais, o patriarcado pode sofrer e sofre transformações ao longo da história, e como estrutura social de poder atinge toda a sociedade, bem como as diferentes instituições que nela se situam, por isso “[...] é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado” (SAFFIOTI, 2011, p. 104).

No Brasil, o patriarcado ou a relação de dominação dos homens e submissão das mulheres podem ser observados com mais afinco nas condições perpetuadas e legitimadas pela violência. A ordem patriarcal e o poder que esta exerce na sociedade permitiram que o controle que os homens exercem sobre as mulheres seja muitas vezes expressado pelo uso descontrolado da “força”. Vale ressaltar que ela pode se manifestar de diferentes maneiras e não só através da violência física, sendo a violência psicológica frequentemente utilizada e com características ainda mais nocivas do que a primeira. Porém, independentemente disso, tanto a agressão corporal como a verbal são práticas inadmissíveis, mas que ocorrem mais habitualmente do que se esperaria, principalmente no ambiente doméstico. Assim,

constrói-se, em virtude da sacralidade da família, um verdadeiro muro de silêncio em torno dos eventos ocorridos no seio deste grupo. Em nome da defesa de uma privacidade que existe apenas para os homens e não para as mulheres, a sociedade em geral – exceção feita a alguns grupos – não atua no sentido de alterar as violentas formas de sociabilidade desenvolvidas pela família (SAFFIOTI, 1995, p. 34).

O patriarcalismo no interior da família se normatiza e ganha legitimidade de tal modo que a expressão da superioridade masculina passa a ser cada vez mais socializada, abrangendo tanto o espaço privado como o espaço público. Dessa forma, para Saffioti (1995), as relações sociais irão perpassar as condições e limitações impostas pelo gênero, mas também pela classe social e pela raça/etnia, e são justamente essas categorias que determinam a forma como o sujeito vai apreender o mundo, conseqüentemente, a maneira que ele(a) vai agir e “como a mulher é, majoritária ou integralmente, considerada inferior nos três ordenamentos das relações sociais, apresenta homogeneidade em termos de se subestimar” (SAFFIOTI, 1995, p. 45). Trata-se, portanto, de uma série de condições

que são impostas ao homem<sup>28</sup> e a mulher, recaindo sobre esta última de modo muito mais incisivo e desigual, evidenciando um processo endêmico de aceitação de sua inferioridade.

A experiência histórica das mulheres tem sido muito diferente das dos homens exatamente porque, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também em termos de qualidade, a participação de umas é distinta da de outros. Costuma-se atribuir estas diferenças de histórias às desigualdades, e estas desempenham importante papel nesta questão. Sem dúvida, por exemplo, a marginalização das mulheres de certos postos de trabalho e de centros de poder cavou profundo fosso entre suas experiências e as dos homens (SAFFIOTI, 2011, p. 116-117).

Neste contexto, será definido a cada gênero – homem e mulher – distintos papéis sociais. Estes papéis serão socialmente construídos, tendo como base uma disputa de poder em que, de um lado, há os homens que não querem perder sua capacidade de controle e sua superioridade, e, de outro, as mulheres que desconhecem todo seu potencial, sendo atribuído a elas o ambiente doméstico como única posição possível delas ocuparem na sociedade sem muitas restrições.

Como destaca Saffioti (1987), o que ocorre é um processo de naturalização dessas relações que dificultam sua mudança efetiva, porque é “natural” que a mulher cuide do lar e dos filhos, pois é o “dom” que nasceu para desempenhar. Porém, “quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, *naturalizando* um resultado da história” (SAFFIOTI, 1987, p. 10-11). E a naturalização de processos sociais é o que legitima a dominação de uns sobre outros, e, neste caso, a dominação da mulher pelo homem. Assim, para superar esta lógica, não é suficiente que as mulheres assumam posições de destaque em diversos setores da sociedade, pois a estrutura patriarcal permanece inalterada, tornando

---

<sup>28</sup> “Não parece justo, ao discorrer-se sobre as discriminações praticadas contra as mulheres, esquecer os homens. Como no processo de reprodução biológica, também no da reprodução social homens e mulheres são seres complementares. Numa sociedade em que as práticas cotidianas mutilam várias dimensões da personalidade feminina, existem também condutas impostas aos homens, que limitam extraordinariamente seu desenvolvimento. Em outros termos, as mulheres mutiladas correspondem, necessariamente, homens mutilados. É exatamente por isso que a luta das mulheres não diz respeito somente a elas, mas também aos homens. Seria impensável pretender mudar comportamentos femininos sem redefinir os papéis masculinos. Mas, para que a luta por uma redefinição dos papéis de ambos seja travada adequadamente e alcance resultados positivos é preciso que se conheçam, pelo menos, as discriminações fundamentais de que é alvo, com frequência, a mulher” (SAFFIOTI, 1987, p. 27).

[...] bem claro o processo de *construção social da inferioridade*. O processo correlato é o da *construção social da superioridade*. Da mesma forma como não há ricos sem pobres, não há superiores sem inferiores. Logo, a *construção social da subordinação feminina*. Mulher dócil é a contrapartida do homem *macho*. Mulher frágil é a contraparte de *macho forte*. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do *macho superior* (SAFFIOTI, 1987, p. 29).

Este pensamento que está enraizado no coletivo social e na sociedade brasileira se reflete também na religião. São as grandes religiões que legitimam e corroboram os processos de dominação que ocorrem entre os indivíduos, e entre homens e mulheres, especificamente. O poder patriarcal é tão efetivo nas instituições religiosas que ganha o aval de seus membros – independentemente do gênero – que entram em um processo de negação da existência deste fenômeno, por meio de um processo de silenciamento por parte dos “dominados”, dando para aqueles que exercem a “dominação” total liberdade de ação. Nenhum dos vários movimentos religiosos existentes no país, embora haja uns mais conservadores e outros mais progressistas, estão imunes de assumir posicionamentos que determinam as “regras” de conduta das mulheres religiosas e, às vezes, das mulheres seculares. No caso do pentecostalismo, é de grande importância sua influência no trato das questões elencadas até o momento, por isso cabe destacar algumas características da mulher pentecostal.

### **2.2.2 A mulher pentecostal**

Uma das especificidades do pentecostalismo está diretamente relacionada com a forma como este grupo religioso concebe e vivencia a religião. Sua característica principal está na manifestação do Espírito Santo, sendo sua revelação por intermédio das práticas religiosas que acontecem no interior da instituição uma das coisas mais importantes que podem acontecer na vida do fiel. Para isso, a Bíblia assume um papel significativo, ou seja, são os preceitos bíblicos, bem como a plena obediência de suas Escrituras, que direcionam a vida dos membros de uma instituição pentecostal a uma relação mais próxima e direta com Deus. É claro que os pentecostais vivenciam a experiência religiosa através também de outras práticas em seus cultos, como a glossolalia, por exemplo. De qualquer modo, a valorização e o pleno cumprimento dos princípios bíblicos é algo que não é descartado sob hipótese nenhuma.

Assim, quanto a uma religião que determina de maneira bastante contundente os deveres de seus fiéis para com a igreja, é de se esperar que disponha de regras bem definidas referentes à conduta de sua membresia feminina. Eliane Gouveia (1989) destaca alguns elos do pentecostal com sua fé; um deles é o silêncio.

O silêncio dos impulsos eróticos do corpo, do prazer sexual. O corpo deve ser colocado em exercício de constante abstenção de si mesmo. A atividade sexual só é permitida no casamento, porque propicia a reprodução. [...] A sexualidade feminina (representando satanás) é colocada nos segmentos do mal, do pecado. Para expiar esta culpa histórica, a mulher se torna, quando se converte ao pentecostalismo, apologista do sofrimento e da provação, com a finalidade de libertar-se dos pecados de ser mulher, de ser representante do impuro, do profano e do diabólico. A mulher anuncia com seu corpo a presença do satânico, do demoníaco, do erótico (GOUVEIA, 1989, p. 61).

É de se esperar que o pentecostalismo direcione a mulher para uma plena negação de si mesmo, isto é, uma aversão de sua própria condição de gênero, uma vez que a figura feminina em muitos segmentos religiosos se associava, e ainda se associa, ao que é compreendido como “impuro”. Socialmente, as relações de dominação que são estabelecidas entre homens e mulheres veem-se diante de um “poder” masculino que regula, significativamente, o corpo feminino, impondo sobre ele suas “responsabilidades” reprodutivas e o doutrinando para sua autorrejeição. A mulher não consegue tomar as próprias decisões com relação a sua vida sexual, o funcionamento biológico do seu corpo se torna um tabu e ela não tem outra opção a não ser rejeitar a si mesmo. A religião exerce grande influência nessa questão, pois “o corpo e os desejos do corpo passam a ser reprimidos, em nome da moralidade religiosa construída no passado” (GOUVEIA, 1989, p. 61).

Ainda de acordo com Gouveia (1989), no pentecostalismo não é possível determinar um único estilo ou perfil de mulheres pentecostais, sendo cada denominação responsável pela definição e (re)orientação das condutas de suas fiéis. Em todo caso, ainda que existam diferenciações, o silenciamento da mulher ocorre com frequência e indistintamente em qualquer denominação, ainda que em maior ou menor grau em cada uma delas. De acordo com os dados do Censo do IBGE de 2010, as mulheres são maioria em todas as religiões evangélicas brasileiras e, embora o sejam, isso em nada impede a necessidade de obedecer a um corpo administrativo composto majoritariamente por homens. No

pentecostalismo, elas chegam a ser quase três milhões de membros a mais do que os homens – numericamente representativas, mas ainda com pouco ou nenhum poder nessas instituições.

Um fenômeno recorrente no Brasil é a mudança de religião, sendo comum que os atuais pentecostais tenham sido no passado membros de outras igrejas. O catolicismo foi quem mais sofreu com a saída de seus fiéis para instituições de vertente pentecostal. Como as mulheres são maioria nessas denominações, é de se esperar que muitas delas já tenham pertencido a outras instituições. Sendo assim, essas mulheres quando se convertem ao pentecostalismo buscam se desfazer da vida que tinham antes. Ou seja, elas estreitam seus laços com os membros de sua congregação e se afastam, gradativamente, dos relacionamentos que tinham com pessoas de fora da instituição; afastam-se não apenas pessoas, mas de lugares também. Em nome da obtenção de uma vida mais próxima de Jesus, elas encontram as respostas para suas inquietações através da culpa e de privações, buscando direcionamento para como elas devem se comportar na família e em outras esferas da vida.

O pentecostalismo é religião fundamentalmente de conversão, predominando em sua estrutura de poder uma dominação eminentemente masculina. O sexo feminino é entendido como “naturalmente fraco” e, portanto, impotente para pensar, dirigir e interpretar o que deve ser proposto como o modelo ético religioso de estruturação da vida dos fiéis. (GOUVEIA, 1989, p. 62)

Ainda que o mundo público não lhes seja totalmente restrito, o discurso religioso pentecostal também destina as mulheres a uma vida doméstica. Como o espectro religioso permeia constantemente as relações sociais, não surpreende que as relações de dominação sobre a mulher e de submissão feminina no interior da igreja se assemelhem às que estão postas no mundo secular. Portanto, uma vida resignada ao casamento e à maternidade perpassa ambas as realidades, o que reforça a presença de uma estrutura patriarcal que se manifesta em todas as esferas da sociedade.

Esses princípios fundamentalistas orientadores da conduta, do comportamento e do temperamento das mulheres passam a prescrever um padrão uniformizador de ação para todas, independentemente do contexto social em que estejam alocadas. [...] Não se levam em consideração as características particulares, as representações individuais a respeito do mundo que, porventura, cada crente possa estar desenvolvendo. O que importa é o conjunto de ações, normas e

representações simbólicas previstas e pregadas pela e para a comunidade como totalidade (GOUVEIA, 1989, p. 64).

As mulheres pentecostais passam a assumir um comportamento que é regulado por outros agentes, como é o caso do líder religioso da congregação a que pertencem, mas, além disso, as próprias mulheres controlam e estabelecem um determinado padrão de comportamento para suas iguais. São imbuídas da responsabilidade de converter outras mulheres e de justificar qualquer condição que lhes pareça “inferior” no ambiente religioso como algo divino, e, portanto, digno de aprovação e aceitação. É nesse sentido que o mundo secular age positivamente na vida dessas mulheres, ou seja, quando elas não sofrem as tentações da vida “mundana” e apresentam a esta realidade profana o caminho da salvação.

Pela explicitação intensa de procedimentos rituais, com relação à colocação de seus corpos no mundo, as mulheres creem poder mostrar ao mundo profano os indicadores externos do que é ser crente. Diferenciam-se, assim, das outras mulheres de outras crenças religiosas. Usam saias ou vestidos que não devem marcar as formas do corpo, cabelos muitas vezes longos, não usam pinturas ou adornos. Empregam uma linguagem oral que destaca um repertório linguístico diferencial em relação às outras mulheres que estão na vivência profana. [...] As mulheres crentes enfrentam o cotidiano buscando coerência relacional entre a vivência no espaço profano e a vivência no mundo do sagrado. Há grande atenção em “sacralizar” o viver (GOUVEIA, 1989, p. 66).

As pentecostais se tornam uma figura de suma importância dentro da igreja, ainda que sua capacidade de exercer liderança seja ofuscada por um processo hierárquico que legitima apenas a figura do líder masculino. Assim, as mulheres pentecostais se dedicam a uma vida cristã regida pelas normas das Sagradas Escrituras e abominam qualquer tipo de situação que possa vir a ameaçar o templo e seus adeptos, porque passam a acreditar fielmente que o mundo exterior é cercado de profanações, abstendo-se, inclusive, das discussões mais contemporâneas acerca de sua própria condição, às vezes, por ser o tema considerado polêmico demais.

De todo modo, as questões sociais e religiosas ocorrem concomitantemente, notadas na presença crescente de grupos religiosos na esfera pública. Mais uma vez, surgem pautas políticas e sociais que são de interesse exclusivo da mulher, mas que são respondidas e decididas por homens, enquanto que, no âmbito religioso, ou há um esforço para convencer sua membresia de que isso é melhor para todos fiéis, ou evitam discutir o assunto para não correr o risco de incidir em senso crítico ou questionamentos demais. Quando discutem,

constroem seu discurso de maneira muito eloquente e performática, para evitar qualquer tipo de contrassensos. Aí reside outro problema em todo este debate que alia o religioso e o social, a dominação e a submissão, o homem e a mulher. Trata-se de compreender em que medida ter o homem como porta-voz de demandas femininas favorece uma transformação efetiva dos processos de dominação, de desigualdade e de preconceito, ou prejudica a construção de uma real mudança nessa estrutura que se sustenta e se reproduz a partir da alienação das mulheres quanto à sua própria condição na sociedade.

### **2.3 Os laços geracionais das ADs: um poder que atravessa a figura do “patriarca” e o “carisma”**

Do surgimento das Assembleias de Deus em 1911 até os dias atuais, há de se afirmar que muita coisa mudou. Uma instituição inaugurada timidamente no Brasil e que, em pouco tempo – cerca de vinte anos depois –, já se apresentava como uma igreja grande e bem estruturada do ponto de vista organizacional é, atualmente, uma das instituições mais ricas do país, além de agregar o maior número de pentecostais brasileiros(as) em suas igrejas; e que de acordo com o Censo de 2010 ultrapassa a marca de doze milhões de membros. Com um crescimento tão significativo, é de se esperar que não se trate de uma instituição homogênea, pelo contrário, se torna cada vez mais difusa e complexa na medida em que se desenvolve.

Em meio a inúmeras congregações das ADs que se apresentam na sociedade contemporânea, nota-se que umas, de um lado, se posicionam de modo mais progressista e outras, por outro lado, de modo mais conservador, mas ainda que isso seja resultado de um processo árduo de transformação do pensamento religioso circundante, vigora predominantemente um forte apelo às práticas e condutas de cunho mais tradicional. Por isso, algumas formas de organização serão mantidas a fim de preservar o *status quo* das ADs, estando uma delas diretamente relacionada com a distribuição dos poderes institucionais.

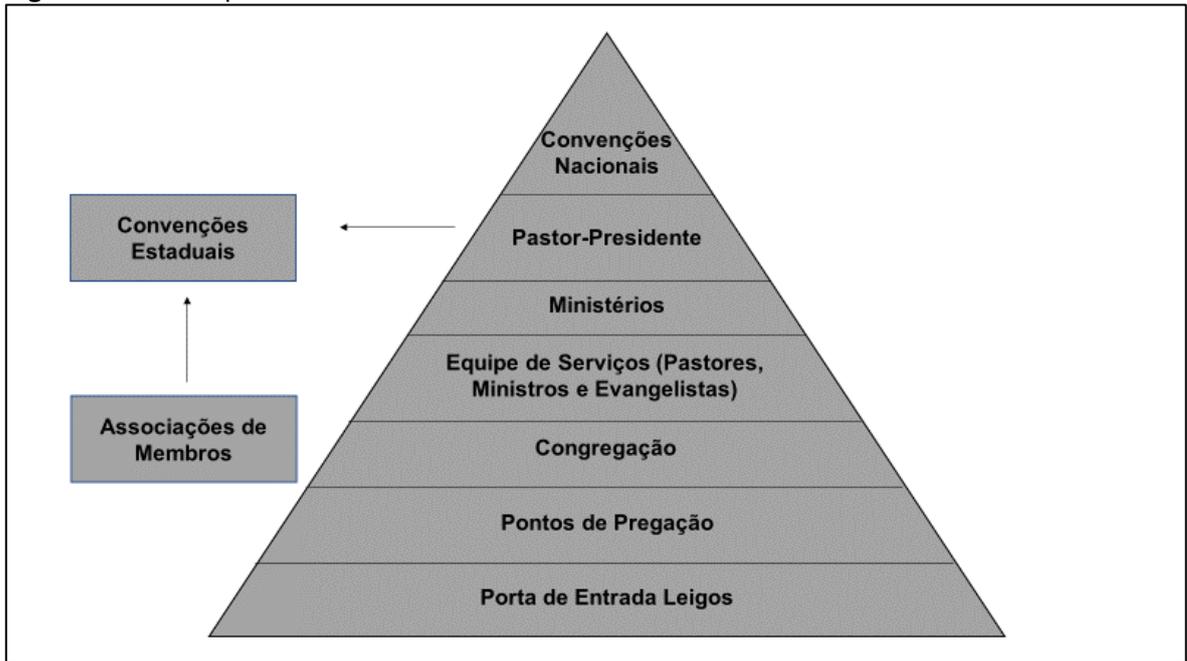
O esforço em conceituar os tipos puros de dominação weberianos, especificamente, o patriarcal e o carismático, a partir de sua influência na construção social da mulher, serve para demonstrar que, além das transformações que a dominação em seu estado “puro” sofre quando se defronta com a realidade,

há em meio a suas características principais uma importante participação das grandes religiões do ocidente. Ou seja, o cristianismo, o pentecostalismo e as ADs não estão imunes de demonstrarem, através de seu sistema de valores, posturas que legitimaram a permanência desses tipos de dominação na sociedade, impactando na elaboração de diretrizes que são determinantes na vida da mulher, seja ela religiosa ou não. Assim, é através dos dogmas religiosos ancorados pelos preceitos bíblicos que uma moral patriarcal será perpetuada e justificada pela fé.

Vale ressaltar que o poder do “patriarca” se evidencia pela obediência irrestrita de seus subalternos e antes desta se manifestar na sociedade como um “patriarcado”, isto é, como a dominação e exploração das mulheres pelos homens, a relação daquele que manda com os que obedecem surge sem restrições de gênero pré-determinadas. Para dar um exemplo, logo no surgimento das ADs tanto homens como mulheres obedeciam, principalmente, a seus “pais” fundadores, ou seja, os suecos. E durante muito tempo os brasileiros que também eram pastores se viam diante de uma situação em que “seguir as regras” impostas era a única opção. Claro que, posteriormente, assumiriam seus postos de comando em suas igrejas, se desgarrando aos poucos dos missionários que antes detinham todo o poder. De qualquer forma, este fato serve para demonstrar como qualquer indivíduo está sujeito a sofrer com as condições estabelecidas pelos processos de dominação. Entretanto, conforme as ADs passam por um forte processo de burocratização, o caráter que exclui a mulher de posições elevadas da hierarquia institucional começa a se delinear com mais vigor. Nesse sentido, a dominação ganha os primeiros traços de uma relação que evidencia, exclusivamente, a desigualdade entre homens e mulheres.

As ADs são divididas em várias instâncias e a cada uma delas é dada uma função. Formam-se pequenos grupos denominados congregações, que respondem a um templo-sede ou igreja-mãe conhecida como Ministérios; no Brasil, eles se dividem em três ramos distintos: Belém, Madureira e as Independentes. Todo este corpo organizacional responde ainda à CGADB e, no caso do Ministério de Madureira, existe ainda a CONAMAD (Convenção Nacional dos Ministros da Assembleia de Deus – Ministério de Madureira). Trata-se de uma denominação religiosa que se organiza de maneira bastante complexa, mas com hierarquias bem delimitadas, conforme exposto em figura a seguir.

**Figura 4.** A hierarquia das Assembleias de Deus.

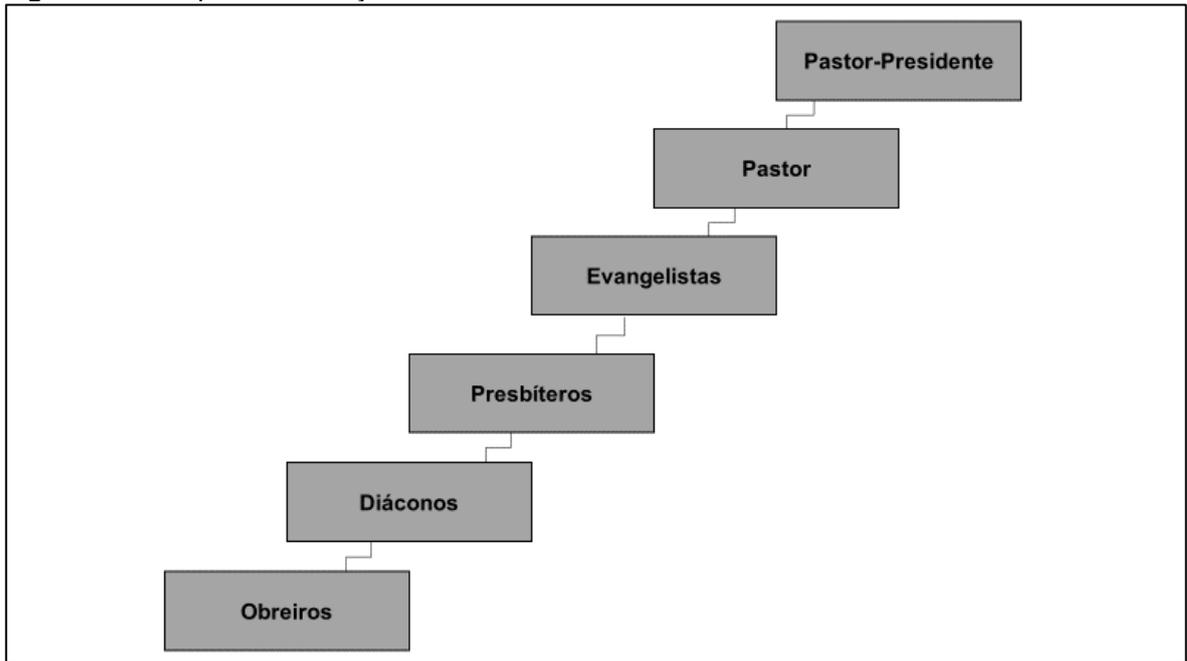


**Adaptado de:** Correa, Marina Aparecida Oliveira dos Santos. 2013. “Demonstrativo da hierarquia assembleiana”. *Assembleia de Deus: ministérios, carisma e exercício de poder*, 160. São Paulo: Fonte Editorial.

Diante de tantas etapas em que se presume a existência de cargos de poder, surpreende o fato de que em nenhum deles é permitido a presença das mulheres. Assim, o ápice do exercício sacerdotal dentro das ADs é exclusivo aos homens, principalmente quando se tornam pastores e/ou pastores-presidentes. “Nesse processo, o caminho percorrido para se tornar pastor segue uma ordem: auxiliar, diácono, presbítero, evangelista e pastor” (CORREA, 2013, p. 139). A exigência para participar de cada uma destas etapas<sup>29</sup> é ser homem e casado.

<sup>29</sup> “[...] uma definição bíblica orienta o percurso de obreiro, baseado nas Cartas de Paulo a Timóteo (2 Timóteo 2, 1-26). Paulo pede a Timóteo para refletir sobre o significado de três palavras: soldado, atleta e obreiro. Em outras palavras, como soldado há de se sacrificar e abrir mão de certos confortos e de seus próprios desejos para assim conquistar o objetivo do seu capitão. Como atleta, terá que seguir regras, sacrificando a sua liberdade para receber o prêmio. Como obreiro, terá que trabalhar duro, com muita paciência, para depois receber os frutos. Analisando o significado da palavra diácono, um dos cargos percorridos pelo obreiro, pode-se entender como diáconos os ajudantes dos líderes de uma igreja particular local, e aspirantes a futuros líderes. Depois de ocupar esse cargo, o fiel é promovido ao cargo de presbítero. Em (Atos 20, 17-18), o presbítero é um ancião com qualificação reconhecida e dirigente de uma igreja local. [...] Cada igreja local é governada por um presbitério, uma comissão de presbíteros ou um corpo de anciãos, e não por uma hierarquia episcopal. [...] Por outro lado, ministro e pastor significam a mesma coisa; ministro é o título que é dado nas convenções, [...] a primeira aprovação ocorre via Convenção Estadual, e depois o processo recebe a homologação da Convenção Geral, quando eles são ordenados a ministros, mas exercem o cargo específico de evangelista ou pastor” (CORREA, 2013, p. 140-141).

**Figura 5.** As etapas de formação eclesial dos assembleianos.



**Adaptado de:** Correa, Marina Aparecida Oliveira dos Santos. 2013. “etapas de construção para se conquistar o cargo de pastor e pastor-presidente”. *Assembleia de Deus: ministérios, carisma e exercício de poder*, 140. São Paulo: Fonte Editorial.

Já o pastor-presidente também passa por todas essas etapas, mas a sua liderança é exercida nos Ministérios, portanto, ele é responsável por “manter a ordem” em todas as demais congregações em que os pastores atuam. Ambos são líderes, porém, enquanto o controle do primeiro é geral, o do segundo é mais restrito. De acordo com art. 33, inciso I, do estatuto oficial da CONAMAD de 2007, são atribuições do Presidente:

Representar ativa e passiva, em juízo ou fora dele, todos os Ministros (Pastores e Evangelistas) Missionários e Missionárias, filiados em seus quadros, ficando investido de plenos poderes legais para este fim, em toda causa, lide, processo, procedimento administrativo, judicial e extrajudicialmente, contencioso ou não, do que façam ou vierem a fazer parte, em assunto de seu peculiar interesse, ligados ao exercício de seu ministério Pastoral ou eclesiástico, em qualquer foro, Juízo, Instância ou Tribunal podendo delegar.

Já o código de ética e disciplina dos membros da CGADB de 2018, no art. 3, inciso II, afirma que é atribuição do ministro do Evangelho “ser destemido, exercendo seu ministério sem submissão a interesses humanos e materiais, com honestidade, decoro, veracidade, lealdade, dignidade e boa-fé”. E continua em seu art. 4:

O Ministro deve exercer o ministério com a consciência de que o exerce como vocação divina e nunca como profissão, mediante o voto de servir a

Deus e a sua causa na terra, com a visão de que não é empregado e que o sustento a si destinado pela igreja é sagrado, mantendo sua liberdade e independência espirituais.

De fato, o exercício da liderança do pastor ou do pastor-presidente ganha legitimidade através da justificativa de que seu lugar foi dado por Deus e, na medida em que seu posto é irrevogável e suas decisões inquestionáveis, o poder que passa a exercer se tradicionaliza revestindo-se de uma dominação que é, ao mesmo tempo, patriarcal e carismática. A figura do pastor assembleiano pode ser atribuída àquilo que Weber (2009) chama de “rotinização do carisma”, ou seja, quando o sujeito recebe a chancela de “carismático”, não o recebe porque é de fato (tal como o tipo “puro” weberiano), mas sim, devido a uma ancestralidade que detinha tais características. Assim, com o auxílio da “tradição patriarcal” o carisma passa a ser aprendido e passado de geração em geração. Trata-se de aliar todos os recursos possíveis para não perder o poder, bem como a obediência de seus subordinados. Por isso, é importante sempre ter em mente que as motivações dos líderes religiosos nem sempre condizem com o discurso teológico que adotam.

Conforme apontado por Marina Correa (2013), durante alguns anos, quando as ADs se estabelecem no Brasil, a substituição dos pastores nem sempre ocorreu através de vínculos familiares. A mudança na liderança, devido aos escassos recursos econômicos da época, não podia se restringir às ligações familiares. Foi com a CPAD, que alavancou a economia de suas igrejas e se tornou a principal fonte de renda e lucro dos assembleianos na atualidade, que esta noção mudou. Passou-se a priorizar os laços de consanguinidade a fim de manter certos valores morais inalterados. Deste modo, os pais pastores guiarão seus filhos para os sucederem. É a herança que seus herdeiros estão destinados a receber, sendo importante destacar que o círculo de poderosos de uma igreja rica, como as ADs, concentra seus esforços para manter tal riqueza nas mãos de poucos, mesmo que estas instituições sejam constituídas, em sua maioria, pelas classes mais pobres.

Os líderes assembleianos governam “[...] segundo o agrado, a afeição, a aversão e, sobretudo, mediante favores pessoais às pessoas influentes” e, mesmo que existam regimentos e estatutos para direcionar o seu comportamento, “não é a obrigação nem a disciplina oficiais efetivas que regulam as relações do corpo administrativo de um ministério, mas a fidelidade pessoal de seus servidores” (CORREA, 2013, p. 148). Assim, o pastor-presidente e o pastor ampliam seu

alcance e seu poder a partir do “carisma” que adquirem e que é perpetuado, valorizado e aceito sem contestação pelos fiéis. A tradição patriarcal facilita a obediência da membresia, tanto ao líder atual como aos seus futuros sucessores – todos homens. E a preferência pela figura masculina para manutenção das estruturas de dominação, que preservam os detentores do poder e condicionam os seus subalternos a aceitá-la, trouxe consequências irreparáveis para a história desta instituição religiosa. O silêncio e a submissão de muitas mulheres assembleianas são reflexo de um passado que foi tirano.

### **2.3.1 A dominação que silenciou Frida Vingren**

É possível observar que as mulheres, a partir do que foi discutido até o momento, não vivem em condições de igualdade com os homens. Quando se transfere isso para o ambiente religioso, nota-se que este fenômeno é, com frequência, igual ou maior do que as ocorrências que atravessam o mundo secular. Todavia, são as mulheres que desempenham um papel importante na consolidação, desenvolvimento e evolução de vários eventos ao longo da história. Mas, como bem ressalta Beauvoir (1980), a mulher é totalmente apagada desses momentos, sendo ofertado ao homem todo crédito pelos grandes feitos já realizados pela humanidade. Tal fator traz consequências nocivas para a compreensão de que as mulheres passarão a ter de si mesmas, pois, por vezes, elas desconhecem os importantes empreendimentos realizados por outras mulheres e, em vista disso, desconhecem todo o seu grau de influência.

No movimento pentecostal, a atuação feminina é indispensável, porém, é completamente negligenciada. Uma das vítimas desse processo excludente é Frida Strandberg Vingren<sup>30</sup>. Aqueles que possuem certa familiaridade com a história das ADs conhecem, sem dúvida, seu sobrenome. Trata-se da esposa de um dos missionários fundadores da instituição, Gunnar Vingren. Uma figura de que todos falam ao relembrar a chegada da dupla (junto com Daniel Berg) em Belém.

---

<sup>30</sup> Frida “nasceu na região norte da Suécia, em 1891, filha de pais luteranos, foi criada dentro da doutrina protestante e ingressou no movimento pentecostal, no ano de 1916, em Estocolmo. Preparou-se intelectualmente, cursou Enfermagem no Hospital de Vänerborg e em uma Casa Infantil em Estocolmo, posteriormente ingressou no Instituto Bíblico de Götabor. Foi chefe de seção de enfermagem no Hospital Sabbatsbergs, além de se dedicar à arte fotográfica” (RIOS, 2017, p. 166). Faleceu em 1940.

E quanto a Frida? Não é nem sequer reconhecida pela história oficial da igreja. A CGADB reconhece em seu estatuto de 2016, no art. 1, que:

A Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, neste Estatuto denominado por sua sigla CGADB, fundada em 1930 e registrada em 1946, pelos pastores Samuel Nystron, Cícero Canuto de Lima, Paulo Leivas Macalão, José Menezes, Nels Julius Nelson, Francisco Pereira do Nascimento, José Teixeira Rego, Orlando Spencer Boyer, Bruno Skolimowski, José Bezerra da Silva e outros, é uma entidade civil de natureza religiosa, com fins não econômicos, tendo por sigla CGADB, com duração por tempo indeterminado.

Dos fundadores citados há dez homens. Nenhuma mulher. Assim como no estatuto da CONAMAD, também em seu art. 1, que diz:

Fundado em 1958 pelos pastores Paulo Leivas Macalão, Alípio da Silva, Manoel Francisco da Silva, Narbal Soares, José Leite Lacerda, Manoel Joaquim Rosa, Franklin Luiz Furtado, José Cecílio da Costa, Carlos Malafaia, Nicodemos José Loureiro, José Simpliciano Ferreira, Antônio Pereira, Otávio José de Souza, Raimundo Nonato Barreto, Enok Alberto da Silva, Irineu Ramos de Carvalho, e outros, [...] é uma entidade civil de natureza religiosa sem finalidade lucrativa.

Mais uma vez muitos homens, dezesseis para ser mais específica. Total de mulheres: zero. Elas não podem e nem devem ocupar estas posições, mesmo que tenham sido as grandes responsáveis pela expansão da religiosidade pentecostal no Brasil. Frida foi uma dessas mulheres; viveu pouco, mas o suficiente para deixar um legado que não recebe a valorização merecida. Morou durante 13 anos no Brasil e, nesse período,

essa missionária pregava, cantava, tocava – existem vinte e quatro hinos da *Harpa Cristã* registrados em seu nome –, dirigia cultos na Praça Onze, em presídios, nas casas e nos templos. Trabalhou no jornal oficial da denominação, *Boa Semente*, em Belém e, depois, no Rio de Janeiro, no *Som Alegre*. Em 1930, os dois jornais são unidos e nasce o *Mensageiro da Paz* (existente ainda hoje) e ela se torna sua redatora (ALENCAR, 2013, p. 116).

Uma mulher à frente de seu tempo, em uma época que não era permitido às mulheres nem sequer votar, Frida já tinha autonomia suficiente para exercer um protagonismo, não só na sua vida missionária, mas em torno de suas múltiplas facetas, cujos talentos não se pode mensurar. “[...] Frida era uma mulher valente, mas não foi párea para os ‘cabras-machos’ nordestinos em conluio com Samuel Nystron” (ALENCAR, 2013, p. 123). Não surpreendentemente, o nome do sujeito que não mediu esforços para afastar Frida de suas atividades na igreja, é o mesmo nome que aparece entre os fundadores da CGADB. Na lógica da dominação

masculina, aos homens cabem todos os méritos, mesmo quando suas práticas são excessivamente condenáveis.

Frida incomoda o suficiente para precisar ser calada. Não deixa de ser extremamente significativo que, na década de 1920, líderes, homens e mulheres reunidos, discutam e, mesmo que como exceção, mantenham a possibilidade das mulheres pastorearem. Questão que vai rondar como fantasma a história desta igreja nos próximos anos. Em 1983 e 2001, ao voltar a ser discutido na convenção, o assunto é rejeitado por unanimidade – numa reunião exclusiva de homens (ALENCAR, 2013, p. 134).

Muitos homens passaram a condenar fortemente a ordenação de mulheres, entretanto, explicações acerca das causas que levam a tal atitude são pouco ou nada conhecidas. Exceto pela presença da estrutura social de dominação, que coloca as mulheres numa condição “inferiorizada”, tornando-as, assim, incapazes de assumirem tarefas importantes, o silenciamento ao redor da história de Frida Vingren ressalta o obscurecimento da relações de dominação e exploração das mulheres pelos homens no universo pentecostal e assembleiano, pois ainda que sejam elas as que gerenciam e coordenam exaustivamente as atividades de suas congregações, “no mundo religioso, mesmo quando uma mulher se destaca, ela não pode ser ‘maior’ que seu marido, ainda que na prática o seja, seu cargo ‘precisa’ ser inferior ao dele” (ALENCAR, 2013, p. 123-124). Estes caminhos tortuosos percorridos pelas mulheres assembleianas se evidenciam também nos chamados Círculos de Orações e merecem o devido destaque.

### **2.3.2 As mulheres assembleianas: dos Círculos de Oração para os meios de comunicação de massa**

Os Círculos de Orações das mulheres assembleianas podem ser entendidos como um tipo de ministério composto, exclusivamente – como o nome já sugere –, por mulheres, e que existem em todas as ADs, tanto no Brasil como em outros países do mundo. É compreendendo o funcionamento desse espaço feminino que também é possível observar o papel significativo que a mulher exerce no interior de suas igrejas. Enquanto aos homens cabe o prestígio e a vantagem masculina de assumir postos de liderança nos níveis mais altos da hierarquia da instituição, as mulheres são incumbidas de administrar extraoficialmente todas as atividades religiosas que são realizadas no templo. Lembrando que elas fazem tudo

isso e ainda cumprem as exigências circunscritas na plena obediência aos seus líderes. Segundo Correa (2013, p. 240),

acredita-se que o Círculo de Oração surgiu no ano de 1911, em Belém do Pará, antes mesmo da fundação das ADs. Celina Albuquerque – segundo a história, recebeu a primeira cura milagrosa realizada pelos missionários. Também foi considerada a primeira mulher a orar em línguas estranhas, seguida de Maria de Nazaré. As narrativas do sueco Vingren dizem que elas oravam frequentemente em busca das revelações e revestimento da ação de poder do Espírito Santo para as suas vidas. Após a fundação da Igreja, essa prática tomou outras dimensões, os milagres recebidos pela ação do Espírito Santo passaram a ser divulgados, servindo de alicerce e fermento para os novos adeptos.

Percebe-se que a relevância das mulheres nas ADs antecede a própria constituição destas como Igreja. E, como aponta Gouveia (1989), o perfil da mulher pentecostal é justamente aquele que evidencia não só a sua experiência de fé, mas que se esforça em passar para outros membros, ou não membros, toda a salvação a que estarão destinados aqueles que se converterem e se entregarem a uma vida resignada a Deus e em conformidade com os preceitos bíblicos. Assim, embora seja terminantemente proibido sua ordenação ou a sua presença em cúpulas de poder, nota-se que muitas mulheres demonstraram grandes capacidades de argumentação e convencimento, exercendo influência, inclusive, sobre os pastores<sup>31</sup>. Elas ganham a simpatia e o respeito do fiel e, por isso, conseguem adentrar em universos que nunca serão explorados por homens. Contudo, “[...] pode-se afirmar que sobre as relações de poder em um espaço ocupado majoritariamente por mulheres assembleianas, há sempre a sombra de um homem, o pastor, seu líder máximo” (CORREA, 2013, p. 242), a quem elas devem obediência, não importando a circunstância.

Este ciclo de dominação que se instaura na sociedade é, como já dito anteriormente, legitimado tanto por homens como por mulheres. Sendo assim, a dominação patriarcal, contradizendo tudo o que representa para as mulheres, costuma ser amplamente incentivada e reproduzida por elas mesmas na vida cotidiana. E este comportamento é ainda mais intenso na esfera religiosa, porque tal prática ganha o respaldo sagrado e, portanto, se “liberta” de qualquer contradição. No caso dos Círculos de Orações, o poder ali contido também ganha

---

<sup>31</sup> “O exemplo disso ocorre em alguns cultos, quando um pregador está com a palavra, se pode ouvir uma negativa ou uma exaltação feminina, em caso negativo: ‘Misericórdia Senhor!’, ou de exaltação: ‘Aleluia, ou, Glória a Deus!’; e toda a assembleia ali presente já sabe a opinião delas sobre o discurso do pastor” (CORREA, 2013, p. 242).

os traços de uma dominação tradicional, agora com um processo de sucessão que passará de mãe para filha (CORREA, 2013), mas ainda longe das dimensões que os laços geracionais masculinos abrangem. Serve, no entanto, para levantar o questionamento acerca da possibilidade de existir um comportamento mimético – por parte das mulheres pentecostais – na reprodução das estruturas patriarcais de dominação, dificultando a compreensão do fenômeno, cujas bases da qual se originam são de difícil apreensão.

De todo modo, tornam-se mais estreitas as questões que circundam o mundo religioso com o secular; do sagrado com o profano; da moral cristã com a política; assim como aponta Correa (2013, p. 245),

[...] os pastores das ADs mantêm um discurso religioso, focados no mundo secular por meio da mídia; eles conduzem os seus discursos para as questões políticas partidárias, e nas questões sociais integrando o religioso e o profano dentro de um novo perfil, sincrético e fortemente inserido nos estamentos da sociedade civil atual. Muitos desses discursos nada têm de religioso, mas se fala em nome da religião.

A inserção dos assembleianos na política já evidencia os desafios em compreender as relações de dominação, não mais concentradas no interior dos templos, mas aliadas a um sistema patriarcal sócio-religioso. O desejo dos líderes (pastores-presidente, pastores) é ampliar o seu poder e legitimar ainda mais a sua força entre os que já são seus subalternos. Por isso, se tornam cada vez mais familiarizados com as pautas levantadas pela sociedade civil, a fim de conquistar ainda mais a admiração de sua membresia e, por que não, angariar mais fiéis.

Todavia, para além da política, a sociedade contemporânea conta com um crescimento exponencial dos meios de comunicação de massa, tornando-se cada vez mais difícil conviver com esta realidade sem, inevitavelmente, fazer parte dela. A CPAD é um exemplo de ferramenta online que contempla uma série de conteúdos – que vão desde os jornais digitais até um vasto acervo literário gospel –, tornando-se uma importante fonte geradora de renda para as ADs. Como, então, as ADs aliam uma moral religiosa tradicional e, por vezes, conservadora com as demandas tecnológicas do século XXI? É importante compreender em que medida essas ferramentas dispõem de conteúdos que contribuem – reforçando ou amenizando – a manutenção de um sistema de valores regido por uma estrutura de dominação desigual, tanto no âmbito social como no religioso.

### **CAPÍTULO 3 – A forte presença patriarcal e o reforço dos estereótipos de gênero nas ADs: percorrendo a tradição e as mídias**

Este capítulo se divide em cinco tópicos e tem por objetivo compreender de que maneira os meios de comunicação de massa se transformaram em um grande difusor da mensagem cristã, afetando até mesmo religiões que antes ficariam apáticas a este tipo de tecnologia, como é o caso das Assembleias de Deus. Sua inserção é tão evidente que a CPAD é a grande responsável em desenvolver mídias que atendem aos mais diferentes tipos de público, dentre eles, as mulheres. Por isso, o primeiro tópico trata justamente dessa inserção crescente da religião no universo midiático, destacando a importância dos meios digitais e virtuais na sociedade contemporânea e a análise de conteúdo é um dos aliados metodológicos para essa discussão. No segundo tópico, evidencia-se a crítica quanto ao não-lugar de fala em que está situada a mulher assembleiana, tendo em vista que as posições de “destaque” que recebe, sobretudo através dos meios de comunicação, mascaram a realidade de sua verdadeira condição: ainda muito inserida na rigidez das relações de dominação/submissão delas pelos homens. No terceiro tópico, há um resgate da figura feminina que esteve durante muito tempo no esquecimento da história, trata-se de Frida Vingren, e a tentativa de compreender um pouco mais por que o resgate de sua memória há tanto negligenciada ainda precisa do referendo de homens para que aconteça. No quarto tópico, é feita uma análise do website “Mulher Cristã”, a fim de compreender alguns aspectos da mulher assembleiana na contemporaneidade, bem como a reprodução de diversos estereótipos da figura feminina no cenário religioso. No quinto e último tópico, há uma discussão acerca da Convenção das Assembleias de Deus – CADB, seguimento que rompe com lideranças tradicionais e aponta uma mudança que pode ser fundamental para o futuro da mulher cristã, pentecostal e assembleiana no Brasil.

#### **3.1 A inevitável participação da religião (e das Assembleias de Deus) nas redes**

Até aqui, já é de entendimento comum que as ADs se inserem no rol pentecostal como uma das denominações mais conservadoras do Brasil na

contemporaneidade. Descartando o efeito generalizante que esta afirmação pode acarretar, o intuito foi demonstrar que sua prática litúrgica, bem como o cotidiano de seus fiéis, está mais alinhada com regras de conduta que primam por princípios morais e religiosos rígidos, se comparada com outras instituições com que compartilha o rótulo de *evangélicos*. Isso não significa dizer que outras igrejas fora do escopo assembleiano não apresentem um ideário conservador, embora esta não seja uma questão prioritária no momento, servindo apenas para elucidar o que será apresentado mais adiante a respeito da instituição que protagonizou toda esta pesquisa, ou seja, as ADs brasileiras. Assim sendo, ficam cada vez mais nítidas as mudanças que ocorreram ao longo dos 107 anos de sua fundação em Belém do Pará, do mesmo modo que é possível observar as características que se mantiveram inalteradas. Do ponto de vista quantitativo, seu crescimento foi significativo para garantir o espaço e a legitimidade que possuem em todas as regiões do país nos dias atuais. No entanto, talvez seja no seu caráter sócio-religioso aliado a uma sociedade patriarcal que ficam mais claras as controvérsias presentes nesse movimento que cresceu sob a égide de um cristianismo legitimador dos processos de dominação que afetam, sobretudo, as mulheres.

O movimento pentecostal já surge marcado também por sua facilidade de utilizar os meios de comunicação como disseminadores da mensagem cristã, na contramão dos protestantes, por exemplo, que renegaram durante muito tempo sua inserção em espaços secularizados da sociedade, dando vantagem às instituições pentecostais na corrida pela aquisição de um número muito maior de membros. Denominações neopentecostais, como é o caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), são especialistas em ocupar todas as esferas da comunicação de massa, desde os jornais impressos até a mídia televisiva e a internet. Embora as ADs, tal como afirma Mendonça (2004), sejam as que mais se aproximam da tradição protestante – em seu conservadorismo e isolamento – o que se observa é sua guinada cada vez mais relevante para as mídias. Nada que se compare com a IURD, mas, ainda assim, parece haver a compreensão de que evitar esses espaços não é uma manobra inteligente numa sociedade que se encontra cada dia mais envolvida com os meios tecnológicos em voga.

É certo que as ADs se encontram na liderança no que concerne à totalidade de sua membresia. Entre as mais de dez denominações pentecostais existentes no Brasil, totalizando em média vinte e cinco milhões de membros, mais

de doze milhões se declaram assembleianos e assembleianas<sup>32</sup>. Um número expressivo e que não pode ser justificado só por seu crescente interesse em migrar para mídias, já que outros fatores se aliam a esse fenômeno<sup>33</sup>. No entanto, como foi apontado no primeiro capítulo, a CPAD é responsável quase que em sua totalidade pela sobrevivência econômica de suas igrejas e por isso ela tem fomentado o desenvolvimento de outras plataformas, todas sob sua administração, mas que ultrapassaram o seu acervo bibliográfico online e as assinaturas de jornais e revistas. Páginas no Facebook, canais no YouTube, sites diversos voltados para um determinado público-alvo e a TV CPAD já são uma realidade. Uma mudança de mentalidade tecnológica, mas que tenta preservar todas as suas características de tradição religiosa conservadora.

Por isso, esta ferramenta se tornou a fonte de análise para compreender os espaços reservados às mulheres e os mecanismos que reforçam o controle deste grupo dentro da instituição. Uma maneira de tentar se aproximar mais da realidade das fiéis, já que os meios de comunicação tornaram públicas muitas das práticas que antes se encontravam a portas fechadas. Não à toa, os recursos midiáticos têm sido adotados até mesmo pelos amantes do trabalho de campo como método complementar ou substituto nos mais diferentes tipos de pesquisa e os resultados têm se mostrado satisfatórios, principalmente nos estudos que aliam temas como sociedade e religião, tal como se fez nesta pesquisa. Assim, se desenvolveu em perspectiva teórica e sociológica o perfil geral das ADs, perpassando as características da mulher pentecostal e o impacto dos conceitos de dominação e patriarcado em suas vidas, para se chegar no essencial da história da mulher assembleiana neste capítulo em questão, utilizando-se de alguns meios midiáticos assembleianos e se apoiando na análise de conteúdo em perspectiva sociológica, a fim de compreender os aspectos principais dessa relação e corroborar a imagem de instituição que ainda não superou as relações de dominação das mulheres pelos homens.

---

<sup>32</sup> Ver tabela 2.

<sup>33</sup> “Também vale lembrar que a midiaticização não está desvinculada de outros inúmeros fatores responsáveis pelo crescimento e sucesso de uma denominação religiosa, sob o risco de se postular uma perspectiva exclusivamente midiacêntrica de interpretação, creditando ao uso dos meios o sucesso ou fracasso de uma igreja” (MARTINO, 2012, p. 233).

### 3.1.1 A análise de conteúdo sob o viés sociológico

Para que seja possível traçar um paralelo entre tudo que já foi discutido nos capítulos anteriores e o que se pretende construir daqui em diante, é preciso estar atento às ferramentas que auxiliam no processo de análise. A análise de conteúdo alicerçada no pensamento sociológico se mostrou favorável para os resultados que se pretendem atingir. Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (1998) destacam que o método de análise de conteúdo é amplo e inclui diversas abordagens possíveis, assim como permite que diversos tipos de mensagens sejam analisados pelo pesquisador, desde obras literárias até entrevistas dos mais diferentes segmentos. O objetivo é que o sujeito que realiza a análise consiga não só detectar as fissuras do problema em questão, mas que consiga construir todo um conhecimento por meio da investigação a que se propôs realizar.

Tendo isso em conta, é preciso que fique claro que o processo inclui métodos que tentam em alguma medida combater os subjetivismos que podem incidir sobre a prática de que se fala. Ou seja, mesmo com todas as controvérsias que possam existir a respeito da presença ou ausência da subjetividade do pesquisador em estudos que, no geral, competem às ciências humanas, é importante criar mecanismos que consigam frear a construção de uma interpretação carregada de impressões pessoais já que, do ponto de vista científico, perderia sua validade na comunidade. É importante atentar também ao fato de que existem diferenças na análise que se fazem sob viés da linguística e aquele construído através dos procedimentos da sociologia.

Contrariamente à linguística, a análise de conteúdo em ciências sociais não tem como objetivo compreender o funcionamento da linguagem enquanto tal. Se os mais diversos aspectos formais do discurso podem ser tidos em conta e, por vezes, examinados com uma minúcia e uma paciência de santo, é sempre para obter um conhecimento relativo a um objecto exterior a eles mesmos. Os aspectos formais da comunicação são então considerados indicadores da actividade cognitiva do locutor, dos significados sociais ou políticos do seu discurso ou do uso social que faz da comunicação (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 226-227).

Dessa forma, quando se tem um material que garanta a aplicação deste tipo de método (análise de conteúdo) – tal como se pretende fazer com a utilização dos websites da CPAD – é possível cumprir com as exigências do rigor científico, como também garantir a liberdade de criação por parte do pesquisador(a), pois as fontes que podem ser utilizadas são plurais, não se restringindo ao estudo de um

determinado objeto específico, o que torna o método altamente versátil. Assim, torna-se totalmente viável compreender as relações de dominação das mulheres assembleianas, tendo como fonte os meios midiáticos, aliado a este tipo de metodologia. “Os recentes progressos dos métodos de análise de conteúdo foram certamente encorajados por esta preocupação conjunta e largamente partilhada de rigor e profundidade” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 227), e que pode estar situada na perspectiva qualitativa, na quantitativa ou numa relação de complementaridade entre as duas.

O método qualitativo exige, dentre outras coisas, uma construção teórica bem fundamentada, bem como seu domínio. Unida a isso está a necessidade de se compreender de que maneira os elementos presentes na análise se articulam, visando a apontar suas principais características sem abandonar a complexidade presente neste tipo de aplicação. Não se trata, portanto, de buscar soluções imutáveis para um fato específico, mas ser capaz de demonstrar pragmaticamente questões que de início são de difícil apreensão. Para esta pesquisa optou-se pela análise de conteúdo que perpassa a análise de enunciação. A análise de enunciação

[...] incide sobre o discurso concebido como um processo cuja dinâmica própria é, em si mesma, reveladora. O investigador está então atento a dados como o desenvolvimento geral do discurso, a ordem das suas sequências, as repetições, as quebras do ritmo, etc. (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 229)

Essa escolha se justifica considerando que a intenção é detectar nos sites da CPAD selecionados para análise, traços que reforcem a hipótese construída até o momento de que homens e mulheres não vivem em condição de igualdade na instituição e que há de fato um processo de silenciamento das mulheres assembleianas, sendo que todas as ferramentas online voltadas para o público feminino se mostram insuficientes para determinar que houve uma emancipação deste grupo, levando em consideração a forte estrutura hierárquica e de poder que oferece ao homem o status de superior e líder no interior de suas igrejas. Trata-se de uma análise que busca identificar a presença do não dito, daquilo que está implícito na mensagem (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998) e, conseqüentemente, encontrar sistematicamente os fatores que evidenciam aquilo que se tentou objetivar, a princípio, no campo teórico. Todos os métodos são passíveis de críticas e o intuito é conseguir desenvolver a análise de conteúdo

respeitando as limitações que podem estar implicadas em todo e qualquer instrumento de investigação do fenômeno religioso e social.

### **3.1.2 A importância das mídias para a religião**

Como foi dito anteriormente, é crescente a relação que se estabelece entre mídia e religião. E, ainda que fique claro a participação de grupos religiosos de destaque na mídia televisiva, no rádio ou na internet, estando as ADs dentre as diferentes denominações que se envolveram com essa nova realidade tecnológica, é importante frisar alguns dos caminhos que levaram a esfera religiosa a se interessar cada vez mais pelo universo da era digital.

Uma procura nos canais abertos de televisão ou entre emissoras de rádio permite entrever a presença constante de programas religiosos nas grades de programação, ao mesmo tempo em que instituições religiosas promovem eventos artísticos-religiosos claramente inspirados em eventos midiáticos. [...] A midiatização vem se afirmando como uma característica preponderante de várias igrejas e grupos religiosos, alterando práticas religiosas que são reconfiguradas e repensadas no contexto de uma sociedade igualmente midiatizada (MARTINO, 2012, p. 219-220).

Tomando a CPAD como exemplo, há dentre suas atividades um concurso nacional denominado “Crente bom de Bíblia”, muito semelhante com os programas de perguntas e respostas presentes nas redes de televisão tradicionais, como o “Show do Milhão”, transmitido pelo Sistema Brasileiro de Televisão – SBT no início dos anos 2000, com a diferença que o primeiro tem como objetivo premiar nas categorias “adulto”, “jovem”, “adolescentes” e “Kids” os especialistas em Bíblia, garantindo que os evangélicos e evangélicas do Brasil tenham contato constante com a Palavra de Deus. Ao vencedor de cada categoria é oferecido um prêmio de dez mil reais, além de outros benefícios. Tal como destacado por Luís Mauro Sá Martino (2012), percebe-se com este exemplo que as igrejas estão cada vez envolvidas com os processos de midiatização da experiência religiosa, entendendo por midiatização “[...] o conjunto das transformações ocorridas na sociedade contemporânea relacionadas ao desenvolvimento dos meios eletrônicos e virtuais de comunicação (MARTINO, 2012, p. 222)”. Esse tipo de desenvolvimento transforma as relações sociais e as formas como os indivíduos lidam com a realidade circundante, alterando a própria compreensão que se tem dela. Se antes as mídias serviam como instrumento de informação através dos jornais impressos

ou televisos e fonte de entretenimento pelas radionovelas de antigamente ou as novelas modernas, hoje se conectar tecnologicamente é parte inerente da vida dos sujeitos. Por isso, as instituições religiosas veem na era digital uma oportunidade de expansão e uma necessidade de se adequar às demandas do momento.

De certa forma isso explica o motivo pelo qual, no âmbito religioso, a mídiatização é assimilada de maneira entusiástica. Para as lideranças uma estratégia de proselitismo. Para os fiéis cada vez mais consumidores e cada vez mais midiáticos, a rendição às plataformas virtuais confirma o desejo de auto-exposição e a predisposição à integração às tecnoteologias da felicidade (MIKLOS, 2015, p. 9).

As diferentes religiões passam a dar atenção às predisposições tecnológicas dos fiéis, a fim de não só oferecer maiores e melhores recursos, como as Bíblias virtuais, mas também de assegurar o controle do rebanho para além dos espaços físicos das igrejas. Nesse sentido, há uma dupla exposição; uma por parte da instituição que migra para as redes virtuais perdendo boa parte de seu caráter “sigiloso”; e outra por parte dos fiéis que consomem os serviços oferecidos, sendo muito mais fácil traçar o perfil e os interesses da membresia de maior expressividade, como é o caso das ADs. São muitas as Assembleias de Deus, de diferentes ministérios e, portanto, muito difusas. Porém, elas encontram na CPAD um ponto de convergência, já que representa o canal de comunicação de todas as congregações.

De um lado, nota-se a entrada dos agentes religiosos no campo da mídia, onde ocupam posições estratégicas e interferem na economia política própria a esse campo. [...] Por outro lado, notam-se também alterações no campo religioso, na medida em que religiões mídiatizadas parecem alcançar, em algumas circunstâncias, certo destaque entre as concorrentes por conta da possibilidade de difundir melhor sua mensagem e chegar a um número potencialmente maior de adeptos (MARTINO, 2012, p. 232).

No caso das ADs, a mídia pode ser um recurso, mas não chega a figurar como sua fonte exclusiva de doutrinação cristã. Foi a tradição que construiu ao longo dos anos que permitiu que ela se consolidasse como uma das religiões mais importantes do país. Dessa forma, os meios de comunicação que serão analisados daqui em diante, aparecem como artifícios que ainda estão em processo de consolidação, mas que já oferecem indícios do que podem representar num futuro próximo. Diferente de outras denominações evangélicas em que as mídias são sua própria razão de ser, pretende-se compreender, neste caso, em que medida elas favorecem um processo de emancipação das mulheres assembleianas – levando

em conta todo o privilégio masculino nos espaços políticos e econômicos das ADs e que reservou durante muito tempo um lugar secundário às mulheres – ou se esses mecanismos visam apenas ao falseamento da verdadeira condição inferiorizada da classe feminina, na medida em que lhe é dada alguma visibilidade.

### **3.2 O não-lugar<sup>34</sup> de fala da mulher assembleiana**

Dentre perspectivas religiosas, sociais, políticas e culturais que representam o carro-chefe de qualquer sociedade, existem diferentes agrupamentos que, não necessariamente, estão em consonância entre si e tampouco ocupam uma posição de liberdade e igualdade na realidade em que se inserem, seja em sentido amplo ou restrito. Ou seja, um país como o Brasil, que está sustentando pelo pilar da democracia na contemporaneidade e que é regido por uma constituição que defende, dentre outras coisas, que todos são iguais perante a lei, mantém muito de seus compatriotas sob o jugo dos privilégios de grupos específicos (que podem ser representados pela elite/burguesia em oposição aos pobres, por exemplo), em sentido amplo. Enquanto que, em sentido restrito, o exemplo das religiões de matrizes africanas em oposição às grandes religiosidades cristãs, tais como os católicos, protestantes e pentecostais, parece deixar claro as relações assimétricas que existem e que, conseqüentemente, prejudicam a livre expressão da religiosidade dos primeiros, mesmo em uma nação que defende a liberdade de culto e crença em todas as suas formas. Trata-se de um contrassenso que de modo inevitável carrega em seu cerne a história dos dominadores, daqueles que sempre ocuparam e continuam ocupando uma posição de poder na sociedade.

Semelhante a isso é a história que se escreve das mulheres assembleianas. Orientadas pelo olhar dos homens que “[...] frequentemente tomam a religião como instrumento de exploração-dominação-controle, travestidos de libertação” (VILHENA, 2017, p. 99), elas se encontram totalmente vulneráveis, já que não foram protagonistas da narrativa que se construiu de sua própria trajetória, mesmo com a relevância que possam ter tido e que, de fato, ainda têm, nos espaços da igreja, da família e, em alguns casos, no espaço público. Uma vulnerabilidade que não está associada com o sentido estrito do termo, mas com a

---

<sup>34</sup> Releitura do conceito de “não-lugar” desenvolvido por Marc Augé (1994).

incompreensão de seu papel enquanto agente fundamental na construção e transformação da realidade em que estão inseridas. Quando muito, são elas as que promovem a relação orgânica de todos os membros da congregação, mas é a figura do homem protagonista, do homem pastor, que sempre se sobressai e a quem, todos e todas, indistintamente, devem plena obediência. Isso traz à tona o questionamento dos motivos pelos quais essa relação díspar entre homens e mulheres é plenamente aceita, pois, ainda que possa haver alguma resistência, é a mentalidade predominante.

Os capítulos anteriores apontaram alguns caminhos que permitem compreender os meandros desta premissa. Para além de toda problemática que se apresentou na relação de dominação das mulheres pelos homens que afeta a sociedade como um todo, ultrapassando os limites da vida religiosa, é preciso estar atento para as situações que, do ponto de vista estrutural, são indissociáveis. A começar pelos tipos de dominação weberianos, que, como foi apresentado pelo viés da dominação patriarcal e carismática, são adequados para explicitar aquilo que se reconhece como parte constitutiva do universo assembleiano. Tal como aponta Weber (2009, p. 189), “[...] toda forma típica de dominação, em virtude de situação de interesses, particularmente em virtude de uma posição monopolizadora, pode transformar-se, gradualmente, numa dominação autoritária”. Assim, e não espantosamente, a membresia assembleiana construiu uma mentalidade, que, alicerçada nas justificações religiosas e preceitos de fé, criou “[...] um esquema binário de classificação da mulher e do feminino, segundo o qual cabe-lhe somente a representação de submissa/passiva, se obediente ou ativa/ativa, se insubordinada” (GOUVÊA NETO, 2016, p. 91). E ainda que as mulheres, mesmo quando restringidas a um grupo que compartilha da mesma fé, nesse caso, pentecostal e assembleiano, não sejam passíveis de generalizações, pois apresentam todos os subjetivismos e contradições que constituem o ser humano, elaboram-se com uma facilidade controversa, categorias para definir o que é ser “homem” e o que é ser “mulher”, tal como apresentado no quadro abaixo<sup>35</sup>.

**Quadro 2.** Binarismos dos gêneros masculino e feminino.

Masculino	Feminino
-----------	----------

<sup>35</sup> Neste caso, as dicotomias que se apresentam entre os gêneros masculino e feminino na esfera social não estão dissociadas da esfera religiosa e, portanto, se complementam.

Dominante, Cultura, Direito	Dominado, Natureza, Esquerda
Seco	Úmido
Aberto	Fechado
Mente	Corpo
Razão	Emoção
Público	Privado

**Adaptado de:** Gouvêa Neto, Ana Luiza. 2016. "Oposições binárias conforme o gênero". *Mulheres na Assembleia de Deus: para se pensar a categoria gênero além do estruturalismo*, 92-93. Revista Numen: Juiz de Fora.

Essa separação em dois grandes blocos, nos quais, de um lado, se faz a leitura do que qualifica o homem e, de outro lado, do que qualifica a mulher, interessa para demonstrar que está a categoria feminina com seu "destino" traçado não só biologicamente, mas como espécime que detém características que legitimariam seu lugar reservado aos espaços privados, como no lar e na maternidade, aceitando sua condição de "sexo frágil", enquanto ao homem fica reservada a atuação no espaço público, ressaltando que sua masculinidade é detentora da racionalidade e da firmeza que na mulher seriam inexistentes. Dessa forma, surge o construto do gênero mulher que perpassa todo o consciente coletivo, de modo que

[...] o sexo é fundamentado a partir da biologia e o gênero tem sua fundamentação a partir da construção social/cultural. Seguindo esse pensamento, sexo, gênero e orientação sexual são interpretados de maneira correlacionada e dependente. Logo, aquela mulher assembleiana que é juíza em um tribunal [...] não estaria em conformidade com os atributos referentes ao seu gênero (GOUVÊA NETO, 2016, p. 93).

A mulher assembleiana se encontra diante de um duplo desafio. Está inserida em um corpo social excessivamente patriarcal e que perpassa instâncias em que a violência doméstica (sexual, psicológica, física e moral), o assédio (consequência das práticas machistas cotidianas) e tantas outras situações de desigualdade entre homens e mulheres se revelam de maneira alarmante na sociedade, tornando bastante problemático o grau de naturalização com que o assunto é tratado. E também se encontram diante de uma relação de dominação-submissão no interior da esfera religiosa da qual fazem parte, que depende significativamente de uma estrutura de poder de mando para se firmar com legitimidade, reservando, por conta disso, espaços muito bem delimitados para

homens e mulheres. O homem manda e a mulher obedece, ainda que com ressalvas.

A posição dominante do círculo de pessoas que constitui aquele complexo de dominação, diante das “massas” dominadas, baseia-se, quanto à sua conservação, naquilo que recentemente se vem chamando de “vantagem do pequeno número”, isto é, na possibilidade existente para a minoria dominante de comunicar-se internamente com rapidez especial, de dar origem, a cada momento, a uma ação social racionalmente organizada que serve para a conservação de sua posição de poder e de dirigi-la de forma planejada (WEBER, 2009, p. 196).

Parece haver algo de estratégico nessas práticas. Uma vez que nas ADs a primazia sempre foi masculina, criam-se mecanismos de manutenção dessa posição e que, de preferência, sejam acordados por uma pequena elite que ocupa os postos de maior destaque e relevância hierarquicamente<sup>36</sup>, para, por conseguinte, convencer o restante dos fiéis a reproduzirem aquilo que foi delegado por esta minoria poderosa. É nesse ponto que se encontra a mulher assembleiana. Sujeitada a cumprir muitas regras, mas a pouco chefiar, ela se vê diante de uma autoridade que não quer que ela protagonize as discussões acerca da administração das congregações e nem as pautas que possam vir a ser de seu interesse exclusivo, como a licença para o pastorado feminino. Os dominadores patriarcais, aliados a todo seu poder carismático<sup>37</sup> subjacente, compreendeu ser mais fácil eles mesmos decidirem sobre isso, ou então nem tocar no assunto nas Convenções mais tradicionais da instituição, por exemplo. Por conta disso, começa a se delinear o que será designado como o não-lugar de fala da mulher assembleiana.

Estariam essas mulheres privadas de se expressar através da linguagem? Decerto que não, muito embora a tão aclamada liberdade de expressão seja marcada por muitas restrições nesse grupo. O não-lugar de fala dessas mulheres se apresenta a partir de uma categorização abstrata, ou seja, assim como os conceitos de dominação patriarcal e carismática podem ser constatados somente pela observação do contexto social e religiosos nas suas entrelinhas, o mesmo ocorre com o que se designa como não-lugar. Só pode ser percebido pela

---

<sup>36</sup> Ver figura 5.

<sup>37</sup> “Em oposição a toda espécie de organização administrativa burocrática, a estrutura carismática não conhece nenhuma forma e nenhum procedimento ordenado de nomeação ou demissão, nem de ‘carreira’ ou ‘promoção’; não conhece nenhum ‘salário’, nenhuma instrução especializada regulamentada do portador do carisma ou de seus ajudantes e nenhuma instância controladora ou à qual se possa apelar” (WEBER, 2009, p. 324).

investigação daquilo que está implícito, pela análise do não dito (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1989).

Inspirado na definição desenvolvida por Marc Augé (1994), trata-se de uma releitura dos não-lugares definidos pelo autor, ainda que seja necessário destacar que as formas de aplicabilidade do conceito são contrastantes. Primeiro porque a teoria se desenvolve pelo estudo dos espaços físicos de transitoriedade dos sujeitos, tendo em vista a oposição de lugar e não-lugar enquanto dimensões territoriais. Aqui, se faz uma leitura que tem como premissa a mesma oposição, mas pensada como dimensões do pensamento e das ações dos sujeitos, em que o *lugar* se situa na voz da autoridade e do poder masculino e o *não-lugar* se encontra na contrariada voz das mulheres, constantemente sufocada e silenciada pela supremacia do homem, não importando o quão importante seja sua reivindicação. “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (AUGÉ, 1994, p. 73). O que definiria então a identidade da mulher assembleiana? Submissão? Obediência irrestrita ao poder soberano da figura masculina? Certamente há respostas afirmativas para essas dúvidas, mas não caberia fazer generalizações, com o risco de incorrer no erro de desconsiderar as mulheres que em alguma medida já não se contentam mais com o “sim, senhor” e o “não, senhor”, tão difundidos pela moral rígida da igreja.

São mulheres anônimas, mulheres públicas, mulheres negras, mulheres brancas, mulheres casadas, mulheres solteiras, mulheres jovens, mulheres idosas. A identificação dessas mulheres atuantes no trabalho social, na educação, na política e em missões em outros países nos conduz a afirmar que tais agentes não poderiam ser classificadas como apenas submissas aos maridos, tal como verificamos no discurso oficial religioso. Muitas delas não são casadas e outras, mesmo quando casadas, decidiram abrir mão de uma vida centrada no doméstico a favor de uma vida pública. Nota-se que essas mulheres fazem política ao passo que precisam construir parcerias e relações para obtenção do resultado pretendido (GOUVÊA NETO, 2016, p. 97).

Porém, ainda falta estabelecer uma estreita relação histórico-identitária com as mulheres que se destacaram como peça-chave na construção e desenvolvimento das ADs tal como se conhece hoje, senão sempre irá prevalecer este não-lugar de fala; um protagonismo transitório, incapaz de criar uma mudança efetiva na estrutura e mentalidade sócio-religiosa em vigor. O homem, por exemplo,

está marcado historicamente na narrativa que é passada de geração em geração sobre as ADs, a começar pela grande valorização das figuras de Daniel Berg e Gunnar Vingren, seus pais fundadores, ao passo que há um completo esquecimento/apagamento de personagens femininas que foram igualmente importantes neste processo.

Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não-lugares misturam-se, interpenetram-se. A possibilidade do não-lugar nunca está ausente de qualquer lugar que seja. A volta ao lugar é o recurso de quem frequenta os não-lugares. (AUGÉ, 1994, p. 98)

Diferentemente de Augé (1994), o não-lugar de fala da mulher assembleiana não é frequentado por opção, mas por regra. A voz feminina que ecoa, mas que nem sempre é ouvida, só é possível por conta de uma cultura religiosa unida a uma sociedade patriarcal, que estabeleceu que o importante sempre foi o lugar de fala do homem. E, na medida em que a mulher ganha alguma visibilidade e busca sua autoafirmação, rapidamente surge a figura do “patriarca” para garantir o *status quo*. No entanto, é importante destacar que nem sempre a oposição aparece claramente pelas dicotomias masculino-feminino. Por vezes ocorre a oposição feminino-feminino ou masculino-masculino, uma vez que as relações de poder e de superioridade-inferioridade estão tão arraigadas na sociedade e na religião que, quando um indivíduo ou um grupo encontra a oportunidade de exercer a dominação sobre outros, muito provavelmente isso será feito, pois, pela perspectiva estrutural, nunca houve uma superação dessas práticas. Logo, uma mulher que assume uma posição de liderança nos Círculos de Oração de suas igrejas, ou, a figura com ares de soberania da esposa do pastor, pode reproduzir a prática de subjugar outras mulheres que estejam em desacordo com aquilo que foi estatuído pelos ideais que perpassam a esfera da dominação patriarcal.

Em entrevista com um pastor [...] de umas das Assembleias de Deus da cidade de Juiz de Fora – MG, foi relatado que há um tempo o mesmo havia acolhido uma fiel que estava procurando ajuda. A fiel, ex-membro de uma Assembleia de Deus, havia sido expulsa por ter ficado grávida, enquanto jovem e solteira. Esse relato demonstra o poder de normatização dentro da igreja e a abjeção do corpo feminino. Não por se tratar de uma mulher, mas porque esta mulher não agiu de acordo com a matriz de inteligibilidade normatizada pela igreja: sua vida deixou de ter significado para os membros daquela determinada igreja. A identidade de mulher-jovem-solteira e grávida não materializava mais os padrões estabelecidos dentro do esquema binário certo/errado da comunidade, colocando-a numa posição frágil e precária (GOUVÊA NETO, 2016, p. 103).

Se inicia um ciclo de intensa complexidade, destacado pelo desafio principal de encontrar caminhos possíveis de rompê-lo. Ainda que pareça haver algumas tentativas de mudar a concepção que durante quase todo o centenário das ADs foi o que se manteve mais predominante<sup>38</sup>, a respeito da normativa e das práticas da instituição que garantem ao homem as posições mais privilegiadas dentro da hierarquia da igreja, pelas linhas de sucessão (o que ocorre mais comumente) ou pela oportunidade de servir ao sacerdócio passando pelas etapas de formação eclesial, as mulheres assembleianas ainda estão iniciando a jornada em busca de uma condição mais igualitária. Contudo, é importante questionar-se quanto à maneira como isso é feito, tendo em vista a autoridade majoritária da figura masculina. Seria só sob o respaldo do homem que a mulher migraria de uma situação de invisibilidade para o de (re)surgimento?

### **3.3 O (re)nascimento de Frida Vingren pela ótica masculina**

Homens, seriam eles os detentores máximos do poder, do prestígio e da honra? Muito frequentemente, tais palavras estão vinculadas à imagem que se tem do herói, passando a ser automaticamente associados como qualidades predominantemente masculinas. Em contrapartida, a doçura, a ingenuidade e a pureza serão designadas com frequência como qualificativos exclusivamente femininos. Não obstante os problemas que essas categorizações acarretam para homens e mulheres – aos primeiros, a obrigação de se adaptar a conviver com uma masculinidade tóxica e, às últimas, a exigência de adequação a uma sociedade que hipervaloriza o ideal masculino –, é curioso iniciar uma reflexão acerca de uma personagem feminina na história do pentecostalismo assembleiano com o substantivo “homens”. Apesar de parecer inadequado, é corriqueiro que histórias de mulheres importantes sejam chanceladas pela caneta do “masculino”. Não há, aparentemente, nenhum problema nessa questão, não fosse o fato de que Frida Vingren, rapidamente mencionada nos primeiros capítulos desta pesquisa, tenha passado despercebida durante os quase cem anos de trajetória de irmãos e irmãs assembleianas(os). Certamente, aqui, ela continuaria esquecida aos olhares mais

---

<sup>38</sup> Como se verá nos tópicos seguintes, com a análise das mídias de que dispõem as ADs.

desatentos, ainda que toda a narrativa científica tenha se construído para a compreensão das nuances da mulher cristã e pentecostal, ou melhor, das assíduas adeptas das ADs no Brasil.

A história de Frida Vingren é profundamente marcada pela presença de homens que tentaram silenciar os caminhos percorridos por esta mulher que, nem de longe, pode ser reduzida ao ofício de esposa de Gunnar Vingren. São muitas suas habilidades, que, não felizmente, foram obscurecidas pela lógica de dominação enraizada na cultura brasileira<sup>39</sup>. Ressalta-se a realidade brasileira porque Frida era sueca e muitas das vivências daqui estavam em desacordo com a realidade do país europeu de seu nascimento.

[...] muitas mulheres brasileiras já estavam na luta quando Frida chegou ao Brasil em 1917. Vinda de um país sem analfabetos, de uma Suécia incentivada por vários projetos sociais, de uma país consolidado em bases democráticas, mas que passa por muitas dificuldades devido às guerras anteriores e recentemente pela Primeira Guerra Mundial. Contudo no meio religioso em que Frida participava, estranhou a falta de protagonismo das mulheres brasileiras, de tal modo que se tornou uma líder que contagiou outras mulheres de sua igreja (VILHENA, 2017, p. 118).

Oriundas da Suécia, as ADs<sup>40</sup> se consolidaram no Brasil com bases completamente diferentes das de seu berço de origem, já que naquela época havia casos de mulheres ordenadas no país europeu, enquanto aqui isso ainda é um sonho distante. De fato, é preciso sempre atentar para as especificidades de cada região, sendo uma incoerência esperar que ambos os países, de culturas completamente distintas, apresentem as mesmas características. No entanto, foi um pastor sueco o responsável por enviar ao Brasil um personagem que seria um dos principais empecilhos para a consolidação dos projetos de que intencionava Frida. Lewi Pethrus<sup>41</sup>, pioneiro e líder do movimento pentecostal sueco e, posteriormente, dos movimentos pentecostais internacionais, sempre esteve à

---

<sup>39</sup> Retomar a discussão do capítulo 2.

<sup>40</sup> Apesar da autora sempre optar pela pluralidade do termo Assembleias de Deus (ADs), nas primeiras décadas de seu surgimento se fazia menção à instituição no singular (AD).

<sup>41</sup> “Como pastor, Pethrus fez com que sua membresia na Suécia se tornasse a maior do mundo pentecostal (até cerca de 1975), e levou seu Movimento Pentecostal a se tornar a maior igreja livre na Suécia, principalmente por sua capacidade de fazer a igreja relacionar-se em todos os aspectos de sua vida. Sua visão holística da vida cristã e a moderação, dignidade e realismo de suas perspectivas de desenvolvimento espiritual renderam-lhe a atenção para ser ouvido por toda Europa, América do Norte e Terceiro Mundo. Ele mostrou ao mundo pentecostal que o movimento não deveria ficar alienado da cultura nacional da qual ele faz parte. Ele foi considerado um pregador, erudito e portador de alto grau de espiritualidade, afirmando sempre suas origens pentecostais, interessando-se, de modo invulgar, pela expansão do evangelho” (ARAÚJO, 2007, p. 656).

frente na organização dos empreendimentos que tornaram o pentecostalismo um dos mais importantes movimentos religiosos em escala global. Foi em 1916 que “[...] Pethrus deu início a um dos mais arrojados trabalhos missionários do mundo pentecostal, com o envio do primeiro casal de missionários para o Brasil, Samuel e Lina Nyström, e a fundação da Svenska Fria Missionen (Missão Sueca Livre)” (ARAÚJO, 2007, p. 656). São as divergências com Samuel Nyström que marcam as tentativas infrutíferas de ordenação de mulheres no Brasil, evidenciadas na primeira Convenção Geral de 1930.

Muitos assuntos foram deliberados na primeira Convenção, como aponta Isael Araújo (2004), estando dentre os principais a questão da autonomia das lideranças nacionais na administração de suas igrejas, fundamental para as demais decisões que seriam tomadas posteriormente pela membresia pentecostal e assembleiana no país, uma vez que os pastores brasileiros passariam a participar diretamente das reuniões que antes ficavam restritas apenas aos que eram missionários. Assim,

a pauta da primeira Convenção abordava quatro temas: 1) o relatório do trabalho realizado pelos missionários; 2) a nova direção do trabalho pentecostal do Norte e Nordeste; 3) a circulação dos jornais *Boa Semente* e *Som Alegre*; 4) o trabalho feminino na igreja (DANIEL, 2004, p. 27).

**Figura 6.** Primeira Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil.



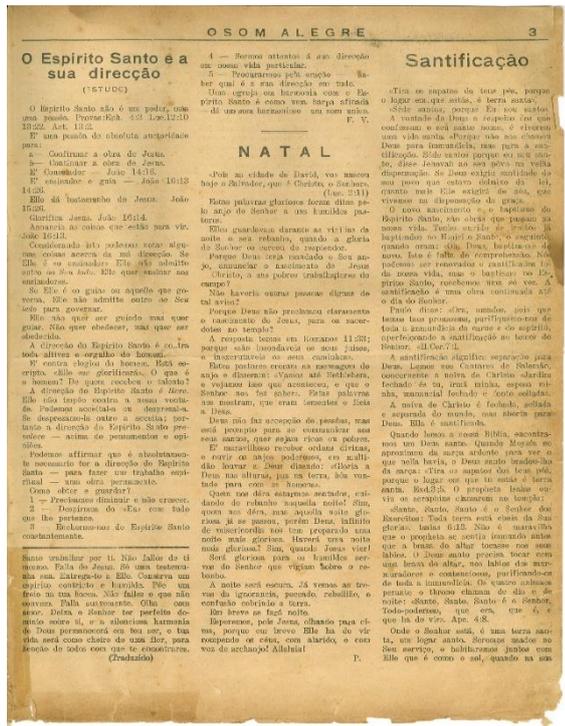
Fonte: DANIEL, Silas. 2004. “Sentados da esquerda para a direita, Daniel Berg, Otto Nelson, Gunnar Vingren, Frida Vingren e Samuel Nyström. Em pé, a partir da esquerda, Algot Svenson, Nils Kastberg, Lewi Pethrus, Joel Carlson, Nels Julius e Anders Jobanson”. *História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil: os principais líderes, debates e resoluções do órgão que moldou a face do movimento pentecostal brasileiro*, 22. Rio de Janeiro: Cpad.

O último assunto, acerca do trabalho feminino na igreja, é o que mais chama atenção para esta pesquisa. Como é possível ver na imagem acima, Frida foi a única mulher a participar da Convenção Geral de 1930. De um lado, seu marido Gunnar Vingren e defensor, segundo estudo feito por Silas Daniel (2004), do ministério feminino em todas as igrejas, inclusive o de sua esposa. Do outro lado, Samuel Nyström, aquele que vai se opor categoricamente ao que considerava um despropósito<sup>42</sup>. Os membros da Convenção reconheciam que as esposas de missionários ocasionalmente participassem de algumas atividades da igreja (nos estudos bíblicos, por exemplo), ainda que fosse reservado exclusivamente a seus maridos o exercício do ministério. Posteriormente, “[...] nos anos 90, seria criada a União de Esposas de Ministros das Assembleias de Deus, hoje Ufadeb, que se reúne paralelamente às convenções gerais” (DANIEL, 2004, p. 34). Contudo, os papéis desempenhados ainda são bem delimitados. No caso de Frida Vingren, sua posição bastante atuante não foi o suficiente para lhe garantir a importância merecida. Ela que, dentre outras atividades, escreveu mais de cinquenta artigos para os principais jornais de circulação da igreja, tais como o *Mensageiro da Paz*, *Boa Semente* e *O Som Alegre*, foi exaustivamente sendo deixada de lado.

---

<sup>42</sup> “Havia divergências de opiniões entre os convencionais, e os principais líderes da igreja no Brasil, Gunnar Vingren e Samuel Nyström, tinham opiniões diferentes sobre o assunto já havia muito tempo” (DANIEL, 2004, p. 35).

Figura 7. Primeiro artigo de Frida Vingren publicado no jornal O Som Alegre em 1929 – “O Espírito Santo e a sua direção”.



Fonte: CPAD. Disponível em: <http://editoracpad.com.br/hotsites/frida/artigos.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

Ainda que Frida tenha tido uma participação essencial na consolidação das ADs em território nacional, é importante destacar que outras mulheres foram tão vitais quanto ela<sup>43</sup>. Porém, ficaram relegadas ao completo esquecimento de maneira muito mais hostil do que a situação em que se encontrava Frida. Isso muito provavelmente acontece porque Frida carrega o título de esposa de um dos pais fundadores do movimento missionário assembleiano, ou seja, tem o “Vingren” como sobrenome, ao contrário de muitas mulheres que transitaram lado a lado do anonimato. A dominação patriarcal pode ser cruel para todos os indivíduos, indistintamente, mas respinga sempre com mais força naqueles que são de alguma maneira mais desprivilegiados. Dessa forma, por causa do não-lugar de fala das mulheres assembleianas, apesar de ser defendido como uma condição que afeta a todas as mulheres da instituição, elas precisam ser dispostas com um certo grau de distinção, uma vez que as esposas de pastores, por exemplo, não estão na mesma posição que o restante da membresia feminina, que está restrita à participação na ida aos cultos, por exemplo. É uma espécie de *desigualdade na*

<sup>43</sup> “[...] Vingren era fervoroso defensor do ministério da mulher na Igreja, chegando a separar uma diaconisa no Brasil, o que na época criou certa polêmica entre os líderes assembleianos. A primeira diaconisa das Assembleias de Deus no Brasil foi a irmã Emília Costa, consagrada por Vingren no Rio de Janeiro, em 1926” (DANIEL, 2004, p. 34).

*desigualdade*, cujo agente catalisador é o mesmo: a dominação das mulheres pelos homens.

Defendendo a perspectiva weberiana de um problema que é tido como estrutural, é esperado que tal fato atinja esses picos de complexidade por se tratar de algo que está arraigado na sociedade e que vai perpetrando essas noções nos espaços destinados ao convívio social. De qualquer modo, Frida Vingren e as demais mulheres assembleianas, principalmente as que vêm nas gerações seguintes sofreram com as sanções determinadas na Convenção de 1930. Em fato narrado por Daniel (2004, p. 35), é possível observar que,

Em sua agenda, Vingren registra, em 27 de setembro de 1929, que recebera “uma carta dura de Samuel Nyström” contrária à sua posição favorável ao ministério da mulher e, por isso, no mesmo dia, no culto à noite, resolveu realçar sua posição ensinando em São Cristóvão “concernente aos dons espirituais e ao direito de a mulher falar na igreja”. O pioneiro também respondeu à carta de Nyström posteriormente, sustentando sua posição. Então, Nyström decidiu ir ao Rio de Janeiro conversar pessoalmente com o líder da igreja no Brasil. [...] Antes da Convenção Geral, em 26 de março de 1930, Vingren voltaria a se encontrar com Samuel para tentar resolver a questão, mas ambos mantiveram-se irredutíveis.

Entretanto, Nyström relatou em uma de suas experiências que ele e Frida Vingren dividiram a direção da Assembleia de Deus em Belém do Pará, quando Gunnar Vingren esteve ausente.

O missionário afirma sobre esse período: “A irmã Frida Vingren e eu trabalhávamos em colaboração. Muitos foram salvos e batizados nas águas e Jesus continuava batizando no Espírito Santo”. O fato de Nyström ter uma posição definida sobre o assunto não o impediu de trabalhar com uma irmã à frente da obra quando se fez necessário. Por outro lado, ele também não mudou sua opinião. Ele entendia que aquilo se tratava de algo excepcional (DANIEL, 2004, p. 39)

Mesmo a excepcionalidade do caso defendido por Nyström não justifica as verdadeiras motivações para ser tão inflexível quanto à ordenação de mulheres. Capacidade e compromisso com a missão assembleiana não podem ser uma razão válida, porque isso Frida Vingren atestou possuir desde do início de sua jornada no país. Até antes disso. Então, a decisão que foi estatuída na primeira Convenção Geral, com exceção da justificativa que possa ser dada quanto aos processos de dominação que uns exercem sobre outros e a superioridade que os homens têm sobre as mulheres, pode ser colocada em questão, já que falta coerência no discurso.

[...] Ao final dos debates sobre o assunto naquela Convenção, foi homologada a seguinte declaração sobre o ministério da mulher, registrada em *Diário do Pioneiro*: “As irmãs têm todo o direito de participar na obra evangélica, testificando de Jesus e a sua salvação, e também ensinando quando for necessário. Mas não se considera justo que uma irmã tenha a função de pastor de uma igreja ou de ensinadora, salvo em casos excepcionais mencionados em Mateus 12.3-8 [uma referência ao princípio do estado de necessidade]. Isso deve acontecer somente quando não existam na igreja irmãos capacitados para pastorear ou ensinar” (DANIEL, 2004, p. 40).

Contrariando a data real de seu falecimento, foi nesse dia que Frida Vingren “morreu”. Sua morte metafórica representa o momento do silenciamento<sup>44</sup> de todas as demais mulheres assembleianas. E todo esse simbolismo traz consequências concretas para vida dessas fiéis. Ela falhou em sua missão de protagonismo, não por incapacidade, mas porque as vozes dos homens ecoam sempre mais alto, não importando seu grau de relevância. Isso se estende tão fortemente pela história que, quando decidem reviver sua memória, isso é feito sob o respaldo de uma personalidade masculina e através de uma romantização de sua trajetória, que de romântica não tem nada. Nos dias atuais, foi desenvolvido um website com um formato todo dedicado à Frida Vingren, uma espécie de *in memoriam* virtual que agrega algumas informações relevantes acerca de sua participação na história das ADs no Brasil. Administrado pela CPAD, o website tem o intuito principal de divulgar o livro cujo título é “Frida Vingren: uma mulher de Deus, esposa de Gunnar Vingren, pioneiro das Assembleias de Deus no Brasil”, escrito por Isael Araújo. São dados a ela os créditos aos artigos que escreveu, às poesias e aos hinários, mas a alcunha de esposa de Gunnar Vingren é algo inerente a esta personagem, como destacado no próprio título da obra em questão. Não que isso seja algo ruim, contudo, reforça aquilo que foi dito no começo deste item: parece impossível construir uma narrativa sobre uma mulher sem se referir a um homem, ou sem que este último seja o próprio narrador. O marido de Frida Vingren

---

<sup>44</sup> “Localizar esse apagamento apresenta-se como um desafio necessário e complexo, para demonstrar a importância do tema diante de alguns fatos tais como: a) perceber as consequências para as mulheres evangélicas pentecostais nos dias de hoje a partir de decisões na vida de Frida nas décadas de 1920-1930; b) o silenciamento perpetrado sobre sua pessoa-identidade-nome como um aviso à todas as mulheres que se ‘atreverem a enfrentar a força masculina’, a ordem e o poder dos homens da igreja; c) uma dupla tendência pós-silenciamento tem sido criada, a da mitificação ‘heroica’ e de sua hagiografia; d) para a conscientização da denominação e das mulheres assembleianas que compõem 67% da denominação contra 33% de homens, portanto o maior número de mulheres não ocupa lugar na hierarquia ou nas esferas de poder” (VILHENA, 2016, p. 94).

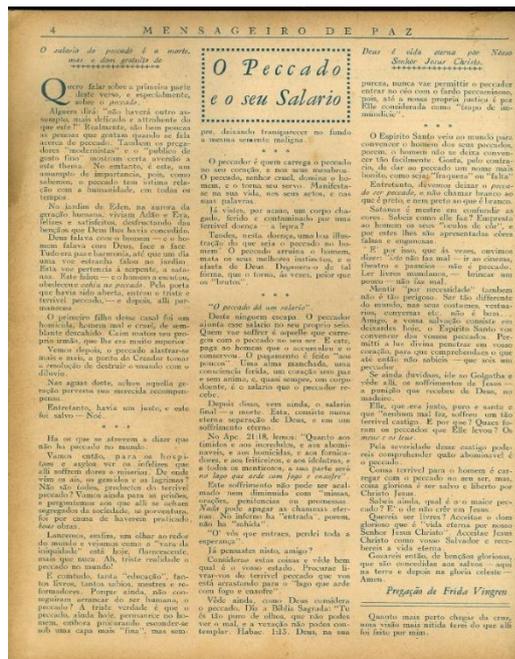
merece todos os créditos e Araújo todos os méritos por ter se proposto a trazer à luz a história dessa mulher por tanto tempo negligenciada. O próprio autor afirma:

o que para mim, é mais marcante na história da irmã Frida Vingren é o fato de ela ter sido uma mulher incompreendida e não aceita pela sua geração de obreiros brasileiros e até seus conterrâneos suecos. Como uma mulher à frente do seu tempo, acho que ela seria incompreendida e não aceita ainda hoje nas Assembleias de Deus no Brasil do século XXI (ARAÚJO, [201-], online).

Quase 80 anos após a sua morte, e ainda pode-se afirmar que ela, possivelmente, não seria aceita pela membresia contemporânea. Nos dias de hoje, ainda seria considerada inadequada? Qual seria, então, o propósito da CPAD em fazer renascer os ideais desta mulher? Não é possível admitir de imediato que isso represente uma mudança profunda de mentalidade do papel da mulher cristã, pentecostal e assembleiana, mas deve ser levada em consideração a existência de um fenômeno bastante atípico para as bases doutrinárias das ADs.

Enquanto as mulheres feministas contemporâneas de Frida estavam na luta pelo sufrágio, pelo direito de estudar, de exercer suas profissões, lutavam por direitos que lhes eram negados por serem mulheres, Frida desejava igualdade para pregar e anunciar o evangelho. Embora sua motivação fosse religiosa, precisava das mesmas conquistas de direitos, votar e ser votada, ter poder de decisão e ter liberdade, como homens da igreja (VILHENA, 2017, p. 125-126).

Figura 8. Pregação de Frida Vingren, publicada no jornal Mensageiro da Paz em 1931 – “O pecado e o seu salário”.



Fonte: CPAD. Disponível em: <http://editoracpad.com.br/hotsites/frida/artigos.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

Talvez o maior desafio seja as mulheres cristãs se compreenderem como feministas, mesmo que em sentido aberto, amplo. Todas as mulheres possuem suas particularidades e anseios individuais que podem estar vinculados com uma crença ou não. A luta de mulheres seculares no movimento feminista é uma luta por direitos, tal como defendia Frida. As mulheres são possuidoras das mesmas capacidades dos homens para exercer as mesmas funções, serem líderes e donas de sua própria história. No entanto, não é incomum ouvir de muitas delas que, apesar de acreditarem em tudo isso, não se intitulariam como feministas. Uma vida guiada pela fé, em que se opta por seguir as prescrições da igreja, não impede uma mulher de ser feminista. O problema maior é quando a religião em si cria mecanismos éticos e morais para impossibilitar a mulher de buscar sua autonomia. Perde-se a noção de unidade, tornando difícil desenvolver iniciativas que transformem o *status quo* para que o ocorrido com Frida não se arraigue nas gerações futuras.

O último combate é das mulheres. De forma contundente Frida alertava que não estarão ao lado do Senhor aqueles que se acovardarem. Ela estava pronta para lutar e quem mais estaria? A luta agora seria para a sua própria sobrevivência, pelo lugar, pelo espaço que deseja e compreendia que deveria estar. Ela entendia que essa luta deveria ser de todas as mulheres que também atuavam na igreja, seja na liderança, na evangelização, no grupo de oração, nas visitas, em qualquer frente de trabalho (VILHENA, 2017, P. 125).

**Figura 9.** Poesia escrita por Frida Vingren e publicado no jornal Mensageiro da Paz em fevereiro de 1931 – “As filhas de Sião”.



Fonte: CPAD. Disponível em: <http://editoracpad.com.br/hotsites/frida/26421/as-filhas%20de%20siao.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

Frida entendia que deveria fazer frente aos líderes assembleianos, por

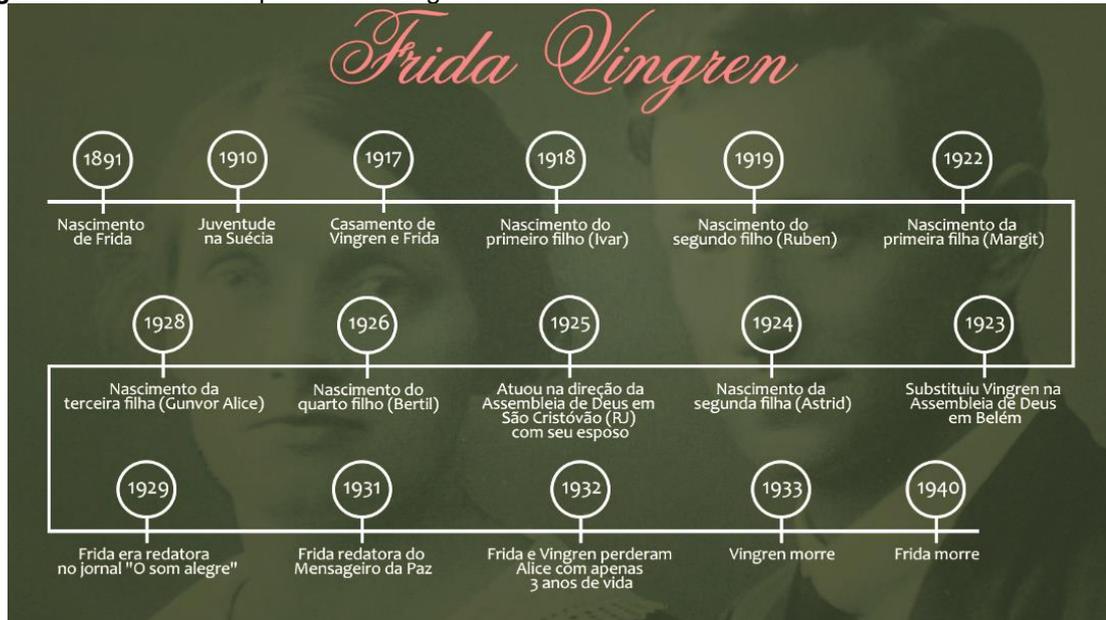
acreditar na sua missão e no seu papel nos trabalhos de evangelização da igreja. Vilhena (2017) destaca que, diferente das mulheres feministas, Frida entendia que a igualdade entre homens e mulheres era um direito dado por Deus e que, portanto, as habilidades que possuía deveriam ser reconhecidas pela igreja, a fim de ser usada em prol da salvação dos indivíduos. Todavia, ela também compreendia que havia limites para a “liberdade” da mulher, como no trecho destacado da poesia na imagem acima: *“Pureza, sim / a mulher deve ter / Mas não uma caricatura ser / Quando o vestido vás escolher / Deixar o gosto cristão aparecer / Vestido curto é indecente / Andar com “caudas” não é de gente / Com pano deve cobrir os braços / A fim de que não se tornem laços”*. Assim sendo, percebe-se que Frida vivia naquela época sob as mesmas regras de conduta da mulher assembleiana nos dias atuais, “sua mentalidade exclusivista e excludente era a mesma da maioria dos cristãos, especialmente dos protestantes pentecostais, isto é, um sistema de crenças apoiado no maniqueísmo onde a evangelização é o oferecimento da salvação” (VILHENA, 2017, p. 126). Aja conforme as regras e estará salvo; do contrário, estará condenado para sempre.

Todos esses fatores, do ponto de vista crítico, são importantes para se conhecer a história verdadeira de Frida. Porém, no website “Frida Vingren – uma mulher à frente de seu tempo” da CPAD, esses pontos não são considerados<sup>45</sup>. Por isso, a crítica da romantização da trajetória da mulher Vingren.

---

<sup>45</sup> É importante ter ciência de que a autora não teve acesso à obra de referência do website, escrita por Isael Araújo. Sendo assim, é preciso relativizar as possíveis críticas direcionadas a esta mídia, especificamente, para não correr o risco de cometer injustiças com o autor da obra. O que se analisa é o conteúdo disponibilizado para o público em geral na internet, por ser um dos principais meios de comunicação utilizados na atualidade e, conseqüentemente, um grande difusor de informação.

**Figura 10.** Linha do tempo – Frida Vingren.



Fonte: CPAD. Disponível em: <http://www.editoracpad.com.br/hotsites/frida/linha-do-tempo.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

Dentre sua linha tempo, seus escritos, os áudios com seus hinos gravados por cantoras da contemporaneidade (possibilitando também o download das canções), fotos do pesquisador/autor com a família Vingren, algo chama a atenção. Muitos pesquisadores e pesquisadoras tem se dedicado a descortinar um lado um tanto sombrio e pouco explorado do passado de Frida. Evidenciados pelo mecanismo de poder e controle dos homens, não só a proibição de ordenação de mulheres resultou em uma perseguição a esta mulher, como o incômodo que sua presença traz entre os líderes ministeriais e acarreta uma série de acontecimentos que arruinam quaisquer tentativas de enaltecimento que o *in memoriam* da CPAD tenta construir. Algumas hipóteses são levantadas quanto ao fato de ela ter sido confinada a uma vida de “loucura”, internada contra a sua vontade<sup>46</sup> e separada dos filhos após a morte de seu marido.

Na trajetória de Frida, nada justificará a condenação de vida que recebeu dos líderes e missionários suecos e também dos pastores brasileiros. Condenaram-na a uma existência de manicômio por teimosia. [...] Confinaram Frida ao mundo de dor, desvestiram-na de si mesma para vesti-la num uniforme hospitalar, sem direito a desejar e, assim, negaram-lhe humanidade. Optaram por um caminho desumano para calar Frida, para impedi-la de viver seus ideais missionários e também sua vida pessoal. [...] Os diagnósticos eram de irritabilidade, teimosia e apresentação de tremores. Como resultado dos exames, a única doença

<sup>46</sup> “Frida foi internada pela primeira vez, em um Hospital Psiquiátrico, em 12 de janeiro de 1935. Seu filho mais velho Ivar foi chamado e convencido a permitir sua internação. Perdeu a guarda de suas crianças. Seus filhos ficaram praticamente órfãos de uma mãe viva” (VILHENA, 2016, p. 110).

constatada foi de hipertireoidismo. [...] Neste cenário apresentado, os homens impediram-na que decidisse sua própria vida, sua viagem, seus filhos, além de produzirem um diagnóstico de saúde mental (VILHENA, 2016, p. 111-112).

Todo esse infortúnio causado na vida de Frida foi motivado por homens que acreditavam firmemente que sua intensa atuação dentro da igreja não seria vista com bons olhos e poderia instigar outras mulheres, erroneamente, a fazerem o mesmo. Uma circunstância que faz até com que a igreja sueca interceda “[...] para que homens capacitados venham para o Brasil, assim não precisariam dos trabalhos de Frida” (VILHENA, 2016, p. 92). A lógica e a disputa de poder entre os líderes da igreja sempre afetaram as mulheres e, como uma disputa que ocorre no mercado financeiro, o importante é garantir o crescimento e o enriquecimento da instituição através de bases sólidas (neste caso da doutrina cristã) e conservadoras, a fim de evitar uma possível ascensão daqueles compreendidos como inferiores.

Frida Strandberg Vingren foi completamente esquecida no desenvolvimento de diversas mulheres cristãs e assembleianas. Agora decidem renascer Frida através de histórias que omitem diversos fatos que, com certeza, mudariam a percepção de muitos fiéis quanto aos valores que são constantemente pregados por algumas lideranças ministeriais, com aquilo que de fato fazem. Uma história que poderia inspirar outras mulheres a reivindicarem seu espaço de fala, ao invés de se contentarem com um não-lugar cheio de contrariedades e imposições, parece arriscado demais. O falseamento da realidade e uma falsa valorização da figura feminina são estratégias comuns na manutenção da dominação difundida pela mentalidade patriarcal e carismática inter-relacionadas. A sociedade muda constantemente, é esperado que as mulheres mudem também, incluídas nesse rol a mulher assembleiana. A instituição precisa garantir a permanência de todas, por isso cria ferramentas para visibilizar esse grupo, mas também mantém as rédeas quanto às categorias de dominados (mulheres) e dominadores (homens). Aparentemente tudo muda, quando na verdade tudo se mantém exatamente como sempre foi, agora sob o respaldo de mídias voltadas para as mulheres, obras diversas para o público feminino, esposas de pastores-presidentes, círculos de oração etc. O líder carismático depende do aval dos seus admiradores para permanecer nessa posição, senão perde seu caráter de “santidade” e todas as suas benesses; é primordial garantir sua permanência no

poder. Enquanto isso, mulheres como Frida permanecem no limbo da memória assembleiana, enquanto outras transitam entre a visibilidade/invisibilidade na contemporaneidade.

### **3.4 Caminhos de visibilidade e invisibilidade da *mulher cristã***

Depois de conhecer mais sobre a história de Frida Vingren e perceber o quanto as ADs construíram sua trajetória alinhadas com práticas conjuntas entre homens e mulheres e que, mesmo assim, garantiram tratamentos diferentes a essas duas categorias, afastando as últimas dos espaços de poder e visibilidade da igreja, é importante considerar como que a denominação se posiciona na contemporaneidade no trato da classe feminina cristã, pentecostal e assembleiana, já que, aparentemente, caminham em uma direção que consegue intercalar práticas tradicionalistas com pautas progressistas, ocasionando um experiência bastante singular no que diz respeito à emancipação das mulheres na esfera religiosa.

Vale ressaltar, de imediato, que o seu conservadorismo é peça-chave em todas as linhas de análise que se faz nesta pesquisa, com o intuito de corroborar as hipóteses que foram levantadas desde o primeiro capítulo: suas práticas conservadoras levam a um enfraquecimento do papel da mulher assembleiana, estimuladas pela manutenção da legitimação de uma sociedade ancorada em processos de dominação patriarcal – e, no caso específico das ADs, também da dominação carismática –, o que potencializa as desigualdades entre os sexos feminino e masculino, numa divisão dicotômica de superioridade-inferioridade que, na maioria das vezes, coloca as mulheres no grupo dos mais fracos e limitados, submetidas à dominação dos homens em todos os aspectos da vida.

As ADs não foram capazes de resistir ao universo tecnológico e dos meios de comunicação de massa. Seus jornais impressos e de grande circulação talvez fossem um indício do que estaria por vir, seus websites demonstram um grande interesse de chegar a um público que, na atualidade, não resiste ao acesso fácil e imediato a uma série de informações que estão a um *click* de distância. Esse processo de midiatização não diferencia cristãos de não-cristãos, homens de mulheres. A CPAD soube administrar isso muito bem. Com sua “casa” publicadora disponível na internet, elas conseguiram congregar os mais diversos tipos de

assuntos possíveis e imagináveis para o público cristão mais antenado. Os jornais impressos passaram a ser digitais, facilitando o acesso em tablets e computadores, por exemplo; canais de notícias são destacados logo na primeira página do grupo e estão sempre atualizados; seu acervo bibliográfico é vasto, e tal como ocorre com os jornais, as Bíblias podem ser facilmente adquiridas *online*; não diferentemente, desenvolveram materiais que se destinam a um público-alvo específico, o que fica nítido quando observado o conteúdo voltado para as mulheres assembleianas.

Obras literárias não foram contabilizadas em sua totalidade, mas títulos do gênero “Grandes mães criam filhos felizes”, “Você pode ser a esposa de um marido feliz” e “Donas de casa estressadas” são estilos comuns. Então, por que discutir a perspectiva do não-lugar de fala da mulher assembleiana, se a CPAD não esqueceu do público feminino ao desenvolver tantos materiais? É preciso considerar que as mulheres assembleianas compõem a maioria da membresia da denominação, tornando-as consumidoras em potencial. O interesse principal das editoras tradicionais, ou que poderíamos chamar de editoras “seculares”<sup>47</sup>, na publicação de suas obras é o lucro. Portanto, parece evidente que a CPAD tenha intenções similares, uma vez que já foi dito aqui que ela é a principal responsável financeira das ADs no país.

Longe do objetivo de criar uma discussão acerca do *business* que ronda o espectro assembleiano, inserido em uma profunda lógica de disputa de poder, a afirmação do não-lugar de fala da mulher assembleiana aparece a partir de uma outra corrente de análise. Trata-se do website de nome “Mulher Cristã”<sup>48</sup>. Surgido neste ano e mantido pela CPAD, foi criado no dia internacional da mulher, como forma de homenageá-las. Com apenas oito meses de existência, já foi alimentado com diversos artigos sobre os mais variados assuntos concernentes ao público feminino e fundamentado na visão cristã e assembleiana. Logo na apresentação do website, há a seguinte descrição:

Olá amada! Paz! O site **Mulher Cristã** foi preparado especialmente para você. Buscando atender as necessidades da atualidade, a CPAD preparou um site com os mais variados artigos do universo feminino: Beleza, Saúde, Comportamento, Família, Vida Cristã, Liderança, dentre outros. Ainda contamos com colunistas já conhecidas entre as mulheres através de seus livros, palestras e pregações em grandes eventos

---

<sup>47</sup> Levando em conta que a CPAD produz apenas conteúdos voltados para o público cristão.

<sup>48</sup> Apesar do nome generalizante e que abarca uma variedade de grupos religiosos, o conteúdo disponível é, em sua maioria, caracterizado pelos valores pentecostais assembleianos especificamente.

nacionais e internacionais: Cris Poli, Elaine Cruz e Valquíria Salinas. Os artigos são disponíveis para serem curtidos e compartilhados em suas Redes Sociais. Você também pode deixar o seu comentário no site. Será um prazer! Temos uma novidade: se você se cadastrar de forma gratuita e rápida em nosso site, terá acesso a conteúdo exclusivo e ainda terá direito a sorteios e descontos na Loja Virtual da CPAD. Não é demais? Então, não perca tempo, navegue agora mesmo em nosso site, sinta-se bem à vontade e não se esqueça de contar para suas amigas (MULHER CRISTÃ, 2018, online).

O website conta com cinco colunistas no total; as já citadas Cris Poli, Elaine Cruz e Valquíria Salinas, mais Lídia Dantas Costa e Judite Alves. Com exceção de Cris Poli, cuja religião não consta em sua biografia, as demais são todas evangélicas assembleianas. “Mulher Cristã” se divide em cinco eixos temáticos principais: “eu mulher”; “eu família”; “Deus e eu”; “eu igreja”; e “eu sociedade”. Cada um contém as diferentes linhas de interesse, tal como mostra o quadro abaixo.

**Quadro 3.** Principais assuntos abordados no website “Mulher Cristã”<sup>49</sup>.

<b>EU MULHER</b>	<b>EU FAMÍLIA</b>	<b>DEUS E EU</b>	<b>EU IGREJA</b>	<b>EU SOCIEDADE</b>
Comportamento	Casamento	Vida cristã	Liderança	Orçamentos
Saúde	Mães e filhos	Testemunho	Eventos	Política
Moda e beleza	Receitas		Louvor	
Profissão	Casa			
Dicas de leitura				

Fonte: Mulher Cristã. Disponível em: <http://mulhercrista.com.br/>. Acesso em: 3 abr. 2018.

Para ratificar a premissa do não-lugar de fala da mulher assembleiana, foram selecionados alguns artigos do website de referência, a fim de elucidar as principais questões que estão sendo discutidas e que reforçam ideias padronizadas e estereotipadas dos conceitos que genericamente foram atribuídos pela fonte analisada como assuntos do “universo feminino”, com o acréscimo de que há uma série de valores morais do “universo cristão” inseridos nessa premissa e, conseqüentemente, naturalizados por meio de diversos artifícios que irão ofertar a ideia de protagonismo feminino, quando na verdade estão se criando mecanismos muito mais expansivos de controle, para além dos espaços restritivos da igreja e das formas de dominação tradicionais.

<sup>49</sup> Quadro produzido pela autora, com base nas informações colhidas no website “Mulher Cristã”.

### 3.4.1 *Moda e beleza*

Temas que giram em torno de questões como a vaidade são considerados um tabu em diversas religiões. Durante muito tempo, as ADs se posicionaram de maneira muito enfática quanto às regras de vestimenta, bem como quanto à relação de suas fiéis com o ambiente “mundano” e toda pecaminosidade que advém dele. Ideias como promiscuidade, prostituição, erotização, dentre outras, quando criticadas com o intuito de reforçar seus aspectos profanos, vêm carregadas de associações à imagem que se tem de uma mulher que não vive sob a égide cristã, sendo “a prostituta”, a mulher promíscua e/ou excessivamente erótica, aquela que não se dá ao respeito e que, portanto, não está de acordo com as bases do cristianismo. Porém, na contemporaneidade, diferentemente da construção de um discurso autoritário, as regras de vestimenta e conduta das mulheres assembleianas estão disponíveis no website “Mulher Cristã”, no formato de artigos escritos pelas próprias mulheres e com uma abordagem muito mais amigável e, aparentemente, despretensiosa.

No artigo intitulado “calçados transparentes”<sup>50</sup>, é possível notar que há de fato uma mudança de mentalidade quanto a certos *estilos* de vestimenta, aceitando com maior facilidade muitas das tendências do século XXI. A própria lógica hedonista do consumo, tão inerente ao sistema capitalista, é percebida na seguinte frase: “quem é que não gosta de sair por aí com um belo par de sapatos? Ah, podemos até confessar para os maridos, os filhos, os pais ou para os namorados, que amamos ganhar sapatos!” (MULHER CRISTÃ, 2018, online). Em outro artigo, de título “moderna e santa”, percebe-se uma série de contornos que demonstram que mesmo diante de algumas mudanças na relação que se estabelece entre moda e mulher nas ADs, ainda predomina o princípio de se vestir para Deus, pois, do contrário, se estará flertando com o pecado e todas e suas mazelas. A dominação dos corpos, sobretudo, os das mulheres, é característica frequente na denominação, transmitida pela ideia de certo e errado.

---

<sup>50</sup> Muitos dos artigos disponíveis no website não foram redigidos pelas colunistas citadas anteriormente, sendo de responsabilidade exclusiva da CPAD.

Tal fator tem bases doutrinárias bastante rígidas e, embora o artigo em questão afirme não ter a intenção de impor normas severas, trazendo à luz apenas uma reflexão e uma orientação sobre como deve ser a vestimenta cristã, há muitas minúcias que contradizem esse discurso inicial. Começando pelo trecho, “[...] eu posso usar o que eu quiser, porém, preciso analisar se a roupa que eu uso não incomoda ao meu marido. Se a roupa que eu compro, Jesus também compraria para mim. Engraçado? Sim, mas é a pura realidade”. Mais uma vez o homem se sobressai, ora como líder autoritário, ora como ministrador do consentimento. Ou seja, direta ou indiretamente, a figura masculina está sempre rodeando as decisões que deveriam ser única e exclusivamente de interesse da mulher. O primeiro questionamento, antes de agradar a esse ou aquele, deveria ser “essa roupa agrada a mim?” Contudo, a dominação patriarcal, em linhas gerais, atribui que os dominados (nesse caso, as mulheres) devem agradar a terceiros antes de buscar satisfação pessoal. E mesmo com a venda de um discurso não doutrinário, outro ponto do artigo diz:

descobrir até o que posso vestir é muito simples. Basta olhar os maus exemplos. Tem mulheres que usam roupas tão pequenas e impróprias para seu corpo que atraem o desejo de homens (casados ou não) e “queimam” sua imagem. E os decotes ousados que só servem para chamar atenção de todos para uma parte do seu corpo? Isso não é papel de cristã (MULHER CRISTÃ, 2018, online).

Isso relembra a discussão quanto à dominação que pode ocorrer por diferentes vertentes ao invés de se reduzir aquela dos homens sobre as mulheres. Uma vez que se fala de um problema que é estrutural, presenciemos a amplitude do fenômeno para outros casos, supostamente atípicos. A imposição de valores éticos e morais do patriarcado por mulheres e para mulheres é corriqueira e, muitas vezes, recai no julgamento impreciso e antecipado de umas sobre outras. Lembrar que o uso de roupas curtas é impróprio porque atrai o desejo de homens recapitula a ideia tão difundida pela igreja do corpo da mulher como o causador dos impulsos eróticos dos homens, como algo repulsivo e “demonizado”. Assim, como afirma Gouveia (1989), a mulher tem que se colocar em um constante processo de abstenção de si mesmo. Seu comportamento passa a ser regulado e reprimido em prol do “outro”, sendo este, o homem.

Deixe de lado as roupas curtas, os decotes ousados, as roupas muito apertadas. Aprenda a renunciar. Antes de sair, se olhe no espelho e veja se está de acordo com os padrões ensinados na palavra de Deus; ou

ainda se a sua mãe ou seu marido comprariam essa roupa para você, se sim, saia tranquila! (MULHER CRISTÃ, 2018, online).

O problema não são as roupas que as mulheres assembleianas ou não vestem, mas determinar o que é certo ou errado com relação aos seus gostos e desejos individuais, apoiando tudo em justificativas religiosas. Ao impor normas quanto àquilo que é correto aos olhos de Deus, ou do marido, se desenvolve um processo de negação da liberdade e singularidade dos sujeitos. Mulheres dizendo para outras mulheres como devem gerir seus corpos é uma maneira bastante eficaz de persuasão, pois a reafirmação da autoridade dos homens pelas vozes das mulheres cria uma maior legitimação e aceitação dos mecanismos de controle e poder dessa classe dominante restrita. Com isso, as mulheres não estão ganhando autonomia e liderança, mas mascarando uma situação problemática, que não se restringe aos princípios cristãos e se estende por toda uma estrutura social complexa.

### **3.4.2 *Comportamento***

Em um dos materiais colhidos para análise, foi redigido um artigo com o tema que motivou o próprio surgimento do website, chamado “Todo dia é o nosso dia” em alusão ao Dia Internacional da Mulher. Para refletir sobre ele, um único trecho chamou mais a atenção do que quaisquer outros:

Há muito tempo, as mulheres não tinham os direitos que atualmente nós possuímos. Mas podemos agradecer a Deus porque a história mudou! [...] Vale lembrar que no Brasil, o dia 24 de fevereiro de 1932 foi um marco para as mulheres brasileiras. Elas ganharam os mesmos direitos trabalhistas do que os homens e conquistaram o direito de voto e serem eleitas em cargos políticos do País. Agora que você já conhece esta história, curta seu dia! Viva alegremente não só esse, mas sempre, pois nossos direitos já foram conquistados. Parabéns pelo seu dia! Feliz Dia Internacional da Mulher! (MULHER CRISTÃ, 2018, online).

A exposição de um assunto que foi motivado por movimentos e ainda é pauta de discussão de diversos movimentos feministas em um website cristão pode causar estranheza, haja vista que a luta por direitos iguais e a inserção no mercado de trabalho e na vida pública é algo, aparentemente, distante da realidade de mulheres cristãs e assembleianas. De fato, é interessante observar que além de destacar um assunto tão importante, a CPAD reconhece que houve uma luta histórica frente à desigualdade de homens e mulheres. A sociedade muda

constantemente, então, é esperado que as igrejas e sua membresia, em alguma medida, mudem também. Dessa forma, ainda que exista uma cultura religiosa que restringe a mulher às tarefas do lar e da maternidade, é muito difícil não reconhecer sua crescente participação e conseqüente relevância no mercado de trabalho e na vida pública, espaços que durante muito tempo ficaram restritos aos homens.

Na contemporaneidade, isso pode ser explicado também por fenômenos de origem econômica. O modo de vida mudou, o consumo e os gastos aumentaram proporcionalmente, rompendo cada vez mais com a ideia de que o homem deve ser o único provedor financeiro da família, passando a ser uma tarefa dual. Além disso, já existem muitas mulheres que administram seus lares sozinhas, ou são as únicas que provêm o sustento das suas famílias.

O artigo pode induzir à ideia de que há um grande avanço quanto ao papel da mulher na sociedade, porém, os problemas começam a surgir na medida em que a percepção crítica inexistente. Isto é, afirmar categoricamente que mulheres ganharam os mesmos direitos que os homens, ou que não têm mais com o que se preocupar, pois os direitos femininos já foram conquistados, faz sombra a muitos problemas que ainda são vivenciados diariamente por muitas mulheres, principalmente no Brasil. São errôneas tais afirmações, pois as mulheres ainda enfrentam casos de desigualdade salarial, mesmo exercendo as mesmas funções dos homens, sendo este apenas um dos motivos que ainda fazem com que as mulheres tenham que lutar por seus direitos que não foram plenamente conquistados. Não apenas neste artigo, especificamente, mas em quase todos, o discurso é romantizado, com o uso de expressões que reforçam a ideia de docilidade da mulher. Ou, então, vem carregado de expressões bíblicas para corroborar a ideia, terceirizando a responsabilidade do discurso, típico também daqueles que constantemente usam do argumento “não fui eu quem disse, está na Bíblia” para justificar suas ações.

Consciente do debate já citado, de que muitas mulheres não se intitulam feministas, mesmo quando apresentam comportamentos e ideias de emancipação ou traços de consciência quanto à desigualdade de gênero – questão que se intensifica quando a mulher tem algum vínculo religioso –, a pesquisa feita por Cláudia Danielle de Andrade Ritz (2018) com mulheres evangélicas vítimas de violência doméstica traz dados pertinentes para elucidar como muitas delas veem a presença feminina dentro de suas igrejas.

Ao serem indagadas sobre passagens bíblicas que retratam as mulheres, 57% se lembraram de no mínimo uma passagem bíblica sobre mulheres, porém, foi necessário que tivessem um tempo de reflexão, não foi espontâneo. Ao demais, 43%, não se lembraram de qualquer passagem bíblica referente às mulheres (RITZ, 2018, p. 120).

Houve um equilíbrio quanto à referência de figuras femininas nas passagens bíblicas, apesar de um número significativo não ter conseguido se lembrar. De qualquer forma, quando o assunto é a percepção da igualdade de gênero dentro e no cotidiano das igrejas há uma mudança de percepção, uma vez que

[...] apenas 14% disseram haver igualdade entre homens e mulheres, o que sugere alguma identificação pelas mulheres de sua condição de subjugação. Ao serem indagadas se haveria igualdade perante Deus, 86% afirmaram haver igualdade e 14% disseram que não há igualdade entre gêneros – sendo esclarecido “há submissão bíblica das mulheres”. Nesse aspecto, parece oportuno uma ressignificação das mulheres na perspectiva bíblica, e, entre outros, a teologia feminista poderá oferecer contribuições valiosas (RITZ, 2018, P. 120).

A pesquisa de Ritz (2018) revela que muitos dos processos de dominação-submissão que ocorrem na esfera religiosa talvez não ocorram de maneira totalmente incosciente das mulheres, com relação ao mecanismos de poder que as colocam nessa condição, sugerindo, inclusive, que o tema da igualdade não é só uma reflexão dos movimentos e da teologia feminista, perpassando também a mentalidade de muitas fiéis que, por vezes, estão aquém acerca desses debates. Nesse caso, é preciso concordar com a autora quanto à necessidade de se investir em um processo de ressignificação dessas mulheres na perspectiva de sua vivência religiosa, algo que, com base nas análises das características das ADs e em suas práticas religiosas, ainda é hesitante.

### **3.4.3 Casamento**

A vida de mulher casada faz parte da identidade da mulher cristã e assembleiana. Não que todas o sejam, mas o imaginário de muitas delas percorre o desejo pelo matrimônio, diretamente associado a uma graça divina e um fundamento para se realizar plenamente como mulher. O website “Mulher Cristã” faz muitas alusões a esse momento como um dos mais importantes na vida de qualquer mulher e, assim como o faz em diversos artigos, determina com

facilidade o que é ser uma boa esposa e, mais, uma boa esposa cristã. No artigo “Mantendo aceso o amor”, destacam-se sete regras que toda mulher casada precisa saber e, principalmente, colocar em prática. Para não delongar sobre todos os pontos citados no artigo, é importante expor a regra de número dois.

*Mantenha a beleza:* Não quero dizer que você precisa estar arrumada a todo momento. Porém, a mulher deve ser sempre um encanto, como se fosse o primeiro dia de casada. Nada de ficar com os cabelos para o ar, a roupa suja ou simplesmente com o cheirinho do alho presente nas suas roupas. Não dá mesmo, então vamos nos cuidar! (MULHER CRISTÃ, 2018, online).

As contradições apresentadas nos discursos dos artigos são constantes: cheios de “não quero dizer que”, seguido de um “porém” ou “mas”, vão revelando aos poucos que a idumentária assembleiana continua a mesma em vários aspectos. As regras, as normas e as sanções para as mulheres são muitas, ao passo que não se vê a mesma cobrança aos homens. Em outro artigo, “Enfim sós: os desafios da vida de recém-casados”, há diversas orientações para um boa noiva, enquanto os homens são referenciados como os “príncipes” que as mulheres estão aguardando. “Ao dizer **SIM** ao nosso príncipe, como mulheres cristãs, dizemos **SIM** ao ministério de ser esposa, de ser ajudadora de nosso marido e de edificar o nossa lar em Cristo” (MULHER CRISTÃ, 2018, online). Elas trabalham exaustivamente para se manterem perfeitas e boas. É sempre a “boa mulher”, a “boa esposa”, a “boa mãe”, aquela que se sacrifica e abdica de seus desejos e de suas vontades em prol do homem, do marido e dos filhos. Esteja bonita, seja paciente, não grite, não contrarie, a lista parece ser infinta do que a mulher deve fazer para agradar, em comparação com o reconhecimento de tudo que ela já faz.

O ponto de vista crítico, quanto à inevitabilidade do casamento imperfeito, é sempre perpassada nos artigos como problemas de fácil resolução, em que o diálogo, uma orientação com o pastor da igreja ou uma oração são capazes de resolver. Muitas mulheres encontram na religião o alicerce para se manterem firmes frentes aos desafios cotidianos<sup>51</sup> e, por vezes, é nela que

---

<sup>51</sup> “A respeito do sentimento de segurança em suas casas, 57% das entrevistadas disseram que não se sentem seguras nas suas casas, no entanto, 71% das mulheres se sentem seguras nas igrejas que frequentam. Essa é uma informação importante, e demonstra que a pertença pentecostal se manifesta positivamente na rotina diária das entrevistadas, como ensejadora de bem-estar, frente a uma realidade marcada pela violência (RITZ, 2018, p. 106)”.

muitas buscam auxílio para enfrentar os casos, por exemplo, de violência doméstica, que não diferencia suas vítimas de cristãs ou não cristãs, “[...] pois também é no seio das religiões que algumas encontram a força para denunciar e interromper as agressões” (LEITE; FRANÇA; MACIEL, 2018, p. 79). Entretanto, o problema da dominação masculina, quando analisado no ambiente doméstico, tem conotações ainda mais intensas. No caso de mulheres pentecostais,

[...] em todos os casos pesquisados, a violência doméstica teve início após o casamento. O casamento parece ter desencadeado um pressuposto equivocado de propriedade, no qual as mulheres se tornam esposas e compulsoriamente são tidas como bens adquiridos pelos cônjugues. Nesses pressupostos, a dignidade humana é comprometida e violações se tornam costumeiras (RITZ, 2018, p. 102).

O ideal de matrimônio e família que se constrói na mentalidade de muitas mulheres acaba gerando frustrações que são constantemente amenizadas pelo processo de naturalização em que as relações de dominação implicam. Não à toa, é possível notar uma dupla situação, em que de um lado, há essas mulheres que encontram na fé e na igreja um apoio para encarar situações de violência e, de outro lado, os casos que arrastam por anos e são mantidos por mulheres pentecostais, porque “estavam sendo ‘assistidas’ por lideranças religiosas nas igrejas que frequentavam, porém, permaneciam em situações violentas que quase as levaram à morte” (LEITE; FRANÇA; MACIEL, 2018, p. 81-82). Isso denota a falta de comprometimento de algumas lideranças com esse tipo de situação, uma vez que estas assumem papel crucial na vida dos(as) fiéis, que veem na figura do pastor ou de outro líder religioso, uma referência que os(as) fazem seguir muitas de suas orientações.

[...] As entrevistadas consolidam suas esperanças no processo de conversão dos maridos, a partir do qual mudanças benéficas que teriam experienciado em seus próprios modos de agir seriam operados nas condutas dos cônjugues. As entrevistadas querem manter seus casamentos. Há uma esperança latente na atuação divina que resultaria em mudança na realidade terrena vivida. O discurso religioso é vigoroso e inflamado de fé. As entrevistadas encontram na pertença um bálsamo para dias difíceis. No entanto, não identificamos ações ou discursos religiosos que defrontam a violência como um ato cruel que infringe os direitos humanos e a dignidade das mulheres (RITZ, 2018, p. 22).

Como aponta Naira Pinheiro dos Santos (2015), as instituições sociais estão em constante processo de mudança, estando, dentre elas, a família (e, conseqüentemente, o casamento). No entanto, as religiões tentam atribuir a esses

relacionamentos um caráter universal, aliado à ideia de eternidade, o que, frequentemente, dificulta a libertação de mulheres de relações que, porventura, foram desestruturadas, colocando-as em condições de vulnerabilidade social, econômica ou física, nas circunstâncias que implicam o poder de mando de uns sobre outros, gerando problemas que podem ser irreversíveis. É preciso que as religiões, com seus diferentes instrumentos de comunicação, como é o caso da CPAD, também criem canais<sup>52</sup> que facilitem a conscientização, o auxílio e a recuperação das mulheres que foram vítimas de violência, não se restringindo apenas ao incentivo de condutas que deve se ter no casamento e ignorando as demais implicações que esta pode ocasionar.

#### **3.4.4 Mães e filhos**

Em um cenário que, até o momento, caminha através da tentativa de ofertar alguma visibilidade, a mulher assembleiana com conteúdos que, no geral, refletem a sua condição de subordinada, muito mais do que garante uma verdadeira autonomia, em uma estreita relação que se estabelece entre a esfera religiosa e social, observa-se que a “mulher cristã e assembleiana” vem carregada de rótulos e responsabilidades. Uma delas, figura na ideia que se tem de maternidade. Assim como no casamento, ser mãe é outro passo importante para se realizar como mulher. E essa tarefa está cheia de incumbências que une não só o papel de boa mãe, como o de boa esposa. No artigo “Mãe suficientemente boa”, escrito por Valquíria Salinas<sup>53</sup> (2018, online), ela destaca:

o casal vive uma relação dual entre si, em que a figura do homem e da mulher se complementam. Com o nascimento da criança essa dinâmica se altera, transformando-se em uma relação triangular. Nessa fase, com o nascimento do bebê, alguns maridos acabam ficando de lado, o que gera, em muitos casos, sentimento de exclusão da relação por parte do pai, caso se trate de um indivíduo carente. A mulher nesse momento precisa de muita sabedoria de Deus para lidar com a situação e dar atenção ao seu marido, não desprezando nem o filho nem o marido, tendo assim equilíbrio.

---

<sup>52</sup> Pela ausência do trabalho de campo nesta pesquisa, não é de conhecimento da autora e também não é possível afirmar se já existem, dentre as mais diversas congregações das ADs, iniciativas como esta. Na possibilidade de levantar uma hipótese quanto a isso, a resposta a essa questão seria afirmativa.

<sup>53</sup> Os artigos escritos pelas colunistas do website são de inteira responsabilidade de suas autoras, conforme destacado pela CPAD.

A mulher tem que se preocupar em atender às necessidades do marido e do filho, mas, ao mesmo tempo em que o artigo reflete sobre o nascimento de uma relação que, agora, é triangular, não reflete sobre o fato de não haver um equilíbrio na base desse triângulo (pai e mãe), em detrimento de sua ponta (filho), tendo em vista que a figura paterna nunca é mencionada, tampouco suas obrigações enquanto tal. Na mesma linha de raciocínio, questões como o aborto são tidos como de inteira responsabilidade da mulher, de preferência, a de não o fazer. É o que apresenta o artigo “Aborto: direitos e deveres”, de Elaine Cruz (2018, online), que se atenta a destacar a importância da valorização da vida e como o contrário disso é inaceitável e desumano.

A mulher tem o direito, dado por Deus, de possuir seu corpo, mas o dever de cuidar dele, o dever de evitar ou planejar a gravidez, e o dever de respeitar a vida que vive dentro dela. Se não quer filhos, se não está numa relação conjugal estável, ou se é nova e sem estrutura para cuidar de um filho sozinha, ela tem o *dever* de não engravidar – não tem o *direito* de abortar! [...] ao invés de discutir o aborto como direito da mulher – o que é antibíblico e um crime de homicídio – devemos discutir os deveres de muitas adolescentes na forma como usar seus corpos, e se relacionam sexualmente de modo irresponsável e inconsequente. (CRUZ, 2018, online)

Aqui, encontramos pelo menos duas discussões. Primeiro, a do uso excessivo do termo “dever”, que implica a noção de mais “obrigações” e menos direitos, sem levar em consideração as variantes sociais desse fenômeno; e a segunda pressupõe que os casos de aborto só ocorrem em relacionamentos fora do casamento e acometem, sobretudo, mulheres jovens. Contudo, não é o que revela a Pesquisa Nacional do Aborto realizada em 2016.

É possível observar que o aborto no Brasil é comum e ocorreu com frequência entre mulheres comuns, isto é, foi realizado por mulheres: a) de todas as idades (ou seja, permanece como um evento frequente na vida reprodutiva de mulheres há muitas décadas); b) casadas ou não; c) que são mães hoje; d) de todas as religiões, inclusive as sem religião; e) de todos os níveis educacionais; f) trabalhadoras ou não; g) de todas as classes sociais; h) de todos os grupos raciais; i) em todas as regiões do país; j) em todos os tipos e tamanhos de município (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017, p. 656).

E continua:

[...] em termos aproximados, aos 40 anos, quase uma em cada cinco das mulheres brasileiras fez um aborto; no ano de 2015 ocorreram cerca de meio milhão de abortos. Considerando que grande parte dos abortos é ilegal e, portanto, feito fora das condições plenas de atenção à saúde, essas magnitudes colocam, indiscutivelmente, o aborto com um dos

maiores problemas de saúde pública do Brasil (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017, p. 659).

Isso demonstra que discussões acerca do aborto, da maternidade compulsória ou da gravidez indesejada, não podem se restringir por parâmetros sociais e religiosos que não dão conta da realidade, pois não considerar nas discussões dos artigos situados no campo da maternidade ou relativos aos corpos das mulheres, questões como o abandono paterno, nem aqueles já previstos em lei (estupro e anencefalia), dificulta o estabelecimento de um processo que dê voz autônoma as mulheres, tratando-as com dignidade humana.

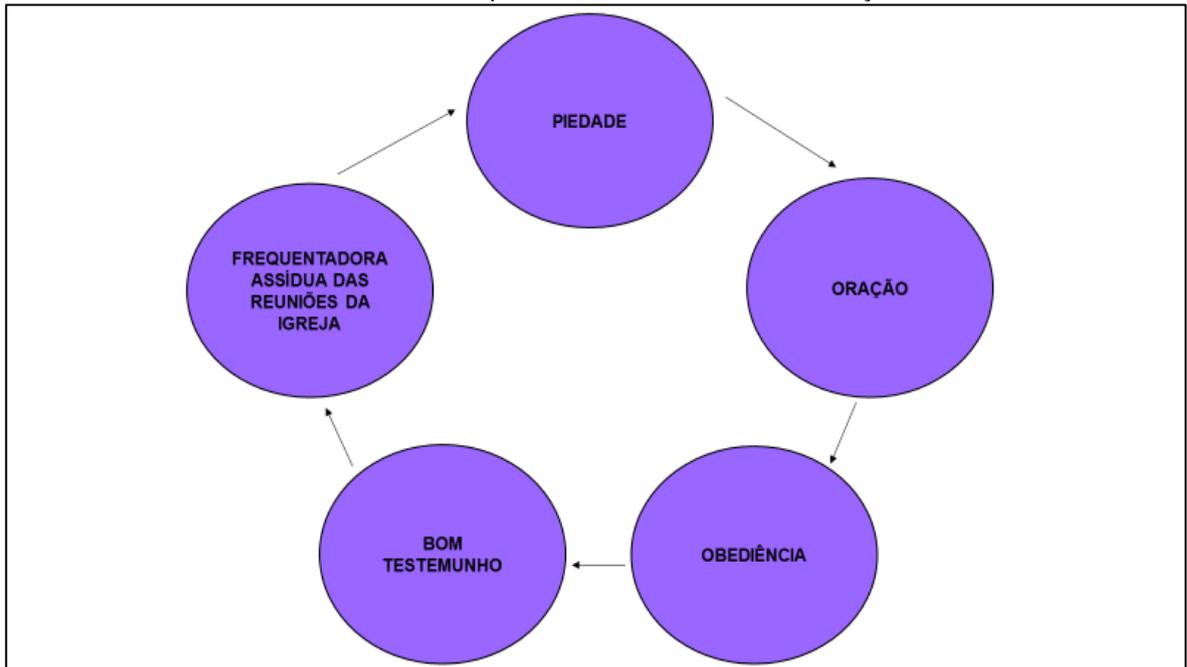
### **3.4.5 Liderança**

Neste último item, percebe-se uma necessidade de valorizar a liderança da mulher assembleiana, ainda que esta esteja proibida de exercer o pastorado ou outros cargos dispostos nos níveis mais elevados da hierarquia. Um pequeno artigo intitulado “Como surgiu o Círculo de Oração?”, que, como o próprio nome já sugere, fala sobre as reuniões de oração promovidas por mulheres assembleianas<sup>54</sup>, já logo no início do surgimento das ADs no país, divide seu espaço com textos, tais como “As irmãs que oram”, que promovem o papel indispensável que as mulheres ocupam em suas igrejas. Em trecho destacado este artigo diz:

existem vários ministérios dentro da igreja, mas o círculo de oração é muito conhecido por ser representado pelas mulheres. Elas são responsáveis em dirigir o culto, recolher as ofertas, dar oportunidades, orar por vários motivos e muitas vezes até pregar. São conhecidas como irmãs de oração. Este ministério é considerado uma coluna que sustenta toda a igreja. Seus trabalhos nem sempre são vistos ou reconhecidos: acordam de madrugada para orar, jejuam por pastores, pela igreja ou por situações específicas, intercedem por causas impossíveis e são incansáveis na oração. São verdadeiras guerreiras. Mas não é nada fácil exercer esse ministério, somente sendo chamada pelo Senhor que estas irmãs poderão ter um bom desempenho de sua função (MULHER CRISTÃ, 2018, online).

---

<sup>54</sup> Ver Capítulo 2.

**Quadro 4.** Características fundamentais para tornar-se uma irmã de oração<sup>55</sup>.

Fonte: Mulher Cristã (site). Disponível em: <http://mulhercrista.com.br/>. Acesso em: 3 abr. 2018.

O quadro acima mostra o esquema cíclico em que a mulher assembleiana está inserida, sendo cada uma dessas etapas fundamentais para conseguir se tornar uma irmã de oração em sua plenitude. É preciso fazer jus à existência de um processo de reconhecimento da categoria feminina nas ADs, ainda que esteja inserida em uma lógica muito fincada em princípios patriarcais e de dominação, já citados nesta pesquisa e oriundos de uma perspectiva weberiana. Por isso, o não-lugar de fala da mulher assembleiana não está representado no seu completo silenciamento e submissão, mas em um movimento que demonstra que ela assume um papel de suma importância em suas igrejas, na família, na profissão, dentre outros, caminhando entre a visibilidade e a invisibilidade, tendo em vista o lugar de fala do homem, legitimado e amplamente aceito pela sociedade e pela religião, através de mecanismos de controle e de poder que reforçam que a mulher, especialmente, a mulher cristã, pentecostal e assembleiana, tem “papéis” predeterminados para desempenhar, ora em função da igreja, ora em função de outras instâncias sociais. No caso das irmãs de oração, por exemplo, isso fica evidente na questão da “obediência” já que

todos os membros da igreja precisam ser obedientes ao seu pastor e sua liderança. Mas quando falamos de uma irmã que possua este cargo, a exigência é ainda maior. É de suma importância que ela cumpra com suas

<sup>55</sup> Figura produzida pela autora com informações colhidas do site “Mulher Cristã”.

atividades que lhe são atribuídas e obedeça ao seu pastor, de modo que sirva de exemplo para as demais mulheres (MULHER CRISTÃ, 2018, online).

E quanto a servir de exemplo para os homens também? Aparentemente não precisa, porque o conceito de “obediência” está diretamente associado à figura da mulher e o conceito “ordenar” associado à figura masculina. O falseamento das posições de liderança supostamente ocupado pelas mulheres e constantemente reforçado nos demais artigos analisados, por meio de expressões que denotam orgulho ou sentimento de pertença. “Mulher virtuosa”, “mulher sábia”, “mulher guerreira”, “princesa” foram algumas das titulações usadas com frequência para ressaltar a relevância das mulheres assembleianas. Perpassam ideias e assuntos, em que os sofismas são recorrentes e controversos. As ADs são um caso particular, do ponto de vista das demais religiões pentecostais, por se tratar de um fenômeno bastante ambíguo e de intensa complexidade, marcada pela presença de diversos ministérios e congregações que a cada dia se fragmentam mais, comprometendo uma compreensão mais completa e eficaz de suas peculiaridades.

### **3.5 De volta às origens: uma superação da dominação patriarcal e carismática através da CADB?**

Ao testemunhar e tentar compreender inúmeras características que constituem as ADs enquanto instituição religiosa pentecostal conservadora, levanta-se um questionamento muito recorrente aos interessados em superar os aspectos mais intrínsecos no que se refere às relações em comunidade, que impõem que certos poderes são exclusivamente de alguns, enquanto a obediência aos poderosos recai sobre outros que, quase sempre, não escolheram se situar no lado mais “fraco” da história. A ideia de “superação” de determinados costumes é perfeitamente aplicável na medida em que existem relações sociais que foram estabelecidas a partir de decisões em que uma das partes não foi consultada ou não concordou com o que foi instituído. Weber (2009) entende que as ações sociais podem ou não ser determinadas por processos de dominação, mas mais complexo do que identificar a existência dessa condição é conseguir indicar quando ela foi iniciada. No caso da relação entre os gêneros feminino e masculino, não é recente a compreensão de que a desigualdade entre ambos remete a épocas muito mais

longínquas. Porém, para além de insistir nesse fato, a perspectiva weberiana auxiliou na identificação dos seus tipos de dominação patriarcal e carismática na análise de uma categoria específica. Trata-se justamente das Assembleias de Deus no Brasil. Assim como ela apresenta traços fortemente arraigados de uma autoridade iminentemente masculina exercida sobre as mulheres assembleianas, há em seu cerne muitas particularidades que precisam ser levadas em consideração.

É sabido que as ADs nasceram em 1911 no Norte do país, mais precisamente em Belém do Pará. Dali em diante, cresceu e conquistou todas as demais regiões, urbanas e rurais, de pobres e ricos, tornando difícil calcular toda a sua magnitude. Ainda que pesquisas como a do IBGE permitam uma noção do fenômeno de crescimento de religiões de matrizes pentecostais, não conseguem chegar a locais a que talvez já tenham chegado as ADs. O crescimento fragmentado da denominação também dificulta esse entendimento. Suas maiores Convenções, como é o caso da CGADB, permite definir mais uniformemente seus princípios doutrinários, mas quando se trata de instituições menores<sup>56</sup>, que carregam o nome das ADs como forma de ganhar mais visibilidade e atrair adeptos, isso não é tão simples. “Os dados nacionais sobre o número dessas igrejas são muitos imprecisos, pois muitas delas funcionam na informalidade, em salões, garagens e casas alugadas em nome do pastor ou de algum membro da comunidade” (CARREIRO, 2014, p. 192). Por isso, é importante ficar atento quanto a esses detalhes que podem fazer diferença, tendo em vista que

[...] elas passam despercebidas mesmo nas pesquisas que se fazem em cartórios. Nas periferias dos grandes centros urbanos elas proliferam e competem com as demais instituições. Assim, não é possível confiar nos dados oferecidos pelo IBGE quanto ao número de membros das ADs no Brasil, dado a especificidade do aparecimento dos grupos que estampam o nome AD mas que não possuem nenhuma ligação formal com as duas maiores convenções (CARREIRO, 2014, p. 193)

---

<sup>56</sup> “[...] mesmo desligadas da organização máxima, a CGADB ou a CONAMAD, por exemplo, e constituindo-se em igrejas independentes, estas organizações religiosas continuam a utilizar o nome da instituição na porta dos templos. As respostas para o porquê continuar usando o mesmo nome são variadas, mas cumpre observar de início apenas que: por um lado ‘Assembleia de Deus’ parece ser um ótimo nome no mercado de bens religiosos de salvação, e parece ser capaz de atrair uma clientela considerável. Ao mesmo tempo, ao manter o nome “Assembleia de Deus” mesmo nos grupos independentes elas vendem a imagem de que pertencem a algo maior do que elas. Já é senso comum que a AD é a maior instituição evangélica do Brasil. Essa informação beneficia todo assembleiano. Por seu lado, as grandes organizações como CONAMAD e CGADB também saem lucrando, pois pegam carona nessa onda de crescimento e isso tem um peso político muito grande”. (CARREIRO, 2014, p. 194).

A estratégia de manter o nome da instituição mesmo quando o templo não faz parte das grandes Convenções parece não ficar restrita só a igrejas locais e de pequeno porte. Diante de tudo que foi dito até aqui, no que se refere ao papel da mulher assembleiana, é indispensável perpassar a Convenção da Assembleia de Deus no Brasil – CADB. Quando se fala em uma dissidência que tem como parâmetro a fundação de uma Convenção própria, fala-se de algo de grande porte e que abre concorrência direta com a CGADB, por exemplo. Ao contrário de pequenas congregações que ainda alimentam o sistema político-econômico da CPAD, quando se trata de CADB, o rompimento com as Convenções tradicionais e a “casa” mantenedora de todas elas, ao que parece, é muito mais profundo. Em pesquisa feita no website da CADB, não há nenhuma menção à casa publicadora tão tradicional nos meios assembleianos. Entretanto, sua relevância para o assunto tratado nesta pesquisa é mais importante do que sua pertença ou ausência em espaços como o da CPAD, ainda que tais fatores estejam inter-relacionados.

A sede da CADB é bastante simbólica, uma vez que remonta às origens de sua fundação. Localizada na região Norte do país, ela tem entre os seus principais precursores, os Câmara. Sobrenome de uma família que há muito tempo compôs o corpo administrativo da CGADB, os Câmara exerceram grande influência na Convenção Geral durante muitos anos. Entre os nomes mais conhecidos, figuram o dos irmãos Jonatas Câmara<sup>57</sup> e Samuel Câmara<sup>58</sup>, lideranças

---

<sup>57</sup> “Pastor, dirigente de igrejas no Acre, Rio de Janeiro, e presidente das Assembleias de Deus no Estado do Amazonas. Nasceu em 24 de fevereiro de 1961, na cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, num lar evangélico assembleiano. Filho de Severo Câmara e Terezinha Duarte Câmara, tem cinco irmãos, entre os quais um é o líder da AD em Belém (PA), pastor Samuel Câmara, e outro, em 2006, militava na área política como deputado federal pelo Estado do Amazonas, Silas Câmara. [...] Em Manaus, dirigiu o Instituto Bíblico das Assembleias de Deus do Amazonas (Ibadam) e começou a igreja na Tenda da Família, com a capacidade para 1.200 pessoas. [...] Além do curso de Teologia, Jonatas Câmara é formado em Direito. Seus filhos são: Levy Jonatas, Tiago Jonatas e Túlio Barros Neto. Em 1983, ele fez parte do Conselho Administrativo da CPAD e foi o 1º secretário da Mesa Diretora da CGADB” (ARAÚJO, 2007, p. 150).

<sup>58</sup> “Pastor, presidente de rede de rádio e televisão evangélicos, oitavo pastor da Assembleia de Deus em Belém (PA), igreja-mãe da denominação, membro da liderança nacional da CGADB. Nasceu em 31 de outubro de 1957, em Cruzeiro do Sul (AC). [...] Em 1974, aos 16 anos, ingressou no Instituto Bíblico das Assembleias de Deus (Idab), em Pindamongaba (SP), onde cursou Teologia, a fim de preparar-se para cumprir a sua vocação ministerial, cuja chamada já guardava no coração. [...] Além de pastor e presidente da RBN, Câmara é presidente de honra da Convenção Estadual da Assembleia de Deus no Amazonas, presidida pelo seu irmão, Jônatas Câmara. Ocupou também a vice-presidência da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB). Em 2005, foi eleito para o cargo de 1º vice-presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB). Desde 16 de dezembro de 2000, Câmara tem escrito regularmente artigos para o jornal *O Liberal* – diário de maior tiragem e circulação no Norte do país -, sempre aos sábados. Em 2003, lançou o livro *Bíblia*

importantes no processo de rompimento com a CGADB e consequente fundação da CADB. Apesar de não terem sido encontradas todas as motivações que levaram a esta cisão, é certo que os caminhos trilhados pelos Câmara deram a eles condições suficientes para se estabelecer enquanto liderança regional nortista, já que a consolidação da CADB, por meio de um estatuto em 31 de outubro de 2017, com um ano recém completados, conta com um website próprio, um corpo institucional organizado e, o mais importante, membros – homens e mulheres.

Os conflitos internos das ADs se intensificam a cada dia, motivados por disputas de poder, principalmente, entre pastores-presidentes. Na atualidade, a presença do carisma em pastores assembleianos é essencial para convencer parte de sua membresia a aceitar sua posição de líder no interior da instituição. Contudo, entre cargos mais elevados e disputados, parece haver outros interesses que nem sempre estão de acordo com o que foi definido por Weber (2009) como dominação carismática, se aproximando mais do que ele chamaria de *dominação burocrática*. De fato, os tipos “puros” de dominação weberiano se complementam entre si e, se não bastasse, as ADs com suas múltiplas facetas são capazes de possuir todos eles, a depender do tipo de leitura que se faz – patriarcal e carismática, neste caso. Toda sua complexidade e cisões levantam o seguinte questionamento: estariam algumas dessas novas Convenções, Ministérios e congregações, transformando o movimento pentecostal e assembleiano, sobretudo, na perspectiva do papel da mulher na instituição e/ou organização em esfera local, regional ou nacional? Gamaliel da Silva Carreiro (2014, p. 204) constrói uma análise pouco otimista quanto a isto, afirmando que

[...] ao longo dos últimos 75 anos da instituição este sistema levou a centenas de cismas e deles surgiram novas igrejas, novos ministérios e novos caciques, que estão agindo da mesma maneira que seus antigos coronéis agiram com eles no passado, uma cultura organizacional que se perpetua no interior da instituição.

Ao que parece, estariam as ADs e toda a sua membresia fadada a repetir tudo aquilo que lhes foi ensinado ou imputado, assim como estaria a CADB pouco

---

e *Jornal*, pela CPAD. Em meados dos anos 80, publicou também, pela CPAD, o livro *Administração Eclesiástica*, em co-autoria com o pastor Nemeuel Kessler. Em 2006, fundou, juntamente com o pastor Firmino da Anunciação Gouveia, a Convenção da Igreja-mãe das Assembleias de Deus em Belém (PA) (Cimadb)” (ARAÚJO, 2007, p. 150-151). As informações descritas na citação não refletem totalmente a realidade atual, servindo apenas como base para compreender um pouco da trajetória dos irmãos Câmara.

disposta a construir um novo legado e uma mudança efetiva da mentalidade que figurou durante décadas como sendo a única correta. No que concerne à mulher, isso foi ainda mais danoso, como observado na história de Frida Vingren e na análise de algumas questões que permeiam a realidade da mulher assembleiana na contemporaneidade. Contudo, a CADB apresenta uma proposta diferente quanto ao papel da mulher na igreja, mas antes é bom observar o que diz o preâmbulo do seu estatuto oficial de 2017:

Sob a proteção de Deus e direção do Espírito Santo, nós ministros evangélicos reunidos na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, o mesmo chão onde o Deus Eterno acendeu a chama do avivamento pentecostal na nação brasileira, através dos pioneiros Daniel Berg e Gunnar Vingren, unidos, decidimos: REAVIVAR o movimento pioneiro de congregar e congregar ministros da Assembleia de Deus; AFIRMAR nossa submissão à autoridade da Bíblia e à verdade centenária dos laços históricos e indissolúveis com a Igreja-mãe das Assembleias de Deus no Brasil; COMPARTILHAR os propósitos e princípios que regerem tanto as reuniões ministeriais, ocorridas em Belém do Pará desde 1911, como as reuniões convencionais, realizadas a partir de 1921, cujos valores foram também esposados pelos ministros presentes na aprovação do primeiro estatuto da Convenção da Assembleia de Deus, de 25 de outubro de 1946; e por fim, na paz do Senhor, APROVAR o seguinte Estatuto da Convenção da Assembleia de Deus no Brasil – CADB.

A partir deste preâmbulo, nota-se que muitos valores nutridos pelas ADs desde o seu surgimento continuam os mesmos. Não era esperado uma mudança de doutrina nesse sentido, uma vez que todo o simbolismo de resgatar as raízes do movimento e de seus pais fundadores certamente está alinhado também com o intuito de reforçar os valores que o constituíram. De todo modo, as mulheres ganharam pela primeira na história das ADs um espaço nos documentos oficiais. Trata-se do que é dito no artigo 2º, inciso III do estatuto: “Congregar, congregar e promover o ministério cristão, sem distinção da vocação e chamada divina de homens e mulheres”. Sem dúvidas, depois de tantos anos, é possível nomear tal acontecimento como um avanço. Contudo, não é possível antecipar a existência de uma mudança de mentalidade quanto aos ensinamentos dispostos no papel da mulher assembleiana<sup>59</sup> nos aspectos da maternidade, do casamento e em relações

---

<sup>59</sup> “[...] é importante deixar claro que nem sempre as mudanças nas hierarquias eclesásticas resultam das reivindicações e da pressão das mulheres que as integram. Fatores de outra natureza, como por exemplo o acirramento da competição religiosa e o reduzido número de homens para o sacerdócio podem favorecer a adoção do pastorado feminino em algumas igrejas. Assim, torna-se imprescindível o exame dos critérios e dos mecanismos mais comuns de ascensão das mulheres para se avaliar o impacto das propostas feministas de maior equidade entre os gêneros nas agremiações pentecostais” (MACHADO, 2005, p. 391).

de todo tipo que possam envolver uma dualidade entre homens e mulheres e, possivelmente, uma desigualdade entre ambos, por se tratar de acontecimentos muito recentes para se ter uma noção mais precisa.

Os órgãos institucionais, tais como assembleia convencional, conselho geral, diretoria executiva e conselho fiscal da CADB, são majoritariamente compostos por homens. Em uma primeira leitura, foi identificada a presença de apenas uma mulher. Vale ressaltar que características como essas não se rompem facilmente e a cultura assembleiana, tal como apontou Carreiro (2014), é perpetuada e reproduzida cotidianamente. Essa cultura é, no geral, conservadora e patriarcal. Sendo assim, é preciso criar mecanismos de superação dessa realidade e, principalmente, ser incentivada por quem realmente é afetado por essa lógica: as mulheres assembleianas. São elas que precisam fazer frente aos poderes instituídos tal como o fizeram os Câmara em oposição a CGADB. Tal fenômeno já é perceptível, pois “apesar de ocupar lugar desfavorável hierarquicamente, há uma forte presença feminina anonimamente prestando serviços às comunidades religiosas, em sua firme posição na defesa do evangelho e no respeito aos direitos humanos” (MIRANDA, 2009, p. 45).

No caso das ADs, as mulheres sempre trabalharam muito, mais até do que os homens, porém, sempre em condição de anonimato, porque as coisas foram dispostas dessa forma e até os dias mais recentes isso é amplamente aceito pela membresia. Porém, há fenômenos que percorrem todo o universo pentecostal, inclusive as ADs, dispostos a mudar essa perspectiva, ainda que isso não vigore com o impacto necessário para atingir as mulheres pentecostais em sua totalidade.

Ainda que fortemente associada à expansão neopentecostal, a tendência de revisão do sistema de autoridade não está circunscrita ao segmento mais novo da tradição evangélica. Movimentos em favor da consagração de mulheres já podem ser percebidos tanto na Assembleia de Deus, uma das mais tradicionalistas e sexistas denominações do pentecostalismo clássico, quanto na comunidade Batista, que é a maior e mais popular igreja do protestantismo histórico em nosso país (MACHADO, 2005, p. 391).

Mesmo que a emancipação de mulheres assembleianas não esteja associada diretamente com pautas próprias do feminismo, é ação recorrente nos discursos feministas a defesa da participação das mulheres nos debates acerca de sua própria condição e realidade, afinal, como ter suas demandas plenamente atendidas, se elas forem deliberadas somente por homens? É assim nas ADs no

que compete à participação das mulheres nos postos de liderança. Quando o assunto é discutido, é em espaços compostos em sua totalidade por homens e votados por eles. É preciso dar voz às mulheres assembleianas, mesmo que inicialmente seja preciso que as mudanças ocorram pela outorga de personalidades masculinas. Às vezes, em um contexto em que os homens são líderes absolutos, esse é o único jeito.

Foi o que aconteceu no desenvolvimento de uma carta-proclamação, conteúdo que, certamente, no futuro terá uma importante relevância histórica. Iniciativa de algumas mulheres assembleianas, a carta é dirigida aos pastores Jonatas e Samuel Câmara e defende que o pastorado feminino seja regra e um direito naquilo que for instituído pela CADB. No geral, a carta é uma reivindicação que há muito já era feito por Frida Vingren e outras mulheres que foram ceifadas com tanta intensidade pelo autoritarismo e inflexibilidade de muitos homens na época, que só na contemporaneidade conseguiu ser reavivada e, se supõe, com maior êxito do que a tentativa de outrora. Em um dos trechos diz:

A mulher é e foi durante a história parte vital e imprescindível no movimento pentecostal do norte do país. No Brasil, elas perfazem quase 70% do total da membresia, isso se deve, ao perfil histórico da igreja que em sua origem, teve como foco alcançar o pobre e os marginalizados e isso atraiu vários grupos e pessoas e naturalmente também a mulher que vive historicamente em um contexto de opressão e inferioridade. [...] Não podemos deixar de citar o nome das duas mulheres que fizeram história no pentecostalismo no Brasil no século XX: Frida Vingren, mulher pentecostal sueca atuante na posição de liderança que veio para o Brasil na década de 1920; e Ruth Doris Lemos, norte-americana, jornalista e teóloga, que havia sido ordenada pastora nos Estados Unidos. Chegando no Brasil, sem ter sido reconhecido o seu ministério feminino, renunciou ao título e exerceu sua missão em submissão às regras da igreja brasileira (LIMA, 2017, p. 175).

A carta também faz referência a todas as demais mulheres que foram importantes e que ainda exercem papel crucial na manutenção e continuidade dos valores religiosos das ADs. É importante destacar quanto o protagonismo de mulheres na manifestação de suas vontades e na compreensão que tem de si mesmo é fator inerente em qualquer processo de mudança nas relações de gênero que se queiram estabelecer. Homens serem porta-vozes de um problema que não, necessariamente, recai sobre eles não é proibido, mas em alguns casos pode ser problemático. Primeiro, porque o ser humano indistintamente já tem dificuldades suficientes para se reconhecer, tamanha é sua heterogeneidade e subjetividade, e, segundo, porque falar do “outro”, ainda que haja um conhecimento prévio, é sempre

um desafio que deixa escapar elementos importantes. A carta-proclamação, por exemplo, diante de tudo que já foi colhido nesta pesquisa, foi o primeiro momento que apresentou expressões como “opressão” e “inferioridade” em referência direta às mulheres assembleianas e redigido por mulheres dessa corrente de fé<sup>60</sup>. A realidade quando vivenciada e questionada sempre vai permitir uma percepção mais ampla e aprofundada.

Assim, homens e mulheres concordam que o dom do pastorado é evidente em muitas mulheres dentro da igreja, a própria liderança admite e dá espaço para a atividade pastoral feminina. Elas ensinam, pregam, aconselham, visitam, cuidam, evangelizam, dirigem igrejas. No entanto, não participam das instâncias administrativas e decisórias em ambientes eclesialístico e convencional. A ordenação, em tese seria o reconhecimento de um dom adquirido e já legitimado pela comunidade (LIMA, 2017, p. 175).

Fernanda Honorato Miranda (2009) aponta que, assim como pode ocorrer com o pastor, o ministério feminino está inserido em um processo de rotinização do carisma. Ou seja, se o Espírito Santo também concede às mulheres os mesmos dons que são concedidos aos homens, torna-se contraditório restringi-las a esses espaços, passando a ser cada vez mais aceita a sua presença no pastorado em diversas denominações. “Não houve um movimento feminista no interior das igrejas para que a mulher alcançasse a liderança. O fato de a mulher ser possuidora de um carisma não acessível a qualquer pessoa permitiu a função pastoral” (MIRANDA, 2009, p. 68-69). Esse fenômeno está respingando também nas ADs, sendo mais perceptível na CADB, pois foi justamente ela quem adicionou essa questão ao seu estatuto. São condições na carta proclamação dirigida aos irmãos Câmara o seguinte:

*1. A oficialização da vocação pastoral feminina, não por status, mas pela evidencia do chamado espiritual concedido por Deus a homens e mulheres [...]; 2. Participação nas mesas diretoras das convenções estaduais e nacionais; 3. Participação da mulher nas mesmas convenções com direito de voto e voz; 4. Participar com representação nos projetos parlamentares da igreja; 5. Presidir projetos missionários nacionais e internacionais; Participação obrigatória da figura feminina em todas as instâncias de decisões, sejam elas quais forem; Criação de um fórum nacional que se desdobre em encontros regionais, a fim de promover discussões que contribuam para o desenvolvimento pessoal, intelectual, espiritual e pastoral da mulher. **Parágrafo único:** Mapeamento do trabalho das mulheres que já atuam hoje como dirigentes de igrejas e*

---

<sup>60</sup> Diferentes pesquisadoras e pesquisadores que foram utilizadas como fonte nesta pesquisa, adotam uma postura mais crítica quanto a esse assunto e já fizeram alusão a essas condições citadas.

*promover uma consagração local das mesmas. A região Norte deve ser o exemplo para o Brasil no processo de oficialização do ministério feminino, como já foi dito no advento do nascimento das ADs (LIMA, 2017, p. 176).*

Basta saber, agora, se haverá uma alteração na estrutura das ADs, que foram durante muito tempo legitimadas por uma relação de desigualdade entre homens e mulheres, que destinou a estas últimas a convivência com situações cotidianas de submissão, condicionadas aos mandos e desmandos da doutrina da igreja e dos homens pastores, maridos e irmãos de fé. Talvez essas mulheres estejam mesmo construindo um legado para as próximas gerações<sup>61</sup>, mas é sempre importante ficar atento aos processos que querem promover a superioridade de uns sobre outros. Os mecanismos de dominação não são facilmente rompidos, ao contrário, é preciso sempre se voltar ao exercício de sua superação.

Embora procurem negar que haja mudança e ocultar a diversidade interna, as instituições, assim como as interpretações da mensagem religiosa, estão sujeitas a mudanças e à diversificação. Grupos conservadores vinculados às mais diversas confissões religiosas e que defendem posições tradicionalistas em questões de moral sexual e dos papéis de gênero procuram frequentemente se apresentar como portavozes de um sujeito coletivo, supostamente homogêneo e coeso (SANTOS, 2015, p. 104).

A CADB pode ser a responsável por uma grande mudança de mentalidade, mas ainda é cedo para afirmar se isso de fato vai acontecer. De qualquer forma, as mulheres assembleianas se mostraram capazes de assumir o protagonismo diante das adversidades, demonstrando que as regras e normas estabelecidas não se devem a uma condição feminina predeterminada, mas por estruturas de dominação que as colocaram nessa posição para atender interesses de um grupo em específico. Realmente a ideia de uma estrutura social que é constituída *a priori* das ações dos sujeitos explica em parte as motivações por detrás de uma postura tão ortodoxa quanto a proibição de mulheres ao exercício do pastorado e postos de liderança, como é o caso das ADs. Parece haver na lógica dessa denominação, uma cultura que transcende a seus fundamentos religiosos, situada em um domínio de difícil apreensão. São as ações dos sujeitos que

---

<sup>61</sup> “E esta é a maior contribuição e legado que podemos deixar como mulheres pentecostais para as próximas gerações: descobrir hoje quem somos em Deus e organizar toda a nossa vida a partir desta verdade, pois antes de qualquer coisa, somos filhas legítimas de Deus e não queremos simplesmente o título, mas sobretudo, o resgate de nossa dignidade” (LIMA, 2017, p. 176).

permitem uma melhor compreensão do fenômeno, ou pelo menos a construção de algumas hipóteses mediante tantas incógnitas.

O ser humano não é um ser estático, sua multiplicidade é o que causa uma quantidade infindável de fenômenos complexos. As próprias cisões que ocorrem no universo assembleiano comprovam essa perspectiva. Contudo, romper com o modelo patriarcal nas ADs ainda figura como uma ideia distante, e quando muito restrita a alguns poucos grupos na contemporaneidade. O caso da CADB ainda não pode ser tomado como um exemplo de ruptura, mas sim como a primeira expressão de um processo de conscientização e reação das mulheres assembleianas quanto a sua posição na esfera religiosa, o que pode ou não representar um processo definitivo de emancipação dessas mulheres, não mais custodiada pelos ditames impostos pela supremacia masculina. Isso, seguramente, só o tempo poderá revelar.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa perpassou diversos aspectos da história assembleiana no intuito de construir uma narrativa que revelasse, ao menos em parte, que as características da denominação estão ancoradas em uma estrutura que destina à mulher um lugar de submissão e inferioridade frente aos poderes institucionais e à doutrina da igreja, colocando o homem como detentor de atributos que o fixam na condição de superioridade e, conseqüentemente, apto para assumir os postos de lideranças dessas igrejas. É importante ressaltar, contudo, que o estudo não intencionou fazer qualquer tipo de generalização, mas sim traçar um panorama que facilitasse a percepção de alguns fenômenos que corroboram o fato de as mulheres não viverem em condições de igualdade com os homens, pois, se comparadas com outras religiões pentecostais que já permitem o pastorado de mulheres, as ADs ainda estão situadas em perspectivas que remontam à época de sua fundação. Ou seja, ainda muito ancoradas em processos decisórios que não alteraram e nem abriram possibilidade para a concessão de mais espaço de atuação para as mulheres assembleianas, reservando a elas um não-lugar de fala que se constitui pelo seu aspecto limitado, na medida em que as desautoriza assim que o lugar de fala do homem se manifesta.

Em uma instituição tão plural e diversificada, a perspectiva weberiana foi um facilitador na identificação de práticas que, mesmo diante de diferenças, apresentam uma estrutura social em comum: a presença de uma dominação patriarcal e carismática que afeta diretamente as ações dos sujeitos. Além disso, este cenário religioso, unido com perspectivas sociológicas, permitiu compreender os fundamentos por detrás dos aspectos que tornam as ADs uma denominação de viés ideológico tradicional e conservador. A membresia assembleiana, desde o primeiro capítulo desta pesquisa, foi apontada como heterogênea devido, sobretudo, às cisões e dissidências que ocorreram e ocorrem com frequência na igreja, mas, ao mesmo tempo em que se apresenta assim, no que concerne à participação da mulher, ela sofre poucas alterações.

As situações de instabilidade que vivem as mulheres na sociedade não diferenciam religiosas de não religiosas. Isto facilitou a compreensão das relações de dominação das mulheres pelos homens em perspectiva dual, isto é, aliando a visão social e religiosa mutuamente e como fenômenos complementares, porque

antes de a mulher ser “assembleiana” ela pertence a uma categoria de gênero que, historicamente, teve de conviver com imposições quanto ao que é certo e errado; aquilo que é permitido na sua vida e quais as funções que ela deve desempenhar na sociedade, sempre perpassadas pelo controle do corpo e por estereótipos que reduzem as mulheres a categorias intransponíveis: mãe, esposa, ingênua, frágil, fraca, dentre outras, que em nada são capazes de suprir toda a complexidade de “ser mulher”. Em contrapartida, aliada a uma doutrina cristã, a mulher assembleiana recebe uma dupla carga com o reforço de que todas essas condições são um mandamento divino e que, por isso, deve ser cumprido sem questionamentos.

Trata-se de um fenômeno que em seu cerne é complexo, por isso uma série de questões precisaram ser levadas em consideração para apontar, primeiro, os acontecimentos que foram fundamentais para consolidação das ADs no Brasil; segundo, o intencional processo de silenciamento das mulheres que contribuíram significativamente para a perpetuação de relações desiguais de poder no interior da denominação, e, por último, os episódios que levaram à ocorrência de uma nova dissidência, com um indício, pela primeira vez, de que as mulheres podem estar finalmente se libertando das amarras impostas pelo patriarcado. Entretanto, a mulher ainda não conquistou sua plena liberdade e protagonismo dentro das ADs e, mesmo com o fenômeno que ocorre na CADB, ela ainda é amparada por medidas que dependem do consentimento do homem para se concretizar. Não foi possível identificar com esta pesquisa quais são os anseios da mulher assembleiana em seu íntimo, porque isso requeria um contato mais direto e frequente com este grupo, pois se tratam de perspectivas muito individuais.

Mesmo assim, a partir do que foi viável detectar, nota-se que as instâncias tradicionais, tais como a CGADB e seu órgão CPAD, ainda estão longe de se mostrarem abertos para uma perspectiva que busque uma condição de maior igualdade entre os gêneros feminino e masculino. São os grupos que detêm o maior controle do corpo administrativo das ADs e, como resultado, um maior controle de uma fatia considerável de mulheres assembleianas. De todo modo, é esperado que esta pesquisa bem como seu arcabouço teórico sirvam de motivação para os interessados em desvendar ainda mais as inúmeras indagações que perpassam o escopo assembleiano, para quem sabe um dia novas pesquisadoras e pesquisadores ressignificarem para melhor os resultados preliminares que foram alcançadas até o momento presente.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon Freire de. **Assembleia de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)**. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. **Matriz pentecostal brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011**. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013.

\_\_\_\_\_. Presença evangélica no Brasil atual: remédio ou veneno? **Observatório da religião**, Belém, v. 2, n. 2, p. 130-152, jul./dez. 2015.

\_\_\_\_\_; FAJARDO, Maxwell Pinheiro. Pentecostalismos: uma superação da discriminação racial, de classe e de gênero? **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 30, n. 2, p.95-112, mai./ago. 2016.

ARAÚJO, Isael de. **Dicionário do movimento pentecostal**. Rio de Janeiro: Cpad, 2007.

\_\_\_\_\_. Biografia de Frida Vingren está entre os 10 livros mais vendidos da CPAD. **CPAD**: [201-]. Entrevista concedida a Evelyn Lole. Disponível em: <<http://www.editoracpad.com.br/institucional/integra.php?s=5&i=241>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CARREIRO, Gamaliel da Silva. Reinterpretando o crescimento das Assembleias de Deus no Brasil. **Caminhos**, Goiânia, v. 12, n. 2, p.190-208, dez. 2014.

CASA PUBLICADORA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS. Disponível em: <<http://www.editoracpad.com.br/>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

CONVENÇÃO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO BRASIL – CADB. Disponível em: <<http://portalcadb.com/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

CONVENÇÃO GERAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO BRASIL – CGADB. Disponível em: <<http://www.cgadb.org.br/2018a/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos Santos. **Assembleia de Deus: ministérios, carisma e exercício do poder**. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. O novo é antigo?: a nova geração pastoral e as antigas práticas patrimonialistas nas Assembleias de Deus no Brasil. In: **V CONGRESSO DA ANPTECRE, 2015**, Curitiba, *Anais...* Paraná: ANPTECRE, 2015, p. 1-8.

CRENTE BOM DE BÍBLIA.

Disponível em: <<http://www.crentebomdebiblia.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

CRUZ, Elaine. **Aborto: direitos e deveres**. Disponível em: <<http://www.mulhercrista.com.br/colunistas/elaine-cruz/278-aborto-direitos-e-deveres>> Acesso em: 30 out. 2018.

DANIEL, Silas. **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil: os principais líderes, debates e resoluções do órgão que moldou a face do movimento pentecostal brasileiro**. Rio de Janeiro: Cpad, 2004.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa nacional de aborto 2016. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 653-660, 2017.

ESTATUTO CONVENÇÃO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO BRASIL – CADB. Disponível em: <<http://portalcadb.com/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

ESTATUTO CONVENÇÃO GERAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO BRASIL – CGADB. Disponível em: <<http://www.cgadb.org.br/2018/pdfs/Estatuto2016.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

ESTATUTO CONVENÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL MINISTÉRIO DE MADUREIRA – CONAMAD. Disponível em: <<https://docslide.com.br/documents/estatuto-oficial-conamad-age-2007.html>> Acesso em: 24 abr. 2018.

FAJARDO, Maxwell Pinheiro. Religião e memória: afirmação da memória institucional da igreja Assembleia de Deus no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 13, n. 5, p.273-284, mai. 2012.

\_\_\_\_\_. A organização piramidal das Assembleias de Deus na cidade de São Paulo. **Revista Nures**, São Paulo, v. 31, n. 11, p.1-12, set./dez. 2015.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético**. Curitiba: Encontro, 1994.

FRIDA VINGREN: UMA MULHER CRISTÃ À FRENTE DE SEU TEMPO – CPAD. Disponível em:< <http://editoracpad.com.br/hotsites/frida/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

GOMES, José Ozean. Pentecostalismo e relações de gênero: uma discussão convencional acerca do ministério feminino nas Assembleias de Deus Brasileiras. **Mandrágora**, São Paulo, v. 21, n. 21, p.135-152, 2015.

GOUVÊA NETO, Ana Luiza. Mulheres na Assembleia de Deus: para se pensar a categoria gênero além do estruturalismo. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p.89-106, fev. 2016.

GOUVEIA, Eliane Hojaj. Silêncio e submissão: mulheres pentecostais. In: RIBEIRO, Heleion et al. (Org.). **Mulher e dignidade: dos mitos à libertação**. São Paulo: Paulinas, 1989. p. 61-68.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010.**

Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=resultados>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

INSTITUTO DATAFOLHA. **Perfil e opinião dos evangélicos no Brasil.** 2016.

Disponível em:

<<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/12/28/da39a3ee5e6b4b0d3255bfef95601890afd80709.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

LEITE, Anna Gabriela de Arruda Felix Cerqueira; FRANÇA, Nirvana de Oliveira Moraes Galvão de; MACIEL, Rebecca Ferreira Lobo Andrade. Desemprego e violência contra a mulher: correlação, distanciamentos e como os fatores religiosos atuam como elemento modificador dos dados. **Mandrágora**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-94, 2018.

LIMA, Maria José da Costa *et al.* Carta proclamação. In: ALENCAR, Gedeon Freire de; LIMA, Daniel Barros de; CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos Santos (Org.). **Reforma protestante e pentecostalismo: convergências e divergências.** Vitória: Editora Unida, 2017. p. 163-174.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. **Revistas de Estudos Feministas**. Florianópolis, p. 387-396, mai.-ago. de 2005.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Mediação e midiatização da religião em articulações teóricas e práticas: um levantamento de hipóteses e problemáticas. In: Mediação e Midiatização. **Revista Scielo Online**, Salvador, p. 218-244, 2012.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **Protestantes, pentecostais e ecumênicos: o campo religioso e seus personagens.** São Bernardo do Campo: Ed. Umesp, 1997.

\_\_\_\_\_. A experiência religiosa e a institucionalização da religião. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 52, n. 18, p.29-46, 2004.

MIKLOS, Jorge. O sagrado nas redes virtuais: a experiência religiosa na era das conexões entre o midiático e o religioso. In: **V CONGRESSO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E CULTURA**, 2015, São Paulo, p. 1-15.

MIRANDA, Fernanda Honorato. **Religião e mulher: liderança feminina no Pentecostalismo evangélico**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2009.

MULHER CRISTÃ. Disponível em: <<http://mulhercrista.com.br/>> Acesso em: 3 abr. 2018

\_\_\_\_\_. **As irmãs que oram.** Disponível em: <<http://www.mulhercrista.com.br/eu-igreja/lideranca/139-as-irmas-que-oram>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Calçados Transparentes.** Disponível em: <<http://www.mulhercrista.com.br/eu-mulher/moda-e-beleza/281-calcados-transparentes>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Como surgiu o Círculo de Oração?.** Disponível em: <<http://www.mulhercrista.com.br/eu-igreja/lideranca/140-como-surgiu-o-circulo-de-oracao>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Enfim sós: os desafios da vida de recém-casados.** Disponível em: <<http://www.mulhercrista.com.br/eu-familia/casamento/170-enfim-sos-os-desafios-da-vida-de-recem-casados>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Mantendo aceso o amor.** Disponível em: <<http://www.mulhercrista.com.br/eu-familia/casamento/120-mantendo-aceso-o-amor>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Moderna e santa.** Disponível em: <<http://www.mulhercrista.com.br/eu-mulher/moda-e-beleza/181-moderna-e-santa>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Todo dia é o nosso dia.** Disponível em: <<http://www.mulhercrista.com.br/eu-mulher/comportamento/158-todo-dia-e-nosso-dia>>. Acesso em: 22 out. 2018.

ORO, Ari Pedro. **Avanço pentecostal e reação católica.** Petrópolis: Vozes, 1996.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais.** 2. ed. Lisboa: Trajectos, 1998.

RIOS, Eunice de Oliveira. Frida Vingren: trajetória de uma pioneira pentecostal no Brasil (1917-1932). In: ALENCAR, Gedeon Freire de; LIMA, Daniel Barros de; CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos Santos (Org.). **Reforma protestante e pentecostalismo: convergências e divergências.** Vitória: Editora Unida, 2017. p. 163-174.

RITZ, Cláudia Danielle de Andrade. A casa das sete mulheres. **Mandrágora**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 95-126, 2018.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa.** Petrópolis: Vozes, 1985.

ROSADO, Maria José. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. **Cadernos Pagu**, p.79-96, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. Relações de gênero: violência masculina contra a mulher. In: RIBEIRO, Heleion et al. (Org.). **Mulher e dignidade: dos mitos à libertação.** São Paulo: Paulinas, 1989. p. 25-42.

\_\_\_\_\_. **Violência de gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado e violência.** 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SALINAS, Valquíria. **Mãe suficientemente boa.** Disponível em: <<http://www.mulhercrista.com.br/colunistas/valquiria-salinas/231-mae-suficientemente-boa>> Acesso em: 30 out. 2018.

SANTOS, Naira Pinheiro dos. Desregulamentação, instrumentalização do religioso e reconfiguração das relações de gênero. **Mandrágora**, São Paulo, v. 21, n. 21, p.99-117, 2015.

VILHENA, Valéria Cristina. A insubordinada das Assembleias de Deus no Brasil: uma análise de gênero sobre a trajetória de vida da missionária Frida Maria Strandberg. **Religare**, João Pessoa, v. 13, n. 1, p.85-118, jul. 2016.

\_\_\_\_\_. O cenário sócio-histórico brasileiro no início do século XX: o surgimento do movimento pentecostal, Frida Maria Strandberg e as lutas das mulheres. **Reflexus**, Vitória, v. 17, p.97-133, jan. 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Cia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.